



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

ACSA ROBERTA MACENA DA SILVA

**A AUTONOMIA JORNALÍSTICA NA TELEVISÃO PÚBLICA BRASILEIRA:
ENTRE A CENSURA E AS MARGENS DE MANOBRA**

Recife
2021

ACSA ROBERTA MACENA DA SILVA

**A AUTONOMIA JORNALÍSTICA NA TELEVISÃO PÚBLICA BRASILEIRA:
ENTRE A CENSURA E AS MARGENS DE MANOBRA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação, da Universidade Federal de Pernambuco, como parte dos requisitos para obtenção do Título de Mestre em Comunicação.

Área de concentração: Comunicação.

Orientador: Prof. Dr. Heitor Costa Lima da Rocha.

Recife

2021

Catálogo na fonte
Bibliotecária Jéssica Pereira de Oliveira – CRB-4/2223

S586a Silva, Acsa Roberta Macena da
A autonomia jornalística na televisão pública brasileira: entre a censura e as margens de manobra / Acsa Roberta Macena da Silva. – Recife, 2021. 165p.: il.

Orientador: Heitor Costa Lima da Rocha.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Artes e Comunicação. Programa de Pós-Graduação em Comunicação, 2021.

Inclui referências.

1. Televisão pública. 2. Telejornalismo. 3. Construção Social da Realidade. 4. Autonomia jornalística. 5. TV Brasil. I. Rocha, Heitor Costa Lima da (Orientador). II. Título.

302.23 CDD (22. ed.)

UFPE (CAC 2021-55)

ACSA ROBERTA MACENA DA SILVA

**A AUTONOMIA JORNALÍSTICA NA TELEVISÃO PÚBLICA BRASILEIRA:
ENTRE A CENSURA E AS MARGENS DE MANOBRA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação, da Universidade Federal de Pernambuco, como parte dos requisitos para obtenção do Título de Mestre em Comunicação.

Aprovada em: 18/02/2021.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Heitor Costa Lima da Rocha. (Orientador)

Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Alfredo Vizeu Pereira Júnior (Examinador Interno)

Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. João Carlos Ferreira Correia (Examinador Externo)

Universidade da Beira Interior

Prof. Dr. Fernando Oliveira Paulino (Examinador Externo)

Universidade de Brasília

AGRADECIMENTOS

Gratidão a Deus, porque Dele, por Ele e para Ele são todas as coisas.

A tia Abi, a quem sempre recorri nos desencontros e alegrias da pesquisa, e ao meu noivo Deyvid, parceiro e amigo de todos os momentos.

Ao prof. Dr. Heitor Rocha, por conduzir a orientação do trabalho com tamanha maestria e atenção ao longo de toda essa trajetória. Minha sincera gratidão.

Aos jornalistas da EBC, pela confiança ao longo das entrevistas. Vida longa a vocês.

Ao Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Distrito Federal (SJDF), em especial o jornalista Gésio Passos, pelas ricas contribuições ao longo de toda a investigação.

Aos professores Dra. Giovana Mesquita e Dr. Alfredo Vizeu pelo olhar crítico e excelentes provocações realizadas no exame de qualificação; e aos professores Dr. João Carlos Correia e Dr. Fernando Paulino pelas contribuições apresentadas na defesa da pesquisa.

A professora Dra. Ana Veloso pela amizade, incentivo e partilhas desde a graduação.

Aos meus colegas do PPGCOM, em especial Marília Gabriela, Danilo Borges e Daniel Leal, com os quais pude vivenciar uma verdadeira parceria.

Aos amigos da Secretaria do Programa de Pós-graduação da Universidade Federal de Pernambuco (PPGCOM/UFPE), especialmente Roberta, minha xará, que desde o processo seletivo tem sido muito solícita, atenciosa e amável.

À Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia de Pernambuco (FACEPE), pelo oferecimento dos recursos para dedicação exclusiva à pesquisa.

“A imprensa aborrece o governo? Sem dúvida, e muito. Aliás, é bom que a imprensa irrite os governantes e que os governantes vivam irritados com a imprensa” (BUCCI, 2015, p. 206).

RESUMO

Diante das recorrentes denúncias de censura na Empresa Brasil de Comunicação (EBC), a presente pesquisa investiga se o jornalismo da TV Brasil já teve autonomia editorial. Para isso, analisa a cobertura do principal telejornal público do país, o Repórter Brasil, sobre assuntos incômodos aos governos Dilma (2011-2016), Temer (2016-2018) e Bolsonaro (a partir de 2019), uma vez que não há produções disponíveis referentes ao governo Lula (2007-2010). Partimos da hipótese de que apesar da intensificação de denúncias ter se dado em 2016, episódios de interferência já podem ter ocorrido desde que a empresa surgiu em 2007, devido ao modelo de gestão que a aproxima da Presidência da República. O *corpus* é formado por 38 matérias de manifestações contrárias aos referidos governos, assim como entrevistas aos jornalistas sobre as percepções de autonomia editorial nos distintos períodos. O tratamento qualitativo (BAUER; GASKELL, 2002) se dá à luz da Análise de conteúdo em jornalismo (HERSCOVITZ, 2010), Análise documental e do levantamento bibliográfico sobre televisão pública e a centralidade do cidadão (HABERMAS, 1997; OTONDO, 2008; LEAL FILHO, 2007; BUCCI, 2015); telejornalismo e a construção social da realidade (BERGER & LUCKMANN, 1974; VIZEU E CORREIA, 2008; CORREIA, 2005) e a autonomia no jornalismo e na TV pública (COUTINHO, 2013; ROTHBERG, 2011; GANS, 1979; BREED, 2016; GUREVITCH; BLUMER, 2016; HALLIN; MANCINI, 2016). O estudo aponta o fenômeno dos jornalistas questionarem a autonomia editorial no governo Dilma (autonomia ideal), embora tenham tido espaço para disputar o enquadramento das matérias com as chefias de jornalismo, usufruindo de considerável autonomia real na prática profissional, ao ponto de prevalecer em suas reportagens a priorização de matérias favoráveis ao impeachment de Rousseff. Tal contradição ficou evidente na análise da autonomia efetivamente aferida nas reportagens, sobretudo quando comparada com a produção dos governos posteriores, quando a censura passou a ser regra no processo de construção da notícia na TV Brasil.

Palavras-chave: Televisão pública. Telejornalismo. Construção Social da Realidade. Autonomia jornalística. TV Brasil.

ABSTRACT

In view of the recurring complaints of censorship at Empresa Brasil de Comunicação (EBC), this research investigates whether TV Brasil's journalism has already had editorial autonomy. To this end, it analyzes the coverage of the main country's public news program, Repórter Brasil, on issues uncomfortable to the governments Dilma (2011-2016), Temer (2016-2018) and Bolsonaro (from 2019), since there are no productions available in reference to the Lula government (2007-2010). We start from the hypothesis that although the intensification of denunciations occurred in 2016, episodes of interference may have occurred since the company started in 2007, due to the management model that brings it closer to the Presidency of the Republic. The corpus is made up of 38 stories of manifestations against these governments, as well as interviews with journalists about perceptions of editorial autonomy in different periods. The qualitative treatment (BAUER; GASKELL, 2002) takes place in the light of Content analysis in journalism (HERSCOVITZ, 2010), Documentary analysis and the bibliographic survey on public television and the centrality of the citizen (HABERMAS, 1997; OTONDO, 2008; LEAL FILHO, 2007; BUCCI, 2015); television news and the social construction of reality (BERGER & LUCKMANN, 1974; VIZEU E CORREIA, 2008; CORREIA, 2005) and autonomy in journalism and public TV (COUTINHO, 2013; ROTHBERG, 2011; GANS, 1979; BREED, 2016; GUREVITCH; BLUMER, 2016; HALLIN; MANCINI, 2016). The study points to the phenomenon of journalists questioning editorial autonomy in the Dilma government (ideal autonomy), although they have had space to dispute the framing of matters with the heads of journalism, enjoying considerable real autonomy in professional practice, to the point of prevailing in their reporting the prioritization of matters favorable to Rousseff's impeachment. This contradiction was evident in the analysis of the autonomy effectively assessed in the reports, especially when compared to the production of the later governments, when censorship became the rule in the process of building news on TV Brasil.

Keywords: Public television. Telejournalism. Social Construction of Reality. Journalistic autonomy. TV Brazil.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Alcance TV Brasil nas capitais.....	47
Figura 2 –	Mudança cenário RB (2009 – 2013) – (2013 – 2018)	55
Figura 3 –	Mudança cenário Repórter Brasil Noite (2018- 2019)	55
Figura 4 –	Principais coberturas TV Brasil (2019)	66
Figura 5 –	Mudança logomarca TV Brasil.....	67
Figura 6 –	Cenas de reportagens sobre manifestações impeachment	107
Figura 7 –	Cena de reportagem manifestação contra o impeachment na França.....	108
Figura 8 –	Participação de comentaristas no RB	109
Figura 9 –	Cenas de reportagens sobre a manifestações contra a reforma trabalhista	121
Figura 10 –	Cenas de reportagens sobre as manifestações contra a reforma trabalhista	122
Figura 11 –	Cenas de reportagens sobre manifestações contra os cortes na educação.....	129

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –	Despesas EBC (2016-2019)	36
Tabela 2 –	Perfil diretores-presidentes da EBC (2007-2020)	61
Tabela 3 –	Violações de autonomia editorial no jornalismo da EBC (2017-2020)	67
Tabela 4 –	Matérias levantadas para análise	90
Tabela 5 –	Corpus de matérias para análise	91
Tabela 6 –	Funções dos entrevistados	95
Tabela 7 –	Manifestações Impeachment - Governo Dilma	103
Tabela 8 –	Reportagens com entrevistados – Manifestações governo Dilma.....	105
Tabela 9 –	Nomenclatura para os entrevistados	110
Tabela 10 –	Histórico Profissional Diretoria de Jornalismo da EBC (2007-2020)	112
Tabela 11 –	Manifestações Reforma Trabalhista - Governo Temer	119
Tabela 12 –	Reportagens com entrevistados – Manifestações governo Temer	120
Tabela 13 –	Manifestações Corte educação – Governo Bolsonaro	127
Tabela 14 –	Reportagens – Manifestações Governo Bolsonaro	128
Tabela 15 –	Autonomia editorial Repórter Brasil	136
Tabela 16 –	Extinção quadros do RB voltados ao cidadão	139

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	TELEVISÃO PÚBLICA E A CENTRALIDADE DO CIDADÃO	23
2.1	MÍDIA E ESPAÇO PÚBLICO.....	23
2.2	COMUNICAÇÃO PÚBLICA E A CENTRALIDADE DO INTERESSE PÚBLICO	25
2.3	TELEVISÃO PÚBLICA E A TENTATIVA DE GARANTIA DO INTERESSE PÚBLICO	27
2.4	TELEVISÃO PÚBLICA E O PAPEL DO ESTADO PARA CONSOLIDAR A PARTICIPAÇÃO DO CIDADÃO.....	32
2.5	TELEVISÃO PÚBLICA E CREDIBILIDADE	37
3	O SURGIMENTO DA TV BRASIL: ENTRE VELHOS DESAFIOS E OS DESMONTES	39
3.1	TELEVISÃO BRASILEIRA E A DEFESA DE INTERESSES PARTICULARES	39
3.2	VELHOS EMBATES NO SURGIMENTO DA TELEVISÃO PÚBLICA NO BRASIL	42
3.3	A CRIAÇÃO DA TV BRASIL: O QUE SE PROPÔS DE NOVO?.....	44
3.3.1	<i>TV Brasil e os entraves para alcançar o cidadão.....</i>	<i>46</i>
3.4	INSTRUMENTOS DE PARTICIPAÇÃO CIDADÃ NA TELEVISÃO PÚBLICA	48
3.4.1	<i>O Conselho Curador e a ouvidoria da TV Brasil.....</i>	<i>49</i>
3.5	O JORNALISMO NA TV BRASIL E AS PROPOSTAS DE AUTONOMIA EDITORIAL	52
3.6	ENTRE A AUTONOMIA EDITORIAL E A NOMEAÇÃO DOS CARGOS DE CHEFIA DA TV BRASIL	58
3.7	O ESVAZIAMENTO DO CARÁTER PÚBLICO DA TV BRASIL	62
4	A AUTONOMIA JORNALÍSTICA NA TELEVISÃO PÚBLICA.....	69

4.1	O LUGAR DO TELEJORNALISMO NA CONSTRUÇÃO SOCIAL DA REALIDADE.....	69
4.2	TELEJORNALISMO E O MITO DA OBJETIVIDADE	71
4.3	UMA ARENA SIMBÓLICA, VÁRIAS DISPUTAS	77
4.4	TELEJORNALISMO PÚBLICO E AUTONOMIA EDITORIAL.....	81
5	TECENDO INDICADORES PARA A ANÁLISE DA AUTONOMIA JORNALÍSTICA NO REPÓRTER BRASIL.....	86
5.1	ABORDAGENS DE PESQUISAS SOBRE O TELEJORNAL REPÓRTER BRASIL	86
5.2	NOTAS METODOLÓGICAS E APRESENTAÇÃO DO CORPUS DA PESQUISA	88
5.3	OPERADORES DE ANÁLISE PARA O TELEJORNAL REPÓRTER BRASIL	98
6	ANÁLISE: A COBERTURA DAS MANIFESTAÇÕES NO REPÓRTER BRASIL E A AUTONOMIA EDITORIAL.....	103
6.1	GOVERNO DILMA E MANIFESTAÇÕES IMPEACHMANT.....	103
6.1.1	<i>Diversidade de vozes e equilíbrio</i>	<i>105</i>
6.1.2	<i>Autonomia editorial</i>	<i>110</i>
6.1.3	<i>A autonomia ideal: entre o interesse do cidadão e os constrangimentos</i>	<i>111</i>
6.1.4	<i>Percepções de autonomia jornalística no governo Dilma</i>	<i>113</i>
6.2	GOVERNO TEMER E MANIFESTAÇÕES DA REFORMA TRABALHISTA	117
6.2.1	<i>Diversidade de vozes e equilíbrio</i>	<i>120</i>
6.2.2	<i>Percepções de autonomia jornalística no governo Temer.....</i>	<i>122</i>
6.3	GOVERNO BOLSONARO E MANIFESTAÇÕES DOS CORTES NA EDUCAÇÃO	126
6.3.1	<i>Diversidade de vozes e equilíbrio</i>	<i>128</i>
6.3.2	<i>Percepções de autonomia jornalística no governo Bolsonaro</i>	<i>130</i>
6.4	O TELEJORNAL REPÓRTER BRASIL E OS CABOS DE GUERRA COM OS GOVERNOS	135
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	148
	REFERÊNCIAS	154

1 INTRODUÇÃO

O surgimento dos primeiros meios de comunicação brasileiros, em especial a televisão, se deu sob propriedade e gestão nas mãos de grupos empresariais para obtenção de lucro, comprometendo significativamente a qualidade da atividade jornalística no que diz respeito à ausência da garantia da observância ao interesse do cidadão em suas produções, assim como da autonomia editorial. Já o espaço para o fortalecimento da TV pública, que tem o dever de possibilitar a pluralidade de opiniões sobre quaisquer assuntos e o fortalecimento da participação das camadas sociais desprivilegiadas (ROTHBERG, 2011; COUTINHO, 2013), só veio a acontecer em 2007 com a criação da TV Brasil, marcando um atraso de quase 60 anos em relação ao destaque de atuação das emissoras de rádio e TV do sistema comercial de comunicação do país (VALENTE, 2013), e suscitando lacunas em relação ao efetivo distanciamento entre sua atividade jornalística e os interesses dos governos em vigor.

Com a finalidade de ampliar e complementar a oferta de conteúdos da mídia brasileira, a criação da televisão pública nacional teve importante contribuição para a observância ao princípio da complementaridade entre os sistemas de comunicação privado, público e estatal, previsto no Artigo 223 da Constituição Federal de 1988. Isso porque as concessões de rádio e TV brasileiras têm sido utilizadas historicamente pelo setor privado e ocupam mais de 90% do espectro de radiofrequência dos respectivos canais (LIMA, 2011). Tal princípio constitucional se trata da tentativa de possibilitar um espaço plural que, apesar de ser gerido com finalidades diferentes, precisa atender ao interesse do cidadão. Assim, o surgimento da TV Brasil buscou “atender à antiga aspiração da sociedade brasileira por uma televisão pública nacional, independente e democrática” (TV BRASIL, 2017, Web).

Apesar do cenário de comunicação brasileiro já ter vivenciado outras experiências com emissoras do campo público, tais como as rádios e TVs educativas, universitárias, comunitárias e estatais, a criação da TV Brasil, gerida pela Empresa Brasil de Comunicação (EBC) através da Lei 11.652/2008, representou um marco importante no que diz respeito a normatização do sistema público de comunicação do país, uma vez que a empresa é também responsável por gerenciar as emissoras públicas

federais e a Rede Nacional de Comunicação Pública¹ (RNCP). Ficou definido que os objetivos da televisão pública nacional estariam voltados ao fomento da atividade cidadã e ao desenvolvimento da consciência crítica do cidadão através da “autonomia em relação ao Governo Federal para definir produção, programação e distribuição de conteúdo” (Lei 11.652/2008).

Como principal instrumento de caracterização da comunicação pública do país, o espaço da televisão pública é identificado a partir da independência em relação a quaisquer interesses governamentais e comerciais (BUCCI, 2015; BUCCI et. al., 2012; TOBY, 2011), devendo funcionar na articulação de uma opinião pública especializada. Também tem a missão de contribuir com a abordagem de questões politicamente relevantes (HABERMAS, 1997), e se diferenciar pela variedade de oferta de conteúdo, livre expressão de ideias, críticas, informação e opiniões (UNESCO, 2006).

Por outro lado, no Brasil, a atividade jornalística da televisão pública tem enfrentado uma série de desafios para o cumprimento da sua função social, cuja centralidade deve estar voltada ao fortalecimento do interesse público e emancipação do cidadão (OTONDO, 2008). Desde o ano de 2016, diversos episódios de censura jornalística têm sido denunciados pelos profissionais da EBC, evidenciando os riscos impostos pelos governos Temer (PMDB) e Bolsonaro (Sem Partido) na gestão e produção de conteúdo noticioso da principal empresa pública de comunicação do país.

Somente em setembro de 2020, cerca de 138 denúncias de censura jornalística foram protocoladas em um Dossiê² feito pelos profissionais, relatando ações repressivas tais como a supressão do uso das palavras “golpe” e “ditadura” nas reportagens sobre os 55 anos do golpe militar, em março de 2019, e o silenciamento de assuntos incômodos ao governo Bolsonaro, inclusive na cobertura da pandemia do novo coronavírus no ano de 2020. Entre as principais denúncias dos profissionais da TV Brasil, especificamente, estão o silenciamento de cobertura humanizada, com histórias de perdas familiares relacionadas à Covid-19; ocultamento de filas enormes na porta das agências da Caixa

¹ A RNCP é formada por 11 emissoras de rádios e 33 de televisão, entre elas tvs universitárias, fundações e retransmissoras de conteúdo e tem a função de divulgar e contribuir com parte do conteúdo de comunicação pública dos veículos da Empresa Brasil de Comunicação (EBC).

² Disponível em <https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2020/09/Dossie_Censura_EBC_2020.pdf>. Acesso em 20 de outubro de 2020.

Econômica Federal, e ausência da abordagem de assuntos referentes ao negacionismo científico sobre o Coronavírus por parte do governo federal.

Ainda três anos antes, em abril de 2017, os profissionais já haviam manifestado insatisfações com o direcionamento recebido para a cobertura da Reforma Trabalhista e da Previdência. Segundo os jornalistas, a orientação dada pela Direção da EBC foi a de priorizar as consequências no trânsito nas matérias sobre as manifestações contrárias às reformas propostas pelo governo do ex-presidente Temer. Episódios semelhantes se tornaram comuns. Perseguição e deslocamento de jornalistas para outras áreas de cobertura, acordos financeiros para produção de pautas positivas sobre os atos de ministérios, omissão de críticas na cobertura das escolas de samba no carnaval de 2018, que traziam placas como “Fora Temer” e representações do “Vampirão Neoliberal” em alusão ao ex-presidente Temer, minimização da execução³ da ex-vereadora Marielle Franco e do seu motorista Anderson Gomes, pois segundo a direção, o partido das vítimas estaria tirando proveito do momento, além de tantas outras denúncias que serão apresentadas ao longo deste estudo.

Não obstante aos questionamentos sobre as orientações recebidas para a cobertura de situações incômodas ao governo federal, outro problema denunciado pelos profissionais tem sido a incompreensão com os propósitos dos veículos públicos de comunicação. Em abril de 2019, uma portaria autorizou a unificação da TV NBR (estatal) com a TV Brasil (pública), apesar de cumprirem finalidades totalmente distintas conforme a legislação que as instituiu. A fusão desrespeita o princípio constitucional da complementaridade entre os sistemas de comunicação e desloca o espaço da programação de conteúdo público para agregar conteúdo de cunho governamental, que até então era produzido pela estatal TV NBR (TV Nacional do Brasil), cujo objetivo era o de cumprir com o princípio da transparência do poder público ao tornar visível as ações do executivo.

³ Jornalistas da EBC protestam contra censura no caso Marielle. Disponível em < <http://www.sasp.org.br/jornal-sasp/974-jornalistas-da-ebc-protestam-contr-censura-no-caso-marielle.html>>. Acesso: 03 de mar. 2019.

Assim, uma série de reivindicações dos profissionais foi levada à 175ª audiência temática da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH/OEA)⁴, realizada no Haiti em março de 2020. Os ataques à imprensa assim como o desmonte da EBC levantou a preocupação de relatores e comissários que se comprometeram a acompanhar a situação de perto, apesar das reivindicações dos profissionais terem sido negadas pelos governos em vigor. Tais constrangimentos editoriais e violações de sua legislação parecem se relacionar com o esvaziamento do seu caráter público, ocorrido em setembro de 2016, dois dias após o processo de *impeachment* que resultou na destituição da presidenta eleita Dilma Rousseff (PT) e permitiu a retirada dos dispositivos legais instituídos para zelar pela autonomia editorial da principal empresa pública de comunicação: a) a presença do Conselho Curador da empresa, que tinha o papel de representar a sociedade civil dentro da gestão da empresa e deliberar sobre a linha editorial adotada pela EBC; b) a garantia do mandato fixo do diretor-presidente, cuja nomeação não podia corresponder com o mandato do Presidente da República em vigor; e c) a composição do conselho de administração formado por representantes dos empregados da EBC e do governo.

Sob a justificativa de urgência e relevância, a legislação da EBC foi alterada logo após o segundo dia do empossamento do presidente interino Michel Temer (PMDB), que decretou a publicação da Medida Provisória (MP) 744/2016 e impôs o esvaziamento do caráter público da empresa (LEAL FILHO; 2016; LOPES, 2016; FREIRE, 2016). Dentre seus principais atos estão 1) a demissão do Conselho Curador; b) a permissão para que a indicação do diretor-presidente possa acontecer a qualquer momento (a depender dos interesses do governo em vigor) e 3) o aumento da participação do governo no conselho de administração da empresa, responsável por supervisionar e deliberar sobre os recursos físicos e humanos da empresa.

Tais atos se converteram na Lei nº 13.417/2017 e, além de enfraquecerem a participação do cidadão na gestão, nos conteúdos e na autonomia editorial da empresa, têm levantado na presente investigação uma série de reflexões sobre a modificação de princípios fundamentais tanto para o oferecimento do serviço público de comunicação no país, quanto na contribuição para a desestruturação das características previstas para

⁴ OEA recebe denúncia sobre ataques de Bolsonaro à imprensa. Disponível <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2020/03/oea-recebe-denuncia-sobre-ataques-de-bolsonaro-a-imprensa/>>. Acesso em 20 de outubro de 2020.

o exercício do seu jornalismo: independência editorial, pluralidade de vozes e equilíbrio no tratamento das informações (ROTHBERG, 2011).

Ainda no ano de 2016, o Ministério Público Federal, o Supremo Tribunal Federal e a Organização das Nações Unidas (ONU)⁵ chegaram a afirmar ser necessário garantir a autonomia da empresa em relação ao governo e também reconheceram que a comunicação pública é crucial para as principais democracias do mundo, sendo a EBC um marco do cumprimento desse serviço no Brasil. Criada em meados do século XX para atender às demandas do cidadão após os traumas trazidos pelos regimes totalitários na Segunda Guerra Mundial, a comunicação pública assume centralidade pela sua qualidade, autonomia e criatividade, como nos casos da *British Broadcasting Corporation* (BBC) do Reino Unido, a *Public Broadcasting Service* (PBS) nos Estados Unidos, a Rádio e Televisão de Portugal (RTP) e a Nippon Hōsō Kyōkai (NHK) no Japão, por exemplo.

Sendo assim, diante da necessidade do livre fluxo de ideias e informações no jornalismo desempenhado nas empresas públicas de comunicação, bem como do seu papel para o fortalecimento de sociedades democráticas (ROTHBERG, 2011), questionamos nesse trabalho se em algum momento o jornalismo da televisão pública já teve autonomia editorial para ser capaz de problematizar os temas que desagradam ao governo federal. Assim, o objetivo central do presente estudo é entender como o jornalismo da empresa aborda os temas incômodos à Presidência da República. Especificamente, buscamos saber como acontece e se instaura a censura denunciada pelos jornalistas; investigar se houve constrangimentos editoriais no período do governo Dilma na Presidência da República; discutir sobre os princípios que devem nortear a prática do jornalismo inserido numa televisão pública de comunicação e no que se diferencia do jornalismo voltado ao interesse governamental ou estatal, e ainda identificar os impactos trazidos ao jornalismo da TV pública pela demissão do Conselho Curador e a unificação da TV NBR à TV Brasil.

Partimos da hipótese de que apesar dos episódios de constrangimentos editoriais terem se intensificado nas denúncias dos jornalistas a partir da gestão Temer (2016-

⁵ Relatores para a Liberdade de Expressão alertam para interferências na Empresa Brasil de Comunicação e na Controladoria Geral da União do Brasil. Disponível em <<https://www.oas.org/pt/cidh/expressao/showarticle.asp?artID=1028&lID=4>>. Acesso em 20/10/20.

2018), a prática de interferência no jornalismo já pode ter se manifestado desde o surgimento da empresa, ainda que as políticas de comunicação dos governos progressistas que antecederam o ano de 2016 tivessem trazido notoriedade à pauta da comunicação pública (ANDREATA; CABRAL FILHO; 2019) com a criação da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) no segundo mandato do governo Lula. Isso porque a lei que constituiu a EBC vinculou-a à Secom da Presidência da República e em setembro de 2016, após a MP 744/2016 do governo Temer, a empresa passou a estar ligada à Casa Civil, permanecendo próxima e suscetível à interferência governamental desde sua criação no ano de 2007.

Para aprofundar a compreensão sobre tais questões, escolhemos observar na produção jornalística da TV pública, especificamente no principal telejornal da empresa, o Repórter Brasil, como ocorreu a cobertura das principais manifestações contrárias às propostas estabelecidas pelos diferentes governos, a partir da gestão Dilma, uma vez que o *site* da empresa não disponibiliza as produções do noticiário público correspondentes à gestão Lula, isso porque as reportagens que antecedem a cobertura do Repórter Brasil a acontecimentos anteriores ao ano de 2016 não estão disponíveis na plataforma online da televisão pública. É importante observar que além da TV Brasil, a EBC também possui um portal de notícias que é a Agência Brasil⁶, a Rádioagência Nacional (oito emissoras de rádio)⁷, além de ser responsável pela Rede Pública de Rádio e Televisão (RNCP).

A escolha pelo Repórter Brasil foi motivada por ser a TV Brasil o carro-chefe da EBC, tendo acumulado ao longo da sua história mais de 120 prêmios nacionais e internacionais. Além disso, levou-se em conta que a TV é central para obtenção de informações da sociedade brasileira⁸, tendo o telejornalismo um lugar de referência na articulação da discussão pública sobre os acontecimentos que irão incidir diretamente na vida das pessoas (VIZEU; CORREIA, 2008).

⁶ O conteúdo da Agência Brasil é utilizado massivamente pelos principais grupos de comunicação do país. Só em 2019, a página teve mais 56 milhões de visualizações (Relatório de Monitoramento do Plano de Trabalho, 2019).

⁷ Rádio Nacional, Rádio MEC AM e FM, Rádios Nacional do Rio de Janeiro, Nacional AM e FM de Brasília, Nacional da Amazônia e Nacional do Alto Solimões.

⁸ Segundo dados levantados pela Pesquisa Brasileira de Mídia (2016), realizada pela Secretaria de Comunicação do Governo, a televisão é o meio de comunicação que a população brasileira mais utiliza para se informar (63%), tendo grande aderência de todas as faixas etárias, sexo, escolaridade, religião, cor ou raça.

A TV Brasil foi ao ar pela primeira vez em dezembro de 2007 e se destacou por ser a única emissora aberta com sete horas de programação infantil⁹ no ano de 2019, produzir o primeiro telejornal voltado à comunidade de surdos e exibir o maior número de longas-metragens nacionais no ano de 2015. Em janeiro de 2019, sua audiência cresceu 64%, segundo o Painel Nacional de Televisão, se tornando a sétima emissora mais assistida do país. Uma das suas importantes contribuições foi abrir espaço para o jornalismo que se propõe a prezar exclusivamente pelo interesse do público. Sendo assim, o Repórter Brasil¹⁰ é o principal noticiário público exibido em rede nacional de segunda a sexta, das 19h às 19h30, cuja proposta no momento de sua criação se colocou diferente da comumente realizada pela mídia comercial: ficou definido que seu foco seria o cidadão, que “sua pauta teria que ir além da cobertura convencional”, e entre suas normatizações estariam “a isenção, o pluralismo, a boa apuração e a lealdade aos fatos” (MIGUEL; SANTANA, 2011, p. 77).

Dessa forma, para compreendermos a efetividade da autonomia jornalística no principal noticiário público, buscamos analisar como o telejornal Repórter Brasil abordou temas incômodos aos governos Dilma (2011-2016), Temer (2016-2018) e Bolsonaro (a partir de 2019), o que tornou necessário o estabelecimento de um caminho teórico-metodológico capaz de abarcar a complexidade de tal problemática, permeada por distintos recortes temporais e governamentais. Assim, considerando a existência de lacunas no que diz respeito aos ideais, percepções e práticas relacionadas à autonomia jornalística, a intenção de compreendermos os aspectos da produção noticiosa e suas relações com as diferentes gestões presidenciais se estabeleceu como uma oportunidade de contribuir com indicativos, a partir de uma adaptação da classificação feita por Schmitz (2018), sobre a percepção dos profissionais da TV pública acerca da (a) autonomia editorial ideal; (b) a autonomia percebida na prática profissional nos diferentes governos; e (c) a autonomia efetiva, através da análise da distribuição de vozes e sentidos no espaço discursivo do noticiário público.

Para aprofundarmos tal situação, o apanhado teórico deste trabalho buscou dialogar sobre os princípios da comunicação pública e a centralidade do cidadão à luz

⁹ A TV Brasil é a que mais veicula animação da tevê brasileira aberta. São cerca de 60h semanais de animação transmitidas (Relatório de Monitoramento do Plano de Trabalho, 2019).

¹⁰ Foi ao ar pela primeira vez no dia 3 de dezembro de 2007 e atualmente é exibido de segunda a sábado, às 19h.

de teóricos como Habermas (1997), Zemor (1995), Duarte (2012), Correia (1998), Lopez (2012), Koçouski (2012); as especificidades e diferenciações do sistema público, estatal e privado de comunicação no Brasil e no mundo, utilizando autores como Jambeiro (2011), Lima (2006, 2011), Esteves (2016); televisão pública e seus desafios, a partir de Otondo (2008); Leal Filho (2007); Valente (2009); Bucci (2015) e Nélia Bianco e Carlos Esch (2016); o jornalismo da televisão pública, com base nas reflexões de Rothberg (2011) e Coutinho (2013; 2017); telejornalismo e a construção social da realidade, utilizando Berger e Luckmann (1974); Vizeu (2002); Vizeu e Correia (2008); Alsina (2009); Correia (2005) e Schutz (2004); autonomia editorial no jornalismo e na TV pública (Gans, 1979; Breed, 2016; Coutinho, 2013; Rothberg, 2011; Gurevitch; Blumer, 2016; Hallin; Mancini, 2016; Rocha e Gradim, 2020).

Para o levantamento de informações sobre a desestruturação enfrentada na televisão pública brasileira, recorreremos ao levantamento em *sites* e o tratamento dado foi a partir da análise documental, que “(...) vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico” (GIL, 2008, p. 45). Para tal, analisamos a a) Lei Nº 11.562/2008 que criou a EBC; a b) Portaria nº 216 que unificou a TV NBR à TV Brasil; a c) MP 744/2016 que destituiu o Conselho Curador e o diretor-presidente da EBC; os d) dossiês de censura divulgados pelos jornalistas no ano de 2018 e 2020; as e) notas de repúdio dos Sindicatos dos Jornalistas Profissionais do Distrito Federal (SJDF), da Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ), do coletivo Intervozes, do Comitê Fica EBC e do site do Conselho Curador divulgadas do ano de 2016 a 2020; f) relatórios de monitoramento de plano de trabalho, além de g) portarias internas sobre modificações na grade de jornalismo, obtidas pelo Sindicato de Jornalistas Profissionais do Distrito Federal e cedidas para realização desta investigação.

Para o levantamento das produções que abordaram as principais reivindicações populares presentes nas diferentes gestões presidenciais, selecionamos as manifestações cujas pautas tiveram grande repercussão no cotidiano dos cidadãos, inspirando milhares de pessoas a irem às ruas para protestar. Foi necessário realizar um mapeamento no *site* da TV Brasil, que resultou num *corpus* de 38 matérias. No governo Dilma (2011-2016), vinte e uma matérias de protestos pró e contra o *impeachment*; na gestão Temer (2016-2018), catorze matérias de protestos a respeito da Reforma Trabalhista e na gestão Bolsonaro (a partir de 2019), apenas três sobre manifestações contra os cortes na educação. É importante justificar que a diferença na quantidade de matérias sobre as

manifestações contrárias às medidas do governo Bolsonaro se dá pela ausência de produções disponíveis na plataforma digital da TV Brasil, diante dos diversos episódios de censura denunciados pelos profissionais no ano de 2020.

A escolha por esses temas incômodos aos governos federais será melhor aprofundada no capítulo 5, que é voltado à discussão do caminho teórico-metodológico da investigação, e serão utilizados na intenção de desvendar as ferramentas rotineiras que podem ter contribuído para o exercício do poder político (HACKETT, 2016) sobre o jornalismo da televisão pública. Além do levantamento das matérias, se fez necessária a realização de entrevistas em profundidade (DUARTE, 2006) com jornalistas da empresa para a exploração de assuntos complexos em relação às problemáticas referentes à autonomia editorial nos diferentes governos. Para isso, mapeamos e entrevistamos cinco profissionais da EBC (entre apresentadores, repórteres e editores do telejornal) que estão/estiveram na empresa desde o seu surgimento em 2007, a fim de compreendermos quais as percepções dos profissionais acerca da autonomia editorial em cada gestão. Esses não terão sua identificação revelada, pois tememos pela sua segurança, sobretudo, na possibilidade de retaliações no ambiente de trabalho.

Para o tratamento analítico do material levantado, recorreremos à Análise de Conteúdo (AC) de cunho qualitativo, à luz de Laurence Bardin (2002) e à Análise de Conteúdo Jornalística, a partir de Heloiza Herscovitz (2010, p. 127), na intenção de expor “tendências, conflitos, interesses, ambiguidades ou ideologias nos materiais analisados”. O processo de categorização foi utilizado para identificar os elementos presentes na cobertura noticiosa e desvendar os mecanismos de censura no telejornal público. Para isso, partimos de uma perspectiva epistemológica/teórica construtivista, por fornecer uma postura crítica com respeito ao conhecimento dado como fato real e reconhecer a contribuição da notícia para a construção social da realidade (BERGER; LUCKMANN, 1985).

As teorias da notícias, ancoradas no paradigma científico construtivista, consideram que o campo jornalístico está imerso em um “cabo de guerra” (GANS, 1979) na luta pela interpretação sobre a realidade social. Também situam o campo jornalístico como um lugar permeado pela tomada de decisões, reflexões e direcionamentos que se dão de forma intencional (CHAPARRO, 1994) e numa luta por significações simbólicas, podendo inclusive desfavorecer ou ajudar no entendimento

sobre os assuntos que têm resultados visíveis na vida coletiva. Portanto, a atividade jornalística também pode ser distorcida para atender aos interesses majoritários e ocultar relações de poder ao promover o “Clima de Opinião”, apresentando posicionamentos minoritários como se fossem majoritários na sociedade, induzindo as posições majoritárias, por serem interpeladas como minoritárias e, assim, ameaçadas com o isolamento, à Espiral do Silêncio (NOELLE-NEUMANN, 2017).

A despeito disso, a escolha teórica situada no posicionamento científico construtivista se justifica porque não poderíamos sustentar a concepção de um jornalismo neutro e imparcial (HALLIN, MANCINI, 2010) na televisão pública, conforme defendem alguns estudos brasileiros sobre o assunto (baseados na teoria positivista da verdade como correspondência entre a representação e a realidade). Por outro lado, buscamos contribuir com a discussão sobre o jornalismo como uma atividade engajada, que tem o potencial de contribuir para a formação crítica do cidadão e cumprir com sua função social de fortalecimento democrático (ROCHA, 2017), sem conferir monopólio às fontes oficiais no processo de formação de sentidos e identidades.

Diante disso, a divisão do trabalho se dá em sete partes. No primeiro capítulo foram apresentados o problema de pesquisa, os objetivos, as justificativas e os caminhos teórico-metodológicos da investigação. No Capítulo 2, buscamos caracterizar a televisão pública e por quê ela é vocacionada ao atendimento do interesse público. Para isso são discutidos o conceito de comunicação pública, suas nuances entre a comunicação governamental e privada e o que de fato seria o interesse público. Além disso, são discutidos o papel do Estado para sua manutenção, o que significa dizer que os governos em vigor não podem utilizá-la para propagar suas ideias, mas fortalecer os espaços discursivos para o atendimento às demandas do cidadão.

O terceiro capítulo situa o surgimento da televisão pública no Brasil e avança na reflexão sobre seus momentos de construção e desconstrução. Assim, resgata a tradição de controle governamental ainda no surgimento da radiodifusão pública do país e aponta as discontinuidades, no que diz respeito ao enfraquecimento dos mecanismos de controle social adotados pelas melhores experiências de TVs públicas no mundo. Para mais, apresenta a proposta do principal telejornal público da TV Brasil, o Repórter Brasil, que busca ampliar a participação do cidadão no seu espaço discursivo.

Já o Capítulo 4 centraliza a discussão teórica sobre um dos principais aspectos que legitimam o jornalismo da TV pública: a autonomia editorial. Dessa forma, discute sobre o papel sócio-político do telejornalismo público para a construção social da realidade, introduz uma desmistificação da noção de objetividade jornalística na TV pública, e apresenta os embates travados no processo de construção da notícia, assim como os conflitos existentes em prol da obtenção de autonomia editorial. Já o Capítulo 5 é reservado à discussão dos procedimentos metodológicos da investigação. Nele são descritos o *corpus* do trabalho e os operadores de análise para as matérias e entrevistas.

No Capítulo 6, apresentamos as análises acerca da cobertura realizada pelo telejornal Repórter Brasil sobre os temas incômodos ao governo federal. Nesse sentido, são analisados a distribuição de vozes durante a cobertura das manifestações contrárias ao governo Dilma, Temer e Bolsonaro, assim como são descritas as entrevistas com os jornalistas do noticiário sobre as percepções de autonomia editorial nos diferentes períodos governamentais.

Nas considerações finais, realizamos um apanhado dos principais resultados do estudo, assim como apontamos as contribuições da presente pesquisa para as reflexões sobre as condições da produção da notícia na televisão pública brasileira. Assim, acreditamos contribuir com uma caracterização do conceito de Telejornalismo Público fundamentado na garantia da autonomia editorial como um dos pilares para a qualidade da notícia na TV pública.

2 TELEVISÃO PÚBLICA E A CENTRALIDADE DO CIDADÃO

2.1 MÍDIA E ESPAÇO PÚBLICO

Diante da capacidade de impulsionar o debate público, a mídia possui importante papel para o fortalecimento da esfera pública e, consequentemente, da democracia deliberativa. O conceito de esfera pública aqui é tomado enquanto uma dimensão na qual as questões politicamente relevantes são abordadas e tematizadas, sendo “uma rede adequada para comunicação de conteúdo, tomadas de posição e opiniões” (HABERMAS, 1997, p.92). Assim, uma esfera pública qualificada se manifesta pela capacidade de promover a cidadania e influenciar a tomada de decisões, sobretudo, dos assuntos da agenda política.

Esse espaço deve ser livre de interesses particulares e funcionar na articulação de uma opinião pública qualificada, permitindo o aprofundamento dos assuntos referentes aos problemas sociais, assim como dos debates realizados pela agenda política. Além do mais, o funcionamento da esfera pública se relaciona com o interesse do público, uma vez que ela “retira seus impulsos da assimilação privada de problemas sociais que repercutem nas biografias particulares” (HABERMAS, 1997, p. 98), isto é, opera no que afeta as questões da vida coletiva, e não meramente situações individuais. Desta maneira, sendo a esfera pública uma estrutura capaz de mediar o sistema político, os setores privados e os sistemas de ação especializados, seu sucesso é medido pelo surgimento de uma opinião pública qualificada.

João Carlos Correia (1998) descreve o desenvolvimento de uma esfera pública que se consolidou em busca da emancipação do público, sobretudo no século XVIII, e se diferenciou pelo seu caráter universalista e crítico, a partir da busca pelo rompimento de um casulo teológico-metafísico defendido pelos ideais iluministas de autonomia e razão. A intensificação dessas características tornou propício o surgimento da “imprensa enquanto instituição que exerce a função de divulgar e debater informações e regulamentações de natureza econômica publicadas pelo poder” (CORREIA, 1998, p. 26). Ainda diante do engajamento para uma atividade cada vez mais articuladora da opinião crítica, eclodiu uma relação conflitual entre a nova esfera pública e o poder absoluto da época, uma vez que o último passa a ser questionado e confrontado pela

imprensa. Acrescenta o autor que a nova esfera pública passa a adquirir uma dimensão explícita de intervenção política em prol do público e sua evolução ao longo dos séculos XVII, XVIII e XIX está intrinsecamente relacionada ao

aparecimento de uma imprensa crítica, a obrigatoriedade do conhecimento público das votações efetuadas pelo Parlamento, o surgimento de facções políticas até a sua institucionalização em partidos, o apelo à opinião pública que se expressa através de petições escritas e de associações de índole diversa (...) (CORREIA, 1998, p.32).

Assim, o fortalecimento da esfera pública foi permeado pelo surgimento de uma atividade capaz de manifestar a) o exercício crítico diante do poder absoluto; b) a exigência pelo melhor desempenho das instituições políticas; c) a insatisfação com a dominação social exercida por determinados grupos no poder; e o d) compromisso com a emancipação do público em relação à ignorância e obscurantismo. Dessa maneira, a mídia deveria atuar como suporte fundamental para constituição do debate público, “nomeadamente a propósito de um questionamento cada vez mais urgente das relações entre comunicação e política” (CORREIA, 1998, p. 49).

Apesar da centralidade da atividade enquanto suporte da opinião pública, o autor observa que “a comunicação pública deu lugar ao triunfo do jornalismo industrial e do marketing” (CORREIA, 1998, p. 84), permitindo a imposição de visões particulares dos detentores dos meios de comunicação para o público e contrariando um dos pilares pelo qual a imprensa havia se qualificado: a autonomia em relação às instituições revestidas de autoridades, distanciamento tão necessário à realização de uma sociedade democrática. Além disso, Habermas (1997) também salienta que a despolitização da função da mídia junto ao público pode acontecer pela apropriação de influência político-partidária em seu espaço discursivo. Por outro lado, a imprensa tem o dever de

situar-se como mandatários de um público esclarecido, capaz de aprender e de criticar; devem preservar sua independência frente a atores políticos e sociais, imitando nisso a justiça; devem aceitar imparcialmente as preocupações e sugestões do público, obrigando o processo político a se legitimar à luz desses temas (HABERMAS, 1997, p. 112).

Nesse sentido, é importante situar que a mídia se legitima pela orientação que fornece ao debate público acerca das questões que afetam a coletividade, além de ter o potencial de promover a mobilização da opinião pública para a ação política (PARK, 2008). Por esse motivo, historicamente a opinião pública representa “potenciais de

influência política, que podem ser utilizados para interferir no comportamento eleitoral das pessoas ou na formação da vontade nas corporações parlamentares, governos e tribunais” (HABERMAS, 1997, p. 95).

No iluminismo e na esfera liberal, a opinião pública era formada “no seio do debate entre os cidadãos, autónoma da razão de Estado, exercida de forma activa e crítica, e com consequências crescentes ao nível legislativo” (CORREIA, 1998, p. 46), tendo a mídia participação fundamental para articular tais debates. Dessa forma, a opinião pública pode ser definida enquanto um “processo racional de confrontação de juízos e de debate público sendo a comprovação resultante de diferentes correntes de opinião” (CORREIA, 1998, p. 44). É por esse motivo que se reforça o compromisso da comunicação pública com a tomada de posição sobre os assuntos capazes de fortalecer a democracia e a participação do cidadão no espaço público.

2.2 COMUNICAÇÃO PÚBLICA E A CENTRALIDADE DO INTERESSE PÚBLICO

Ainda nessa perspectiva da centralidade da atividade midiática em atender as demandas dos cidadãos, tanto a literatura brasileira quanto a estrangeira situam a garantia do interesse público como aspecto fundamental para a legitimação da comunicação pública (ZEMOR, 1995; JARAMILLO LÓPEZ, 2012; DUARTE, 2012; KUNSCH, 2012). Assim, o interesse público poderia ser definido como “o interesse do todo, do próprio conjunto social, o que não se confunde com a ideia de soma de interesses individuais” (MELLO, 2001 apud KOÇOUSKI, 2012, p.87).

Já de acordo com Faria (2012), a compreensão sobre a definição de interesse público está imersa numa luta de interesses e confrontos presentes propriamente nos processos sociais, sendo também passível de revisão e envolvimento de múltiplos atores: “Interesse público não existe em si, ou por si mesmo, mas trata-se de um emaranhado de interesses. (...) A imagem mais apropriada pode ser associada a um caldeirão, cujo conteúdo final, ainda desconhecido, reúne vários ingredientes na fervura” (FARIA, 2012, p. 175). Ainda considerando que o interesse público diz respeito ao que concerne à vida cidadã, Bueno (2009, p. 20) observa que ele pode ser entendido como “toda ação de comunicação que tem como objetivo primordial levar uma informação à população

que traga resultados concretos para se viver e entender melhor o mundo, sendo os beneficiários diretos e primordiais da ação a sociedade e o cidadão”.

De acordo com Sartor (2016), são as raízes do conceito de comunicação pública que nos possibilitam a compreensão sobre a origem e finalidade da dimensão normativa do interesse público:

Origem, porque são os temas e acontecimentos de interesse público que devem adquirir visibilidade perante os cidadãos e, assim, deflagrar as discussões e os embates argumentativos na esfera pública. Finalidade, porque tais discussões e embates devem legitimar, no campo da política e no que se refere à atuação do Estado, decisões e medidas capazes de atender o interesse público (SARTOR, 2016, p.119).

Para o autor francês Pierre Zémor (1995), um dos principais precursores da discussão a respeito da comunicação pública, quatro importantes aspectos precisam ser observados pela mídia no oferecimento das condições para que o cidadão se informe e atue de forma crítica e autônoma na compreensão do mundo:

a) informar (levar ao conhecimento, prestar conta e valorizar); b) ouvir as demandas, as expectativas, as interrogações e o debate público; c) contribuir para assegurar a relação social (sentimento de pertencer ao coletivo, tomada de consciência do cidadão enquanto ator); d) acompanhar as mudanças, tanto as comportamentais quanto as da organização social (ZÉMOR, 1995, p. 5).

Já o colombiano Jaramillo López (2012), que apresenta contribuições importantes para os estudos da comunicação pública na América Latina, o funcionamento da comunicação pública representa um lugar central para as disputas em volta de significações sociais. Segundo o teórico, esse espaço torna possível uma melhor compreensão sobre os acontecimentos da sociedade e pode ser definido como

um conjunto de temas, definições, fatos e metodologias referentes à forma como os sujeitos lutam por intervir na vida coletiva e na evolução dos processos políticos provenientes da convivência com o outro por participar da esfera pública, concebida como o lugar de convergência das distintas vozes presentes na sociedade (JARAMILLO LÓPEZ, 2012, p. 55).

Já nos estudos desenvolvidos no Brasil, há de se considerar as intersecções do conceito da comunicação pública com a comunicação organizacional, política e governamental. Conforme Jorge Duarte (2009), a primeira está relacionada aos processos comunicativos no interior de uma organização e entre ela e seu ambiente externo. Já a comunicação política aborda o discurso e a ação de governos, partidos e

seus agentes na conquista da opinião pública. Por sua vez, a governamental ou estatal tem foco na prestação de contas e em levar ao conhecimento da população as políticas, os projetos e as ações. Sobre o oferecimento da comunicação pública, o pesquisador enumera cinco pontos fundamentais que precisam ser observados para que as demandas dos cidadãos sejam atendidas:

(a) compromisso em privilegiar o interesse público em relação ao interesse individual ou corporativo; (b) centralizar o processo no cidadão; (c) tratar a comunicação como um processo mais amplo do que a informação; (d) adaptação dos instrumentos às necessidades, possibilidades e interesses públicos; (e) assumir a complexidade da comunicação, tratando-a como um todo uno (DUARTE, 2012, p.59).

Já Margarida M. Krohling Kunsch (2012, p.20) considera que os fundamentos da comunicação pública “dizem respeito diretamente à comunicação governamental aplicada à administração na esfera federal, estadual e municipal de todos os três poderes da República ou de uma nação”. Há que se levar em conta que, apesar das distinções necessárias, ambas devem corresponder ao interesse público, pois, como defende Marina Koçouski (2012, p. 91), a comunicação pública “tem como objetivos promover a cidadania e mobilizar o debate de questões afetas à coletividade, buscando alcançar, em estágios mais avançados, negociações e consensos”. Dessa maneira, é importante perceber que as contribuições dos diferentes autores apresentam a relevância do interesse público como indicativo comum para o aperfeiçoamento da comunicação pública e viabilização do atendimento às necessidades do cidadão.

2.3 TELEVISÃO PÚBLICA E A TENTATIVA DE GARANTIA DO INTERESSE PÚBLICO

A partir do século XX, com a fabricação dos primeiros aparelhos de televisão por volta da década de 1930 na Europa, a atividade midiática foi impulsionada pela imposição visual da TV que veio modificar “(...) essencialmente, a própria natureza da comunicação, deslocando-a do contexto da palavra (seja impressa ou transmitida pelo rádio) para o contexto da imagem” (SARTORI, 2001, p. 21). Na verdade, conforme argumenta Férres (1998, p. 13), “nenhum outro meio de comunicação na história havia ocupado tantas horas da vida cotidiana dos cidadãos, e nenhum havia demonstrado um poder de fascinação e de penetração tão grande”.

Por outro lado, Sartori (2001) aponta que uma das maiores fragilidades da televisão desde o seu surgimento foi o fato de não oferecer conteúdos diferenciados, tratando o telespectador de maneira generalista, de acordo com o que previa os anúncios publicitários. A perseguição pela sedução, fragmentação seletiva e adormecimento da racionalidade do cidadão são apontados por Férres (1998, p. 159) como alguns dos parâmetros que a televisão criada sob a lógica comercial buscou perseguir: “tende a focalizar, seletivamente, a atenção dos espectadores naquelas dimensões isoladas da realidade que tem interesse em destacar, marginalizando acontecimentos ou dimensões dos acontecimentos (...)”. Dessa maneira, a televisão voltada ao lucro se tornava predisposta a atuar através de ideologias e trabalhar na ocultação de realidades, sendo um lugar “que nos olha, que nos interpela, que nos designa e nos localiza antes de que para ela nós olhemos” (BUCCI, 2004, p.33). Ainda segundo Férres (1998, p. 161), “se a televisão é poder, é, então, porque tem a capacidade de influenciar. E o poder é maior porque é exercido com base no fascínio e na opacidade, a partir do mascaramento das intenções e dos mecanismos formais utilizados”.

Apesar disso, é importante situar que a televisão ocupa lugar central para a constituição e conformação do espaço público, uma vez que “o que não tem visibilidade não adquire cidadania” (BUCCI, 2004, p. 34). Diante da necessidade do comprometimento com o interesse público enquanto tentativa de “assegurar a saúde democrática da esfera pública” (BUCCI, 2015, p. 84), assim como do equilíbrio na propagação de interesses comerciais no campo da comunicação, a solução encontrada pelo Estado de alguns países europeus foi a implantação das primeiras emissoras de rádio e depois as de televisão públicas ao longo do século XX, sendo a *British Broadcasting Corporation* (BBC) de Londres a primeira experiência de televisão pública do mundo, inaugurada em 1936. Naquele momento, a contribuição estatal também se deu através da regulação dos canais comerciais e na “manutenção de canais públicos, que procuram atender a demanda coletiva por programação de qualidade, ajustada a ideais mais elevados de formação, informação e cultura” (ROTHBERG, 2011, p.8).

Assim, em muitos países europeus, não foram permitidas a presença de forças comerciais e governamentais na mídia devido à necessidade de superação dos traumas trazidos pelos regimes totalitários com o fim da Segunda Guerra Mundial para o campo da comunicação: “esperava-se afirmar na prática o pressuposto da igualdade de

condições tanto para a liberdade de expressão como para o acesso à informação” (BUCCI, 2015, p. 85). Dessa maneira, a razão de existência das primeiras televisões públicas, especialmente na Europa, estava ancorada na promoção do interesse público e na “simetria entre as múltiplas vozes e os múltiplos olhares que têm lugar no espaço público” (BUCCI, 2015, p. 85). Para isso, os valores característicos das primeiras experiências de TVs públicas se basearam “na noção de serviço público e de independência. Sem esses dois elementos, haveria apenas inconsistência e incoerência” (OTONDO, 2008, p. 45).

No Brasil, Leal Filho explica que, diferentemente dos países europeus, as primeiras iniciativas para implantar os “serviços públicos de radiodifusão foram sempre subordinadas ao modelo comercial, atuando de forma complementar a ele. Ou seja, ocuparam os espaços que não atraíam os interesses da iniciativa privada” (LEAL FILHO, 2007, p. 2). Além disso, o surgimento das primeiras experiências de televisão pública¹¹ brasileira se deu a partir do nascimento das TVs educativas, somente no ano de 1968 com a implementação da pioneira TV Universitária da Universidade Federal de Pernambuco, durante o regime da Ditadura Militar (1964-1985). Para o pesquisador, a ausência de uma televisão pública forte no Brasil “impossibilitou a criação de uma massa crítica capaz de exigir da televisão, no mínimo, o respeito aos preceitos constitucionais que determinam a prestação de serviços de informação, cultura e entretenimento” (LEAL FILHO, 2007, p. 2).

Sendo assim, as discussões sobre os modelos de televisão pública adquirem uma vastidão de correntes teóricas incapazes de se esgotar neste trabalho, pois os diversos modelos de TV pública, “em qualquer parte do mundo, não são imutáveis ou estáticos, nem podem ser porque tratam de matéria viva da sociedade, seus usos e costumes” (OTONDO, 2008, p. 45). Ainda assim, é importante observar que a visão partilhada por alguns dos principais pesquisadores do campo reconhece a centralidade da TV pública para a promoção do interesse público, por não dever se atrelar aos interesses corporativos ou governamentais (OTONDO, 2008; LEAL FILHO, 2007; BUCCI et. al., 2012; BUCCI, 2015; ROTHBERG, 2011).

¹¹ O capítulo 3 deste trabalho aprofunda as tensões e problemáticas referentes ao surgimento das primeiras experiências de televisão pública no Brasil, assim como os principais desafios enfrentados nas suas práticas nos dias atuais.

Só para se ter uma ideia da vastidão de possibilidades que envolvem a discussão, Valente (2009) apresenta algumas perspectivas teóricas traçadas a respeito da televisão pública. Entre elas podemos destacar: 1) a elitista, que se refere ao compromisso com a catalisação da alta cultura e conhecimento; 2) a educativa, voltada à ampliação da formação da população; 3) a alternativa ao modelo comercial, devendo atender às demandas sociais não oferecidas pela comunicação voltada ao lucro; 4) o público não-estatal, caracterizado pela sua independência dos interesses do Estado e do mercado; e 5) a culturalista, pautada no compromisso com a promoção da diversidade cultural (VALENTE, 2009).

A “razão de ser” da televisão pública é apresentada por Bucci (2015, p. 124) através de cinco bandeiras que devem estar presentes no seu plano estético. Em primeiro lugar deve almejar o invisível, tendo como objetivo permanente a ultrapassagem do que é fornecido pela indústria do entretenimento, buscando por novas maneiras de enxergar o mundo. Também deve desmontar a oferta do gozo pré-fabricado pela indústria comercial e insistir na problematização e criticidade dos acontecimentos. Em terceiro lugar, precisa buscar e promover o conteúdo que não é desenvolvido na TV comercial. Além disso, tem a missão de emancipar em lugar de vender, sem copiar o modelo comercial que insiste em aprisionar as audiências através de conteúdos sensacionalistas e vazios de reflexão. Por último, possui o desafio de desvencilhar-se do medo do “chefe”, pois só ao perder o temor pelos interesses dos governantes é que a administração da TV pública seria capaz de atrair o seu público.

Dessa forma, a televisão pública apresenta o papel de primeiramente se pautar na promoção dos valores democráticos e plurais, além de abrir espaços para a inclusão das diferentes ideias presentes na sociedade, devendo abarcar “(...) a centralidade do papel desempenhado pela mídia na estruturação de relações interpessoais e intergrupais, em um nível mais amplo, e assumindo a responsabilidade por ela como provedor do serviço público de radiotelevisão” (ARROYO et al., 2012, p. 90-91, tradução nossa).

Segundo os teóricos Jay Blumler e Wolfgang Hoffman-Riem (1992), é possível traçar três linhas que caracterizam a televisão pública, a partir dos âmbitos cultural, político e social. Como instituição cultural, sua programação deve ser responsável por incluir a produção independente e outras que não são contempladas pela mídia comercial. Como instituição política, espera-se a defesa da vida cívica e abertura para as

vozes minoritárias. Já como instituição social, deve estreitar os vínculos sociais (WOLTON, 1997) e aceitar os valores de diferentes grupos sociais (BLUMLER; HOFFMAN-RIEM, 1992 *apud* LOPES, F., 1999, p. 9).

Sendo assim, o seu compromisso é diferente dos modelos de televisão comercial e estatal. Além do interesse pelo gosto e preferências do consumidor, Othon Jambeiro (2011, p. 27) explica que os operadores comerciais procuram “incessantemente delinear, seduzir e aprisionar audiências, cujo poder aquisitivo possa ser ‘vendido’ a anunciantes de produtos, serviços e ideias”. Por sua vez, o sistema estatal costuma se estabelecer para manter influência política e controle social, seguindo suas próprias estratégias. Também pode buscar “contribuir para a conquista de objetivos coletivos, como concebidos no interior do partido comunista” ou atuar na conquista de “objetivos culturais e educacionais, como concebidos no interior do sistema formal de educação do Estado” (JAMBEIRO, 2011, p. 26), como no caso das TVs educativas.

É também importante situar que as reflexões sobre as características da televisão estatal envolvem disputas tanto no campo político quanto no acadêmico. Para Bucci (2015, p. 75), o conteúdo do modelo estatal deve prezar pelo interesse público e sua principal função deve ser a abordagem de informações relevantes acerca das atividades do governo. Assim, ele não deveria ser utilizado como instrumento de propaganda governista, mas se definir pelo que é capaz de perguntar ao poder, não pelo que responde em nome do poder. Além disso, a comunicação desenvolvida no âmbito estatal pode tratar-se “de uma forma legítima de um governo prestar contas e levar ao conhecimento da opinião pública os projetos, ações, atividades e políticas que realiza e que são de interesse público” (BRANDÃO, 2006, p.3).

Por sua vez, o operador público tem o objetivo de educar e informar, fornecendo ao público o que ele necessita para a compreensão da vida em sociedade (JAMBEIRO, 2011). Dessa forma, a televisão pública, como alternativa ao modelo comercial e estatal, deve se pautar “na multiplicidade de públicos e dialogar com as demandas informativas e culturais de cada um deles” (VALENTE, 2009, p. 33). Apesar disso, Esteves (2016) defende a importância da existência equilibrada ou complementar entre a mídia pública, estatal e comercial, pois “(...) nenhum segmento específico dos media (nem o próprio serviço público) reúne em si a totalidade dos atributos e a força

necessários para garantir uma democracia satisfatória da comunicação pública” (ESTEVES, 2016, p. 48).

2.4 TELEVISÃO PÚBLICA E O PAPEL DO ESTADO: ENTRE EXPERIÊNCIAS INTERNACIONAIS E MODELOS DE FINANCIAMENTO

A compreensão acerca do papel do Estado no oferecimento da televisão pública se torna crucial porque a qualidade do conteúdo que se espera da mídia pública está relacionada a não subordinação a nenhum órgão do governo nem às forças comerciais, mas à observância do diálogo com a sociedade através da produção, diversidade do conteúdo e gestão com representatividade social. Assim, quanto maior for a participação pública, maior é a chance da consolidação dos processos democráticos.

Habermas (1997) defende que o poder político só tem legitimação para agir quando a opinião pública o direciona, sendo capaz de programá-lo para reagir à pressão das situações problemáticas no todo social. Dessa maneira, o Estado não deveria agir a favor dos interesses particulares do mercado nem dos grupos políticos poderosos que controlam o aparelho de Estado, mas em prol da consolidação de uma soberania popular. A partir dessas reflexões o teórico concebe os três modelos normativos de democracia (liberal, republicano e deliberativo), defendendo este último como capaz de, aplicando a teoria do discurso à teoria da democracia, garantir uma gradativa consolidação da deliberação democrática, através da

imagem de uma sociedade descentralizada, que na verdade diferencia e autonomiza com a opinião pública um cenário propício à constatação, identificação e tratamento de problemas pertinentes à sociedade como um todo (HABERMAS, 1997, p.283).

Assim, a teoria do discurso vai além da concepção liberal e republicana sobre o processo democrático. No liberalismo, a função da política é a de congregar e impor interesses sociais em particular, sendo regida fortemente por uma legislação concebida para regular relações de mercado. Já a concepção republicana está centrada no “sentido radicalmente democrático de uma auto-organização da sociedade pelos cidadãos em acordo mútuo por via comunicativa” (HABERMAS, 1997, p. 276). Apesar de apresentar elementos mais avançados que o pensamento liberal, sua principal

desvantagem é a idealização do processo democrático como “dependente das virtudes de cidadãos voltados ao bem comum” (HABERMAS, 1997, p. 276), uma vez que não são todos que possuem a capacidade de agir a favor do bem-estar social coletivo. Por outro lado, a concepção do teórico a respeito da teoria do discurso considera que “o sistema político não é nem o topo nem o centro da sociedade, nem muito menos o modelo que determina sua marca estrutural, mas sim um sistema de ação ao lado de outros” (HABERMAS, 1997, p.284).

A partir da reflexão habermasiana podemos compreender que o distanciamento dos interesses particulares dos grupos políticos que se apoderam do aparelho de Estado e das corporações do mercado fortalece o processo democrático e é capaz de oferecer mecanismos para o estabelecimento de uma cultura política libertadora. Dessa forma, a atuação de um Estado atento às estruturas comunicativas da opinião pública pode fornecer um direcionamento político capaz de contribuir para o enfrentamento dos problemas sociais e consolidação do oferecimento de uma televisão pública permeada pela diversidade e representatividade.

Além disso, diante da importância da televisão pública, catalisadora do interesse e atendimento das demandas do cidadão, a presença do Estado deveria ser central para sua garantia (OTONDO, 2008), tanto na administração, através da oferta de mecanismos que assegurem a participação do público nas deliberações, como na garantia do financiamento, que não deveria ficar à mercê dos diferentes governos e gestões que perpassam as empresas de comunicação. Tal entendimento é necessário para o aprofundamento da discussão sobre os modelos de captação de recursos para a manutenção da televisão pública, abordagem tão complexa e necessária como o aprofundamento do seu próprio conceito. Segundo o pesquisador colombiano Francisco Ortiz Rebolledo (2013), a televisão pública aponta alguns indicadores que são capazes de medir a qualidade de uma democracia:

Se se constatar que esta televisão é independente, diversa, inclusiva e participativa, que dispõe dos recursos necessários para produzir conteúdos de qualidade, que tem um público satisfeito com a oferta comercial, então se pode falar de um Estado com uma democracia saudável (REBOLLEDO, 2013, p. 303, tradução nossa).

Segundo Rothberg (2011), historicamente as democracias maduras buscaram enfrentar as falhas de um mercado livre das comunicações a partir da atuação do Estado. Assim, o poder estatal deveria atuar na afirmação do interesse público e “precisa ser de

alguma forma capacitado concretamente à defesa da liberdade de expressão, diante do poder coercitivo de diversas instâncias atuantes no mercado” (ROTHBERG, 2011, p. 20-21). Portanto, o Estado funcionaria como um instrumento de fortalecimento do interesse do cidadão, impedindo este de ser refém dos interesses corporativos.

Por outro lado, Jambeiro (2011) observa que importantes estudos sobre os sistemas públicos de televisão, a exemplo dos desenvolvidos pelos pesquisadores Ien Ang (1991) e Davi Sawers (1989) sobre a *British Broadcasting Corporation* (BBC) ainda nas décadas de 80 e início de 90, constatarem constrangimentos da atuação do serviço para a aproximação com modelos comerciais no que diz respeito à captação de recursos. O teórico descreve que a preocupação com os pagamentos da *license free*, taxa paga anualmente pela população, “fez com que seus produtores passassem a estar sob pressão no sentido de assegurar grandes e constantes audiências para seus programas” (JAMBEIRO, 2011, p. 29).

Duas décadas após o estudo, a situação do financiamento da BBC continua sendo alvo de discussões do governo britânico¹², que pretende revisar o modelo de arrecadação e penalização pelo descumprimento da contribuição. Apesar do cidadão usar ou não o serviço da empresa pública, ter um receptor em casa implica no pagamento da *license free*, que tem o Estado como responsável pela cobrança e administração. Apesar de ser considerada um dos maiores exemplos de financiamento público por receber o pagamento anual de cada cidadão de uma taxa que equivale a R\$ 870, cerca de 20% de seu orçamento global é proveniente de operações comerciais da BBC *World*. No entanto, só para se ter uma ideia da importância do financiamento público, “a série mais vista no Reino Unido em 2018 foi *Bodyguard*. A BBC precisaria de mais de 30 séries igualmente bem-sucedidas para manter o nível de audiência do ano anterior”¹³.

No Japão, a televisão pública ainda consegue se manter com 100% da receita oriunda da taxa paga por residência, que pode chegar até 24.090 ienes por ano (recepção terrestre e por satélite), o equivalente a R\$ 902,78. Mas em países europeus como a Alemanha, o financiamento que é obtido pela taxa paga por cada cidadão (cerca 86%)

¹² Disponível em < <https://brasil.elpais.com/internacional/2020-02-17/boris-johnson-poe-em-duvida-futuro-da-bbc.html> >. Acesso em 20/03/20.

¹³ <https://brasil.elpais.com/internacional/2020-02-17/boris-johnson-poe-em-duvida-futuro-da-bbc.html>

também é complementado com as receitas comerciais através da venda de programas e publicidade. No entanto, os anúncios não podem exceder mais de vinte minutos da programação diária e nem ser veiculados depois das oito horas da noite ou aos domingos. Já em países como a Suécia, Dinamarca e Finlândia, a taxa responde por mais de 90% do orçamento das televisões públicas. O restante também é proveniente da venda de programas, de patrocínios e, em alguns casos, de publicidade (INTERVOZES, 2009).

Essa abertura para um financiamento misto, isto é, uma parte oriunda de recursos públicos e a outra do mercado, é uma das concepções problematizadas pelos estudiosos do campo. Diego Portales Cifuentes (2001, p.134 apud BUCCI, 2015, p. 87) observa que, “ao conciliar publicidade e recursos estatais, as emissoras públicas (...) poderiam evitar os malefícios de um e de outro”. Apesar dos estudos na área não apresentar um consenso sobre o modelo adequado para o levantamento de recursos nas televisões públicas, algumas investigações trabalham com a concepção de que a autonomia diante do mercado e dos governos é crucial para a observância dos preceitos da comunicação pública.

Tal visão é compartilhada por Bucci (2015), ao argumentar que a dependência de recursos comerciais deturpa a própria razão de ser das emissoras públicas. O pesquisador explica que, “quando aceitam a publicidade como meio de financiamento expressivo (com peso significativo no orçamento regular), elas não têm como evitar a adoção de critérios mercadológicos” (BUCCI, 2015, p. 88). Assim, além da natureza jurídica de direito público e da independência do mercado e governo, para que uma empresa de comunicação seja caracterizada como pública, é necessário que seu financiamento seja público, isto é, advindo dos repasses do Estado, contribuições da sociedade, doações ou publicidade institucional (BUCCI et al, 2012).

Por outro lado, os governos impõem riscos para o conteúdo produzido pelas emissoras públicas de comunicação por estarem “geralmente encarregados de supervisionar a administração e o financiamento (...)” (MENDEL; SALOMON, 2011, p. 46). Para reduzir a dependência dos recursos estatais, a alternativa adotada pela televisão pública do Equador, por exemplo, se deu por uma reforma que passou a considerar a publicidade comercial no financiamento de 10% das suas despesas. Ainda na América Latina, a captação mista de recursos também é uma realidade da *Televisión*

Pública Argentina, que, a partir da aprovação da Lei de Serviços de Comunicação Audiovisual no ano de 2009, “possibilitou a diversificação das fontes de financiamento. Com a lei os concessionários privados pagam uma taxa ao Estado e, dessa, 20% é usado para o custeio da radiodifusão pública” (LOPES, 2014, p.40). Já na *Televisión Nacional de Chile* (TVN), todos os recursos da TV pública são captados no mercado.

No Brasil, foi proibida a veiculação de quaisquer tipos de publicidade comercial na TV Brasil, sendo estabelecido o financiamento público, oriundo das “dotações orçamentárias, prestação de serviços, doações, a distribuição da publicidade legal do poder executivo, apoios culturais, publicidade institucional, receitas obtidas por meio de leis de incentivo à cultura e ao audiovisual” (INTERVOZES, 2009, p. 281). Além disso, foi criada a Contribuição para o Fomento da Comunicação Pública, que é cobrada das empresas de telecomunicações, com o recolhimento de 5% do montante arrecadado pelo Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (Fistel) para a EBC.

Após uma luta judicial travada entre o setor privado que contestou o pagamento da taxa por anos, foi acumulado um valor de mais de R\$ 2 bilhões, além de R\$ 1 bilhão depositado judicialmente. Conforme observa Passos et. al (2018), a contribuição nunca foi repassada para a empresa e caso houvesse a liberação dos recursos, “não precisaria fazer qualquer outra dotação orçamentária por pelo menos quatro anos, levando em conta o orçamento médio da empresa” (PASSOS et. al, 2018, p. 2), que nunca ultrapassou R\$ 600 milhões.

Tabela 1 – Despesas EBC (2016-2019)¹⁴

ANO	DESPESAS PREVISTAS	DESPESAS EXECUTADAS
2016	R\$ 657,43 milhões	R\$ 565,20 milhões
2017	R\$ 708,41 milhões	R\$ 537,72 milhões
2018	R\$ 723,38 milhões	R\$ 552,65 milhões
2019	R\$ 617,09 milhões	R\$ 471,13 milhões

Fonte: Portal da Transparência

Pesquisadores brasileiros como Laurindo Lalo Leal (2009) e Ivonete Lopes (2014) pontuam que a garantia da qualidade da televisão pública nos países latino-americanos poderia estar relacionada a formas alternativas de financiamentos. Seriam elas: “a) doações efetuadas por pessoas físicas e jurídicas; b) taxas que possam ser

¹⁴ No portal da transparência não há registros anuais referentes ao ano 2007-2015.

aplicadas sobre as contas de grandes consumidores; e c) cobrança de um percentual sobre a venda publicitária das emissoras comerciais” (LOPES, 2014, p. 36).

2. 5 TELEVISÃO PÚBLICA E CREDIBILIDADE

Como garantir a arrecadação de recursos por meio da contribuição dos cidadãos num país como o Brasil, marcado pela desconfiança acerca da implementação dos propósitos da radiodifusão pública? A esse fenômeno os pesquisadores brasileiros Carlos Eduardo Esch e Nélia R. Del Bianco (2016) nomeiam como “passivo simbólico”. Segundo os autores, “ao longo da história parece haver se constituído um ‘saldo simbólico negativo’, relacionado ao processo de constituição das imagens estabelecidas pelos meios públicos perante o cidadão brasileiro” (ESCH; BIANCO, 2016, p. 128).

Conforme os teóricos, tal defasagem das perspectivas do público sobre a televisão pública brasileira é materializada, sobretudo, pela “qualidade do trabalho que as emissoras realizam frente à relativa independência perante a estrutura governamental que as financiam e subordinam administrativamente” (ESCH; BIANCO, 2016, p. 128). Além disso, a desconexão entre audiência e meios públicos tem sido acentuada pela prática do patrimonialismo, que “ocorre quando o governante trata a administração política como assunto pessoal, ao mesmo tempo em que explora a posse do poder político como se fora predicado de sua propriedade privada” (ESCH; BIANCO, 2016, p. 129).

Assim, a imagem construída acerca das rádios e TVs públicas na América Latina, em grande maioria atrelada a governos, “produziu um significado social que criou distanciamento entre audiência e meios de interesse público” (ESCH; BIANCO, 2016, p. 129). Ainda assim, a pesquisa¹⁵ desenvolvida no ano de 2015 pelo Observatório da Radiodifusão Pública da América Latina mostrou que “os participantes entendem (68%) que rádios e TV públicas são importantes para a democracia e, por isso, devem

¹⁵ A pesquisa nomeada “Cidadãos e Meios Públicos”, contou com a participação de 600 cidadãos brasileiros. Através de uma plataforma virtual com adesão espontânea à participação na pesquisa, “os respondentes, na sua maioria (46.8%), têm idade entre 20 a 35 anos, 34,6% vivem na região Sudeste, a mais desenvolvida do país, e 42,9% no Centro-Oeste” (ESCH; BIANCO, 2016, p. 116).

ter sua existência garantida e apoiada” (ESCH; BIANCO, 2016, p. 129). No entanto, o estudo mostrou que os brasileiros entrevistados não concordam com a possibilidade de custear através de taxas específicas a existência da mídia pública no país.

Quase metade dos participantes (47%) concordaram que o jornalismo da radiodifusão pública brasileira é de qualidade. Sobre a abordagem de temas de interesse da população, a maioria (44%) também concordou. No entanto, 34% disseram que o jornalismo aborda temas de interesse do governo e somente 36% disseram que o jornalismo oferece diversas perspectivas da notícia. Além disso, “a falta de independência editorial é apontada como um problema para metade dos participantes que disseram assistir à TV pública” (ESCH; BIANCO, 2016, p. 129).

Para mudar a realidade dos constrangimentos impostos pelos governos, Bucci (2015, p. 89) defende que “a solução está na proibição legal e efetiva de que autoridades governamentais tentem interferir na linha editorial, pois essa interferência constitui nada menos que tráfico de influência”. Já na concepção de Jambeiro (2011, p. 125), o desafio travado pelas Tvs não comerciais no último século tem sido “simplesmente sobreviver, porque, além da falta de dinheiro, passaram a enfrentar problemas mais profundos: descobrir o que devem fazer para justificar sua existência (...)”.

Para afirmar sua razão de existir, o autor defende que a televisão pública deveria atender às necessidades de expressão da diversidade dos grupos, tanto em relação a sua natureza étnica e cultural, quanto econômica e de gênero. É essa também a proposta dos pesquisadores da Unesco (2011), que argumentam que apesar de não ser entendido e reconhecido por grande parte da população brasileira, é a mídia pública que pode “oferecer complemento à programação das emissoras comerciais, ampliando a diversidade de conteúdo e a pluralidade dos atores envolvidos na sua produção e veiculação” (MENDEL; SALOMON, 2011, p. 45).

Assim, após visitarmos as raízes da comunicação pública, a centralidade da televisão pública para o fortalecimento do interesse público, assim como já tendo apresentado a discussão sobre os conflitos emergentes dentro desse espaço, se torna necessário aprofundarmos tais reflexões, especificamente, na televisão pública brasileira, a TV Brasil.

3 O SURGIMENTO DA TV BRASIL: ENTRE VELHOS DESAFIOS E OS DESMONTES

3.1 TELEVISÃO BRASILEIRA E A DEFESA DE INTERESSES PARTICULARES

Assim como em alguns países latino-americanos, a televisão brasileira é caracterizada por experiências históricas que ameaçam a problematização das demandas do cidadão e o aprofundamento da reflexão crítica sobre os assuntos que os cercam. A gestão comercial da televisão por grupos empresariais se expandiu e deu “lugar aos gigantes conglomerados que controlam e concentram a propriedade desses meios de comunicação na região (...)” (ARROYO et al., 2012, p. 36, tradução nossa). Apesar de pertencerem, em princípio constitucional, ao público, a maior parte das concessões de rádio e televisão brasileiras são exploradas comercialmente para obtenção de lucro¹⁶.

A liderança de grupos familiares, políticos e religiosos nos meios de comunicação do Brasil o fez ocupar uma das piores posições de risco à diversidade¹⁷. Só pra se ter uma ideia sobre seu domínio, conforme observa Cabral (2018, p. 51), “no caso da radiodifusão, a Rede Globo é o principal grupo, atingindo o país inteiro com suas emissoras, retransmissoras e geradoras, com grande influência na política, na economia e na sociedade brasileira”. Tal situação abre caminhos para a discussão sobre a importância da mídia voltada à informação e educação do povo para a cidadania, uma vez que os impactos dessa apropriação são sentidos na deturpação do compromisso com o interesse do cidadão.

Entre os principais fatores relacionados ao enfraquecimento de suas características, dois merecem ser destacados: 1) a influência do poder econômico através do fortalecimento da propriedade privada dos meios de comunicação e 2) a influência política nos constrangimentos editoriais dos diferentes governos sobre a produção noticiosa (ROTHBERG, 2011). Edward Ross (2008), por sua vez, apresenta

¹⁶ Nesta ordem de liderança de audiência está a Globo com 36,9% (família Marinho); seguida pelo SBT com 14,9% (Família Abravanel); a Record, com 14,7%, do Bispo Edir Macedo, líder da Igreja Universal Reino de Deus (IURD), igreja que também está à frente do Partido Republicano Brasileiro (PRB); Bandeirantes (Família Saad) com 4,1%; e RedeTV, com 1,2% (Grupo Amilcare Dallevo / Marcelo de Carvalho).

¹⁷ Os dados são da Pesquisa de Monitoramento da Propriedade da Mídia, promovida pela Organização Repórteres sem Fronteiras (Alemanha) e executada no Brasil em parceria com o coletivo Intervozes.

três desenvolvimentos econômicos no campo do setor editorial que também corroboram para a atitude de muitas empresas jornalísticas terem se tornado porta-vozes dos poderes financeiros, assim como serem responsáveis pela supressão de notícias importantes.

Para Ross (2008), esse processo de mercantilização da instituição jornalística, ao deslocar o controle dos jornais às mãos de pessoas movidas exclusivamente pelos critérios comerciais, significou a comercialização da imprensa. Em primeiro lugar, o teórico explica que os jornais se transformaram em uma empresa capitalista, uma vez que seus “diretores são pessoas contratadas e não podem publicar no jornal nada mais do que a parte de sua consciência e de seus ideais que seja compatível com melhores resultados econômicos com o investimento” (ROSS, 2008, p. 89).

Além disso, o crescimento dos anúncios publicitários na imprensa trouxe implicações às informações que serão veiculadas ou censuradas, pois a “cada ano que passa, a venda de publicidade representa um volume maior na receita total e os assinantes uma quantidade menor” (ROSS, 2008, p. 90). Segundo ele, a frequente submissão dos jornais a interesses comerciais tem contribuído também para sua subordinação a outros setores. Ao fazer com que o jornal incentive “ambições políticas ou sociais, o seu proprietário estará prejudicando-o como um meio de ganhar dinheiro, sem dúvida, mas utilizando-o para enganar gente suficiente por um tempo suficiente” (ROSS, 2008, p. 92).

Historicamente, a tentativa de descentralizar a posse dos grupos econômicos e políticos que controlam a mídia no Brasil constituiu uma disputa ideológica travada no sistema de comunicação do país. Nesse sentido, pode-se considerar que a influência do governo brasileiro sobre a imprensa está presente em todos os âmbitos e através de diferentes instrumentos: “legislação, ações judiciais, ameaças oficiais, pressões políticas e econômicas, bem como a censura policial” (MATTOS, 1996, p.12). Por isso, o autor observa que, apesar da regulamentação do setor da comunicação, com o surgimento do Ministério das Comunicações ocorrido há mais de trinta anos atrás, foi restringida a livre atuação das forças comerciais sobre o setor naquele momento, uma vez que foi mantida e até facilitada a ingerência política nos veículos, chegando a interferir até mesmo no conteúdo. Isso porque, desde os anos 70, o governo brasileiro se estabeleceu como principal anunciante nos meios de comunicação, aumentando o controle estatal através do financiamento tanto das emissoras comerciais, quanto das públicas.

É importante observar que, ainda no período da Ditadura Militar do Brasil (1964-1985), concessões públicas de rádio e TV foram dadas para as emissoras que ainda hoje são líderes no mercado, conferindo-lhes “um poder de *lobby* e de manipulação mais do que conhecido, inaceitável segundo padrões internacionais” (BOLAÑO; BRITTOS, 2008, p. 9). A Rede Globo, por exemplo, está presente em 98,33%, ou seja, em mais de 5.470 cidades brasileiras. Além disso, esses grupos de radiodifusão comerciais “trabalham os conteúdos dos programas televisivos e radiofônicos a partir do que definem em suas linhas editoriais, [e] não levam em consideração as peculiaridades locais e as diversidades culturais” (CABRAL, 2019, p. 166-167). Conforme explica Ramos (2005, p. 66), “o poder da Globo sobre a política e os políticos no Brasil, portanto, decorreu sempre muito mais da falta de um ambiente normativo claro e específico do que das ações de um empresário em particular”.

Só para se ter uma ideia, a primeira e única Conferência Nacional de Comunicação (Confecom), realizada no ano de 2009 em Brasília, foi alvo de enormes resistências dos grandes grupos de mídia e da iniciativa do setor privado. Ainda durante a realização do evento, Pinto (2020) observa que o comportamento da iniciativa do setor privado já demonstrava o teor que seria dado à Conferência:

O setor privado que tem pouco interesse em debater a realidade das comunicações no país e em construir realidades que superem desigualdades e promovam o desenvolvimento social. Movem grandes esforços para proteger seus interesses e demonstram pouca intimidade com a dinâmica de evolução das democracias (PINTO, 2020, p.44).

O evento aconteceu na tentativa de discutir as políticas de comunicação do país e a regulação dos meios, que envolve a possibilidade de outorgar estações radiodifusoras de som e imagem para diferentes atores sociais, inclusive, facilitar o acesso de setores sociais tradicionalmente excluídos do debate no espaço público. Apesar de ter cerca de 600 propostas aprovadas, essas ainda permanecem no papel. Entre elas, “a regulamentação dos sistemas público, privado e estatal de comunicação, que são citados na Constituição federal, mas que, até hoje, carecem de definição legal, com reserva de espaço no espectro para cada um destes” (BARBOSA, 2020, p. 36).

Já de acordo com o pesquisador Venício Lima (2006), não houve preocupação do legislador com a concentração da propriedade no setor da comunicação, desde que se deu início à regulação da radiodifusão do país, ainda na década de 1930, com o Decreto nº 20.047/1931 e o Decreto nº 21.111/1932 que passou a ser o Código Brasileiro de

Telecomunicações. Somente o Art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, do período autoritário, foi capaz de estabelecer limites para as concessões de radiodifusão. No entanto, a interpretação que o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações¹⁸ tem acerca do documento não é capaz de possibilitar uma efetiva mudança no cenário da concentração midiática.

Por outro lado, no continente europeu, a comunicação foi entendida como um serviço público, até que na década de 1980 “os países do velho continente quebraram seus monopólios e abriram o setor para a iniciativa privada” (VALENTE, 2013, p. 23). Já em países como os Estados Unidos, por exemplo, o sistema midiático já nasceu com a finalidade comercial e na América Latina países como Argentina, Equador e Uruguai possuem aspectos semelhantes ao caso brasileiro: a concentração e exploração das concessões públicas na mídia são, inclusive, apoiadas pelo Estado.

De acordo com Lima (2011), ao longo dos anos as concessões de rádio e televisão se transformaram em “*locus* privilegiado onde interesses do próprio estado e interesses privados de pessoas ou grupos políticos, disfarçados de interesse público, fossem negociados, estabelecidos, reproduzidos e preservados” (LIMA, 2011, p. 81). Se soma a isso o controle do fluxo de informações que circulam pela sociedade, que, segundo Guareschi (2002, p. 44), implica no controle da produção do ‘imaginário social’, ou melhor, “(...) atua diretamente sobre a forma como os indivíduos representam para si mesmos, e em seu grupo social, as relações e as condições de vida a que estão submetidos”.

3.2 VELHOS EMBATES NO SURGIMENTO DA TELEVISÃO PÚBLICA NO BRASIL

O vazio histórico de instrumentos voltadas ao fortalecimento de experiências de televisão efetivamente pública no Brasil tem sido também acompanhado de uma confusão entre os limites dos operadores comerciais, públicos e estatais, problemática que remota ao período do governo do ex-presidente Vargas (1930-1954):

¹⁸ “É relevante perceber que, não por acaso, uma das ações iniciais do governo Temer no ano de 2016 foi a de modificar o Ministério das Comunicações, de foco exclusivo da área comunicacional e unificá-lo na pasta do Ministério da Ciência e Tecnologia, tornando-se o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) (RÊGO; SILVA, 2019).

Não deixa de ser sugestivo observar que a própria Rádio Nacional, encampada pelo governo Vargas, praticamente funcionava nos moldes de uma empresa privada. Seus programas (música popular, radioteatro, programas de auditório) em nada diferem dos outros levados ao ar pelas emissoras privadas. [...] quando se olha a porcentagem da programação dedicada aos chamados “programas culturais” observa-se que eles não ultrapassam 4,5%. Por outro lado, entre 1940 e 1946, o faturamento da emissora, graças à publicidade, é multiplicado por sete. Ao que tudo indica, a acomodação dos interesses privados e estatais se realiza no seio de uma mesma instituição sem maiores problemas (ORTIZ, 2006, p. 53).

Além disso, as primeiras experiências de televisão pública no país se deram a partir da criação das TVs Educativas, através da regulação trazida pelo Decreto-Lei 236, de 1967, que foi autorizado durante o primeiro período da ditadura militar (1964-1985), com um atraso de 18 anos em relação a consolidação da televisão de modelo comercial (LEAL FILHO, 2007). É importante situar que as TVs educativas eram vinculadas aos governos estaduais e subordinadas ao Governo Federal, a exemplo da pioneira TV Universitária de Pernambuco, implantada no ano de 1968, cuja finalidade maior estava destinada “à divulgação de programas educacionais, mediante a transmissão de aulas, conferências, palestras e debates” (BRASIL, 1967).

A história da radiodifusão pública brasileira é apresentada por Leal Filho (2007) a partir de cinco importantes momentos históricos. O primeiro deles ocorreu em 1923, com a criação da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, que na época foi responsável por articular uma programação semelhante à da BBC de Londres, pautada na informação, cultura e educação do povo. Outro momento histórico foi a implantação da Fundação Padre Anchieta em São Paulo em 1969, gerida por um conselho de representação da sociedade civil que buscava autonomia em relação ao governo estadual.

Já em 1988, a promulgação da nova Constituição da República é apontada por Leal Filho (2007) como o terceiro momento histórico da televisão pública brasileira, pois trouxe uma importante chave para as discussões acerca da mídia pública, ao afirmar no seu Art. 223 que o serviço de radiodifusão precisa observar a existência dos sistemas comercial, público e estatal de forma complementar, isto é, os três modelos deveriam coexistir de forma equilibrada na comunicação do país.

De acordo com o texto constitucional, “compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observando o princípio da complementaridade dos sistemas privado,

público e estatal”. Tal princípio abriu espaço para muitas interpretações e disputas por não definir os limites dos três sistemas. Por outro lado, Lima (2011, p.95) afirma que Arthur Távola, na época deputado constituinte, “tinha como objetivo corrigir o inquestionável desequilíbrio histórico existente entre esses sistemas, com a óbvia hegemonia do sistema privado”.

Por fim, Leal Filho (2007, p.7) apresenta o lançamento pelo Ministério da Cultura do 1º Fórum Nacional de TVs Públicas, em 2006, como o quinto momento histórico do surgimento da televisão pública do país: “Pela primeira vez busca-se reunir todas as experiências concretas de produção e veiculação de televisão não-comercial, realizar um diagnóstico do setor e apontar caminhos para a sua consolidação”. Conforme argumenta Stevanim (2017), isso se deu a partir das exigências das entidades de representação da sociedade civil, envolvidas em prol da democratização da comunicação, tais como o Fórum Nacional para o Direito à Comunicação (FNDC) e o Coletivo Intervozes, que “encontraram interlocução em um espaço específico do governo federal, por meio do Ministério da Cultura, tendo o ministro Gilberto Gil à frente” (STEVANIM, 2017, p.93), e buscaram trazer notoriedade ao assunto, ainda que atendidos somente no segundo mandato do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

3.3 A CRIAÇÃO DA TV BRASIL: O QUE SE PROPÔS DE NOVO?

Os debates aprofundados no 1º Fórum Nacional de TVs Públicas, ocorrido no ano de 2007 em Brasília, resultaram no surgimento de uma televisão pública atrelada ao governo federal, sendo a primeira lei a regulamentar parte do Artigo 223, no que diz respeito a implementação do sistema público de comunicação do país, ainda que com um atraso de quase 60 anos em relação ao destaque de atuação do sistema comercial de comunicação. É importante observar que apesar da comunicação ser considerada um serviço público e explorada através de concessões de outorgas pelo Estado, “a política de radiodifusão privilegiou durante os governos que se seguiram os interesses de grupos econômicos e de políticos, em detrimento do interesse público” (TORRES, 2009, p. 30).

Por outro lado, naquele momento buscava-se preencher uma lacuna no sistema de radiodifusão brasileiro que não foi capaz de eliminar “a necessidade de mudanças estruturais profundas, no sentido da democratização do sistema brasileiro de televisão

no seu conjunto (...)” (BOLAÑO; BRITTOS, 2008, p. 1). Assim, a criação da TV Brasil se deu inicialmente através da Medida Provisória 398/2007 e posteriormente foi transformada na Lei 11.652/2008 com o surgimento da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), responsável por gerir a televisão pública nacional e outros veículos do campo público de comunicação. Uma das principais finalidades da televisão pública brasileira foi complementar a oferta de conteúdo do campo da comunicação do país e “atender à antiga aspiração da sociedade brasileira por uma televisão pública nacional, independente e democrática” (TV BRASIL, 2017, web).

Foi implementada a partir da união entre a antiga estatal Radiobrás e a Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto (Acerp), e formada inicialmente pela TV Nacional (Brasília), a TVE Rio de Janeiro, a TVE do Maranhão e a TV Brasil São Paulo, buscando incorporar também as TVs educativas, universitárias e legislativas já existentes. Essa incorporação das antigas estruturas de comunicação geridas pelo Estado pode ter contribuído para a incompreensão acerca do seu papel social junto ao cidadão, pois não houve um esclarecimento para a sociedade “sobre a proposta governamental, o papel de uma TV pública e como tem se processado a experiência internacional” (BOLAÑO; BRITTOS, 2008, p. 2).

Sobre isso, os pesquisadores Cabral Filho e Andreatta (2019) compartilham a visão de Bolaño (2007) sobre as fragilidades da implementação de algumas das políticas de comunicação do governo Lula:

(...) o governo teve a oportunidade de avançar no sentido de democratização da comunicação social no país, mas mostrou-se submisso aos interesses do empresariado do setor, provocando a extrema despolitização do debate na área de políticas de comunicação, elemento central para a consolidação de uma verdadeira democracia moderna no país (CABRAL FILHO; ANDREATA, 2019, p. 21).

O surgimento da TV Brasil também chegou a ser amplamente ridicularizado pela grande mídia como uma televisão predisposta aos interesses do governo¹⁹ e chegou a ser chamada de TV chapa branca e que apresentaria traços de audiência²⁰, isto é, índices tão baixos de telespectadores acompanhando sua programação que sequer são

¹⁹Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/paywall/login.shtml?https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2016/06/17/85534-canal-chapa-branca.shtml>. Acesso em 20/03/2020.

²⁰ Disponível em < <https://epoca.globo.com/como-os-governos-lula-dilma-temer-torraram-6-bilhoes-no-devaneio-de-criar-bbc-brasileira-22984010> > Acesso em 20/03/2020.

passíveis de registro. De outro lado, as instituições de organização da sociedade civil, acadêmicos e profissionais comemoravam a implementação como uma chance de diversificar a oferta de conteúdos no país, por acreditar no potencial da empresa de atender as demandas do cidadão, oferecer uma programação capaz de fomentar a consciência crítica dos brasileiros e possibilitar o avanço da democratização dos meios de comunicação do país (STEVANIM, 2017).

3.3.1 TV Brasil e os entraves para alcançar o cidadão

O desafio de expandir o alcance da TV Brasil está presente desde o seu surgimento, que se deu de forma conturbada e às pressas. As disputas em volta da aprovação da medida provisória que originou a televisão pública trouxeram diversos imprevistos na criação da programação, identidade visual e tantos outros vários aspectos (MIGUEL; SANTANA, 2011), inclusive no que diz respeito ao alcance do seu sinal para o território nacional, que foi improvisado a partir da junção da TVE do Rio de Janeiro, TVE do Maranhão e da TV Nacional/Radiobrás de Brasília. A última transmitia, na maior parte de sua programação, conteúdo estatal, e os três canais haviam sido cedidos pela União para colocar no ar a televisão pública nacional, a fim de fortalecer o projeto de criação da EBC, naquele momento ainda em fase de aprovação.

A publicação “4 Anos de um Ideal Democrático” (2011), documento organizado pela direção da EBC para prestar contas dos primeiros anos de suas atividades, expressa que “estava claro que, por melhor que fosse a programação, se ela não chegasse ao maior número de pessoas, não teríamos uma emissora pública nacional” (MIGUEL; SANTANA, 2011, p. 56). Assim, o sinal da TV Brasil passou a ser transmitido pela TV Web, TVs por assinatura, satélite e na TV aberta pelos seus canais próprios e/ou pelas emissoras que compõem a Rede Nacional de Comunicação Pública de Televisão (RNCP/TV).

Atualmente a rede é formada por cerca de 40 emissoras digitais, sendo 4 próprias da EBC (SP/RJ/DF/MA) e 36 afiliadas. Já de acordo com o estudo de Steinbach (2017, p. 105), baseado nos dados da Pesquisa Brasileira de Mídia 2016, “a audiência da TV Brasil é baixa, não chega a 1%. A TV Brasil tem canais abertos em 11 cidades de sete estados brasileiros. São 20 Tvs educativas locais que retransmitem a TV

3.4 INSTRUMENTOS DE PARTICIPAÇÃO CIDADÃ NA TELEVISÃO PÚBLICA

Para além do seu alcance em território nacional, o estabelecimento de mecanismos que assegurem a participação do cidadão na gestão das empresas públicas de comunicação é crucial para a garantia de sua independência editorial e administrativa. A presença de conselhos que representem a sociedade civil dentro dessas emissoras é fundamental para o bom funcionamento dos melhores exemplos de radiodifusão pública no mundo. Além disso, a representação social é uma forma autorizada de influenciar na formação da opinião pública e promover debates através de uma concepção de política deliberativa, isto é, seus discursos são “capazes de solucionar problemas, transformando-os em questões de interesse geral no quadro das esferas públicas” (HABERMAS, 1997, p. 99).

No Reino Unido, por exemplo, o conselho da BBC é formado por 12 membros que buscam representar os interesses dos contribuintes da *license free*²¹. Além disso, é responsável por administrar os recursos e garantir a independência editorial da emissora. Apesar dos membros serem indicados pela rainha num processo de seleção que envolve “um servidor do Departamento de Cultura, Mídia e Esportes (DCMS), do presidente da BBC e de um assessor independente” (INTERVOZES, 2009, p. 239), as escolhas são feitas por um comitê de nomeações, que funciona como um órgão independente que tem a função de realizar indicações para órgãos públicos no Reino Unido.

No sistema público de Rádio e Televisão de Portugal (RTP), a participação do cidadão na gestão também se dá através de um conselho de opinião formado por 22 membros, eleito por entidades que representam a sociedade civil. É de sua responsabilidade “apreciar os planos de atividades e orçamento, bem como os planos plurianuais; verificar os relatórios e contas, acompanhar a atividade do grupo, e pronunciar-se sobre o cumprimento da legislação do serviço público” (INTERVOZES, 2009, p.220).

²¹ Atualmente a licença custa £ 154,50 por ano. O pagamento é necessário para assistir ou gravar programas de TV ao vivo em qualquer canal, ou baixar qualquer programa da BBC no iPlayer. Isso se aplica a qualquer provedor e dispositivo utilizado, incluindo TV, computador desktop, laptop, celular, tablet, console de jogos, caixa digital ou gravador de DVD / VHS. Disponível em < <https://www.bbc.com/aboutthebbc/governance/licencefee>>. Acesso em: 13/01/20.

Na televisão pública do Equador também existe um Conselho Editorial que tem a responsabilidade de observar os princípios editoriais da cobertura jornalística. São eles a independência, o pluralismo, e o equilíbrio. Também é de sua responsabilidade evitar que o jornalismo seja alvo de sensacionalismo e truculência. O Conselho Consultivo é formado por 15 cidadãos que representam a sociedade civil nos distintos setores, seja acadêmico ou profissional, que “não se rege por interesses particulares e, por isso, nas decisões que se tomem, devem prevalecer as aspirações e expectativas do país e da sociedade em geral” (ROBLES, 2013, p. 245-246, tradução nossa).

3.4.1 O conselho curador e a ouvidoria da TV Brasil

No Brasil, ficou estabelecido na lei de criação da empresa que a participação da sociedade dar-se-ia através de um Conselho Curador, formado por 22 membros, entre os quais 15 representantes são da sociedade civil, 4 do Governo Federal, 2 do Congresso Nacional (Câmara e Senado) e 1 dos funcionários da EBC. Sobre a escolha dos representantes da sociedade civil (entre eles, representantes dos jovens, mulheres, indígenas, pesquisadores, profissionais da comunicação, empresários e produtores audiovisuais) é importante observar que tinha nomeação decisória pela Presidência da República, ainda que fosse elaborada uma lista tríplice com os principais nomes para ocupação das vagas no Conselho Curador. Conforme observa Strozzi (2019, p. 120), somente “em junho de 2015, depois de mais de um ano da definição da lista, ocorrida em abril de 2014, a presidenta da República, Dilma Rousseff, designou os novos membros do colegiado e respeitou os nomes mais votados em cada área”.

Apesar disso, o Conselho Curador buscava se estabelecer como a instância de caráter público e democrático da emissora, e seus membros tinham mandato de quatro anos, com exceção do representante dos trabalhadores da EBC, que tinha mandato de dois anos. Entre as principais responsabilidades do conselho, estava a deliberação de propostas da diretoria executiva e linha editorial da empresa, que buscava cumprir os princípios previstos pela sua lei:

I - deliberar sobre as diretrizes educativas, artísticas, culturais e informativas integrantes da política de comunicação propostas pela Diretoria Executiva da EBC; II - zelar pelo cumprimento dos princípios e objetivos previstos nesta Lei; III - opinar sobre matérias relacionadas ao cumprimento dos princípios e objetivos previstos

nesta Lei; IV - deliberar sobre a linha editorial de produção e programação proposta pela Diretoria Executiva da EBC e manifestar-se sobre sua aplicação prática (LEI 11.652/08).

É importante observar que a atuação do órgão contribuiu para o estabelecimento de mecanismos importantes o conteúdo jornalístico da EBC. A elaboração do Manual de Jornalismo, assim como a formação do Comitê Editorial de Jornalismo, o planejamento para cobertura jornalística das eleições de 2010, 2012 e 2014 e o Plano Editorial da Agência Brasil, são alguns dos exemplos que resultaram da solicitação e acompanhamento do conselho. Suas deliberações buscavam a autonomia em relação à direção da empresa e defendia a ampliação e oferta do jornalismo voltado ao cidadão. Além disso,

(...) o Conselho promoveu muitas outras iniciativas de diálogo interno e com a sociedade: seminários, reuniões com segmentos da sociedade – como jovens e artistas – e os roteiros de debates. Esses últimos nasceram para ampliar a formação e o conhecimento dos integrantes do colegiado sobre temas presentes no cotidiano da EBC, além de promover o diálogo entre o Conselho e a EBC com universidades e o mercado de comunicação social (FREIRE, 2016)²².

Ainda no âmbito da gestão da EBC, além do Conselho Curador, a lei que criou a empresa previa a existência de um Conselho Administrativo, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal. Com mandato fixo não correspondente ao do chefe do executivo, o presidente e o diretor geral da empresa eram nomeados pelo Presidente da República, mas só poderiam ser destituídos pelo Conselho Curador, o que garantia uma relativa autonomia em relação aos governos vigentes.

É importante observar que a Ouvidoria da EBC também buscava estabelecer-se como um canal que permite ao cidadão exercer seu direito de crítica, reclamações, sugestões e elogios sobre o conteúdo da empresa. Segundo Fernando Paulino (2013, p. 67), que atuou como Ouvidor Adjunto da EBC entre 2008 e 2009, o trabalho do “ombudsmen é capaz de motivar o debate com os leitores, ouvintes e telespectadores, assim como de fomentar uma cultura de maior prestação de contas por parte dos profissionais e gestores”. Seja nos relatórios divulgados mensalmente, nas respostas

²² Disponível em <http://www.ciranda.net/Um-balanco-sobre-o-Conselho?lang=pt_br>. Acesso em 10/01/2020.

individuais às solicitações do público ou por meio do programa²³ veiculado pelas rádios da empresa, pretendia-se estabelecer através da Ouvidoria outra forma de aproximação, de vínculo entre cidadão e EBC: “A iniciativa também pode estimular um crescente exercício de rigor e cuidado por instituições públicas de comunicação e de seus profissionais a partir da reflexão e do contato com as manifestações de ouvintes e de especialistas (PAULINO, 2013, p. 67). De acordo com Laurindo Leal Filho (2016, p. 20), primeiro ouvidor da EBC, o surgimento da empresa caminhava no objetivo de “colocar o nosso país num patamar próximo ao das grandes democracias do mundo, onde as emissoras públicas têm histórias que remontam há quase cem anos”.

Em 11 anos de existência a EBC acumulou 120 prêmios. Somente em 2015, foram veiculados 120 títulos nacionais. Segundo a Ancine, foi a emissora que exibiu o maior número de longas-metragens nacionais, seguida da Rede Globo e da TV Cultura. Outro destaque é o Caminhos da Reportagem, escolhido o melhor programa jornalístico durante o Prêmio TAL²⁴ 2016, além da TV Brasil ser a única emissora aberta com cerca de sete horas de programação infantil. Além disso, o conteúdo da EBC é amplamente utilizado pelas diversas emissoras do país, inclusive as comerciais. De acordo com informações presentes no site da empresa, ainda em 2019 foi a instituição pública federal mais elogiada pelo público. Dentre as 348 instituições federais, o relatório da Controladoria-Geral da União, responsável por receber elogios, críticas e reclamações relacionadas à atuação das estatais, mostrou que no ano passado a Ouvidoria da EBC recebeu “488 elogios de cidadãos a serviços e conteúdos oferecidos pela Empresa. Um aumento de mais de 150% em relação a 2018. 50% dos elogios são referentes ao conteúdo jornalístico, atividade fim da empresa” (COSTA, 2019)²⁵.

²³ O programa veiculado pelas rádios da EBC, previsto em sua lei de criação, oferece a análise dos conteúdos veiculados pela empresa. O programa também já ocupou horário fixo na grade de programação da TV.

²⁴ A Rede TAL reconhece e celebra o trabalho da televisão da América Latina com prêmios que se consagraram como os mais importantes e prestigiados da televisão pública.

²⁵ Disponível em < <http://radioagencianacional.ebc.com.br/cultura/audio/2020-01/ebc-e-instituicao-publica-federal-mais-elogiada-pelo-publico-em-2019>>. Acesso em 20/01/2020.

3.5 O JORNALISMO NA TV BRASIL E AS PROPOSTAS DE AUTONOMIA EDITORIAL

O jornalismo produzido pela televisão pública é imprescindível para a elevação da relevância social e credibilidade da mídia pública perante o cidadão. Na TV pública da Noruega, por exemplo, é oferecida uma proposta de conteúdo noticioso diferente do que vem sendo veiculado pelas televisões de modelo comercial. A *Norwegian Broadcasting Corporation* tem um programa de notícias totalmente voltado para crianças entre 8 e 12 anos. Já a televisão pública da Alemanha (ARD) conta com mais de cinco canais que veiculam diversos conteúdos, como por exemplo o *Phoenix*, voltado especificamente à cobertura jornalística das atividades parlamentares. Por sua vez, na televisão da *Canadian Broadcasting Corporation* (CBC) são oferecidos mais de oito canais que abarcam documentários, conteúdos em francês e inglês, sendo um deles voltado exclusivamente à produção telejornalística 24h por dia (INTERVOZES, 2009).

Sendo assim, o telejornalismo público tem dado provas de sua relevância social no que diz respeito a diferenciação do modelo comercial em diferentes partes do mundo. Pautado pela que pluralidade e equilíbrio no tratamento das informações, aspectos prescritos no guia editorial e acompanhados por um comitê editorial, o telejornalismo da *British Broadcasting Corporation* (BBC) teve importante contribuição para colocar sua TV pública como uma das melhores experiências mundiais de mídia pública (ROTHBERG, 2011). As reportagens da emissora buscavam representar uma variedade de pontos de vistas através de diferentes fontes de informação, constatando que o telejornalismo da BBC “pode, de fato, constituir um potencial instrumento de fortalecimento da cidadania no Reino Unido” (ROTHBERG, 2011, p. 118). Além disso, o guia editorial permite que os profissionais exponham seus comentários, com o intuito de “orientar o entendimento das questões trazidas, desde que eles transitem com abertura pelos variados pontos de vistas envolvidos e não signifiquem proeminência indevida a um ou outro aspecto” (ROTHBERG, 2011, p. 150).

No país, o telejornal Repórter Brasil é o principal e mais antigo noticiário da televisão pública brasileira (TV Brasil). Atualmente está presente em mais de 45.000 domicílios, tendo uma faixa de alcance superior a 3 milhões 555 mil e 121 lares²⁶. Foi o

²⁶ As informações foram cedidas para esse trabalho pela Coordenação de Análise, Pesquisa e Monitoramento de Audiência da EBC, com base nos dados da Kantar Ibope Media referentes ao PNT

primeiro programa elaborado após a fusão entre a antiga estatal Radiobrás e a TVE Rio, substituindo os antigos telejornais das duas emissoras, o Repórter Nacional e o Edição Nacional, respectivamente (ARAÚJO, 2011). No momento em que foi concebido, sua finalidade estava relacionada à priorização de abordagens de assuntos de interesse do cidadão para dar provas de sua independência editorial e do seu profissionalismo (MIGUEL; SANTANA, 2011). Ainda na sua inauguração em dezembro de 2007, o noticiário foi apresentado simultaneamente dos estúdios de Brasília e do Rio de Janeiro, sendo exibido de segunda à sábado no horário das 21h, e a primeira edição às 8h apresentada direto de Brasília.

Ainda durante os preparativos para sua estreia, a expectativa era de que o noticiário mostrasse o país numa perspectiva diferente da realizada pelos demais telejornais brasileiros. Seu diferencial deveria se dar a partir da participação do cidadão como um pilar importante para a construção do noticiário:

Nós queremos o telespectador como uma espécie de grande pauteiro, contribuindo para a pauta do jornal. Nesse sentido queremos disponibilizar todos os mecanismos de interatividade possíveis (sites, central de pautas eletrônicas). Em suma, todas as possibilidades para que o telespectador também ajude a pautar o jornal (CRUVINEL, 2007, Web).

Além disso, segundo a diretoria regional da EBC da época, o projeto do noticiário incorporaria o intercâmbio de conteúdos produzidos “nos outros estados, nas outras emissoras públicas, tanto emissoras educativas quanto emissoras universitárias, emissoras comunitárias” (CASTRO, 2007, Web), impulsionando também o regionalismo em suas matérias. Dessa maneira, haveria uma intersecção entre as diferentes praças de produção pública a fim de incorporar o conteúdo exibido nacionalmente pela cabeça de rede em Brasília. Mais tarde estariam expressos no Manual de Jornalismo da EBC cinco princípios fundamentais a serem respeitados em todas as suas produções noticiosas:

1) fomento à construção da cidadania, ao aperfeiçoamento da democracia e à participação da sociedade; 2) garantia da expressão da diversidade social, cultural, regional e étnica e da pluralidade de ideias

(Painel Nacional de Televisão) da faixa horária de 19h às 20h (seg. a dom.). A média da audiência domiciliar do Repórter Brasil no mês de junho de 2020 foi de 0,17%, o que representa 45.415 domicílios. Quanto ao alcance, a faixa alcançou 2.605.345 domicílios e 3.555.121 no mês, sendo a média de 188.354 domicílios por dia e 229.255 indivíduos por dia.

e de percepções da realidade e dos fatos (...); 3) **subordinação aos interesses da sociedade** (...); 4) observância de preceitos éticos no exercício do jornalismo (...) e 5) **autonomia para definir a produção, programação e veiculação de seus conteúdos** (BEIRÃO, 2013, p. 23, grifo nosso).

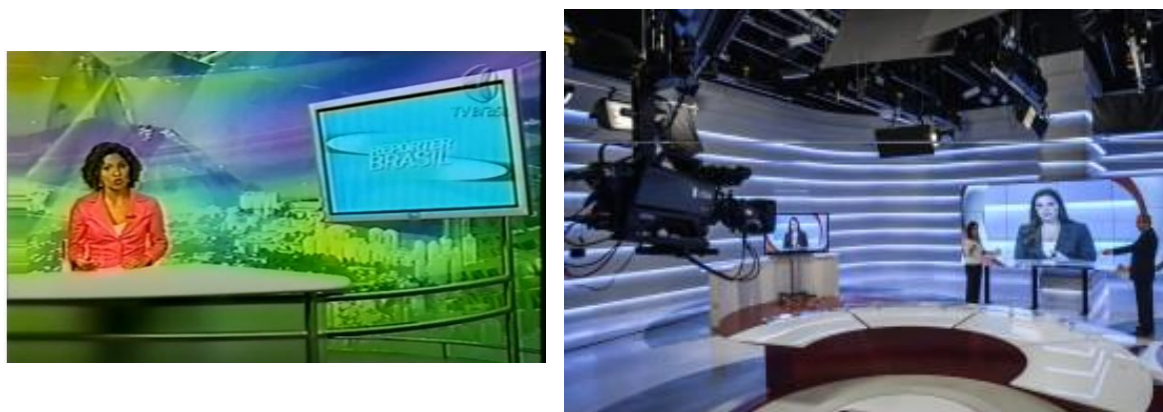
Assim, a proposta do noticiário público se pautava no compromisso com o cidadão em concordância com o mesmo princípio de autonomia editorial em relação ao governo Federal, previsto na própria legislação que criou a empresa (Lei nº 11. 652/2008), que descreve os princípios a serem seguidos: “VIII - autonomia em relação ao Governo Federal para definir produção, programação e distribuição de conteúdo no sistema público de radiodifusão”. Dessa forma, o seu jornalismo deveria se empenhar para “informar com independência e dar ao cidadão elementos para formular, com autonomia, sua visão crítica sobre a realidade econômica de sua cidade, estado, região ou do país” (BEIRÃO, 2013, p. 55).

O formato do telejornal Repórter Brasil passou por diversas transformações ao longo dos anos. Ainda quando foi concebido no ano de 2007, na tentativa de conferir uma aproximação com o público, havia a presença demarcada de dois quadros no noticiário: o Outro Olhar, “no qual diferentes cidadãos, mas também grupos sociais, coletivos organizados ou instituições de cunho diverso, podem publicizar suas produções audiovisuais”, e o Povo Fala, que era “apresentado no final de cada bloco do programa, quando cidadãos de diferentes localidades respondiam a uma questão formulada a cada edição (COUTINHO, 2013a, p. 98).

Já no ano de 2013, o noticiário passou a integrar três ambientes: “a bancada para os apresentadores, uma área para receber entrevistados e outra para circulação dos apresentadores, em pé, mostrarem dados, gráficos e imagens” (BEIRÃO, 2013, WEB), contando com uma hora de produção para abarcar as notícias nacionais e internacionais, entradas de repórteres ao vivo e os quadros de participação do cidadão que havia²⁷ dentro do noticiário público, que atuavam como “espaço para o exercício do direito à comunicação e acolhimento de diferentes vozes e modos de representa-las audiovisualmente” (COUTINHO, 2013a, p. 99).

²⁷ A partir do ano de 2016 houve um apagamento dos quadros específicos para inserção de vídeos produzidos por cidadãos. Tal problemática será aprofundada no Capítulo 6 desse trabalho.

Figura 2- Mudança cenário RB (2009 – 2013) – (2013 – 2018)



Fonte: TV Brasil

No momento da mudança, ainda no ano de 2013, Neide Beirão, a então diretora de jornalismo da empresa, afirmou que a reformulação buscava modernizar o telejornal para garantir que o conteúdo tivesse mais qualidade para o telespectador: “Estamos alinhados com a verdade, a precisão e a qualidade da informação, com a democracia, a liberdade de expressão e a defesa dos direitos dos cidadãos, atendendo as principais características de uma TV pública” (BEIRÃO, 2013, WEB). Somente no ano de 2019 a bancada foi substituída pela apresentação das informações em pé na frente do *video wall*, uma grande tela eletrônica, o que conferiu mais dinamismo aos apresentadores na frente das câmeras.

Figura 3 – Mudança cenário Repórter Brasil Noite (2018-2019)



Fonte: TV Brasil

Atualmente o Repórter Brasil é apresentado pelos jornalistas Katiuscia Neri e Paulo Leite nos estúdios de Brasília. Apesar de já ter tido uma hora de duração, sendo exibido inclusive aos sábados, o Repórter Brasil passou a ir ao ar de segunda a sexta, das 19h às 19h30. A redução de 30 minutos do seu tempo de exibição ocorreu em março

de 2020, justamente no período em que a maioria das emissoras comerciais²⁸ ampliaram o espaço dos telejornais para abarcar a cobertura da crise imposta pela propagação do coronavírus (COVID -19), sob a justificativa de trazer um jornal mais rápido e dinâmico com novo cenário e formato²⁹.

Apesar das características previstas para sua realização, ainda nos primeiros seis meses de existência do noticiário foram desencadeadas diversas críticas sobre a efetividade de sua independência editorial (ARAÚJO, 2008). A situação foi acentuada com a demissão do ex-editor-chefe do Repórter Brasil Luiz Lobo em abril de 2008. Em entrevista à Folha de São Paulo, Lobo acusou a coordenadora dos telejornais da TV Brasil Jaqueline Paiva, esposa do então assessor da Presidência da República Nelson Breve, de interferir na produção dos conteúdos de assuntos relacionados ao governo:

Todo texto sobre Planalto, Presidência, política e economia tem que passar por ela [Jaqueline Paiva]. É ela quem edita, faz as cabeças [a introdução das reportagens de televisão, lida pelo apresentador]. Existe um poder dentro daquela redação. Eu era editor-chefe, mas perdi autonomia até para fazer a escalada [as manchetes de um telejornal]. A Jaqueline muda os textos dos repórteres frequentemente. Há muita insatisfação entre os jornalistas", afirma (CASTRO, 2008 apud ARAÚJO, 2008, p. 27).

Na época, a direção da empresa, através da diretora de jornalismo Helena Chagas e a coordenadora dos telejornais Jaqueline Paiva, negaram as acusações ao indicar a postura de descomprometimento do ex-editor chefe Luiz Lobo: "Não dá para ser editor-chefe de jornal entrando às 16h. É incompatível. Como Jaqueline é chefe de telejornais, portanto acima dele [Lobo], e como ele não comparecia, é claro que os textos passavam por ela" (CASTRO, 2008 apud ARAÚJO, 2008, p. 28).

Logo após tal episódio, foi montada uma comissão formada pelo Conselho Curador da EBC³⁰, cujo objetivo era o de investigar o caso. O conselho chegou a

²⁸ A Globo, Record e Band aumentaram o tempo diário dedicado ao jornalismo para abarcar a cobertura do coronavírus. Na Rede Globo, por exemplo, a ampliação da produção jornalística da empresa chegou a 11 horas de programação ao vivo consecutivas. Com a mudança, os telejornais locais também ganharam mais espaço. O Jornal Nacional foi ampliado de 30 minutos para 1 hora de duração, apesar de antes da decisão, o telejornal ter ultrapassado inúmeras vezes o tempo previsto para cobertura dos assuntos relacionados à pandemia, oscilando no mês de fevereiro de 2020 entre 42 minutos, 51 minutos e até 1 hora de duração.

²⁹ A partir de 16 de março: Repórter Brasil em novo horário. Disponível em <<https://www.facebook.com/tvbrasil/videos/636127150552931>>. Acesso em 21 de julho de 2020.

³⁰ O relatório foi assinado pelos conselheiros José Paulo Cavalcanti, Ima Vieira e Cláudio Lembo (DEM) (ARAÚJO, 2008, p. 28).

concluir “depois da análise de vinte e seis manchetes de vinte noticiários que antecederam a demissão de Luiz Lobo, que a maior parte delas mantinha o tom crítico ao governo e não favorável, contrariando a denúncia do ex-editor-chefe do Repórter Brasil” (ARAÚJO, 2008, p. 28).

Apesar disso, ainda que o discurso do Repórter Brasil estivesse fincado na defesa da cidadania, o estudo de Araújo (2011) observou diversas problemáticas presentes no espaço discursivo do noticiário, isso em apenas quatro anos de existência. Entre elas podemos destacar a) o espaço assegurado para a fala da presidência da república, assim como a recorrência às fontes institucionalizadas; b) a ausência de uma postura crítica pelos apresentadores nos quadros de entrevistas que havia no noticiário; c) o enfoque de conteúdos produzidos predominante no eixo Rio – São Paulo – Brasília e d) a restrição das falas do cidadão em espaços específicos, como por exemplo, nas enquetes exibidas ao final de cada bloco do noticiário. Apesar de tais críticas, as informações do *site* da TV Brasil afirmam que a sua atuação é “em defesa do jornalismo profissional, com noticiário plural e prestação de informações e serviços de interesse do conjunto da sociedade”³¹.

Quase seis anos depois do estudo de Araújo (2011), os pesquisadores Oliveira Filho e Coutinho (2017) também constataram algumas deficiências presentes no espaço discursivo do Repórter Brasil: “a ausência da opinião da população nas reportagens. Já a (deficiência) de pluralidade ocorre devido a não inclusão de grupos que representam minorias de forma mais efetiva e ausências de contrapontos, de regionalismo e da diversidade” (OLIVEIRA FILHO; COUTINHO, 2017, p.72).

Já em 2019 o Repórter Brasil foi premiado com duas séries de reportagens jornalísticas. Conquistou o segundo lugar no 36º Prêmio Direitos Humanos de Jornalismo, com a série “Infância Refugiada”, sobre crianças venezuelanas vindas para o país. Já a série “Mudanças na Aviação” buscou esclarecer como o setor aéreo move o Brasil e o papel da privatização dos aeroportos para aumentar a competitividade no setor. A produção resultou no 7º Prêmio Abear de Jornalismo na categoria

³¹ Disponível em <<https://www.ebc.com.br/institucional/veiculos/tv-brasil>>. Acesso em 10 de março de 2020.

Competitividade³². Atualmente o telejornal é dividido em dois blocos com a apresentação das reportagens e entradas de repórteres ao vivo.

3.6 ENTRE A AUTONOMIA EDITORIAL E A NOMEAÇÃO DOS CARGOS DE CHEFIA DA TV BRASIL

Apesar do surgimento da TV Brasil ter sido um dos importantes marcos de estruturação do sistema público de comunicação no país e de abertura para produção do conteúdo jornalístico comprometido com o interesse do cidadão, proposta diferente da realizada pela mídia comercial, sua vinculação aos setores da Presidência da República, em especial à Secretaria de Comunicação Social (Secom), responsável pela gestão da comunicação oficial do governo federal, é apontada como uma fragilidade para a autonomia editorial (BUCCI, 2015, p. 115-116), sobretudo, para o exercício do jornalismo voltado ao interesse público:

Um erro grave na criação da EBC foi manter o vínculo funcional da estatal com a Secretaria de Comunicação Social da presidência da República, a Secom, que tem status de ministério, e não com o Ministério da Cultura (MinC). Nesse aspecto, a EBC é igualzinha à Radiobrás – e bem mais atrasada que a velha TVE do Rio de Janeiro, que se relacionava no governo com o Minc, não com a Secom. Isso significa que, em relação às estruturas da antiga TVE, a criação da EBC representou um atraso funcional, não um progresso.

Além disso, para Bucci (2016), que também já presidiu a estatal Radiobrás, a EBC, responsável por gerir a TV Brasil, “sempre foi uma estatal, diretamente vinculada à vontade política da Presidência da República, acrescida de dois elementos decorativos: um Conselho Curador com pouquíssimo poder efetivo e um mandato de quatro anos para o diretor presidente” (BUCCI, 2016, p. 41). Isso porque a legislação que instituiu a empresa (Lei 11.652/2008), permite em seu Artigo 19 que o diretor-presidente e o diretor-geral da EBC sejam nomeados pelo Presidente da República: “Os membros da Diretoria Executiva serão nomeados e exonerados pelo Presidente da República”. Por outro lado, não há uma determinação sobre como deve se dar a escolha dos nomes para tais cargos.

³² Realizado anualmente desde 2013, o Prêmio ABEAR de Jornalismo tem o objetivo de estimular e reconhecer reportagens que tenham como foco a aviação civil comercial nacional.

Ainda assim, era previsto em lei que o diretor-presidente só fosse retirado do cargo caso o Conselho Curador apresentasse duas moções de desaprovação da sua conduta para com a empresa. Fora isso, seu mandato seria garantido por quatro anos. Mesmo assim, para Bucci (2016), a empresa deveria ter ficado sob a responsabilidade do Ministério da Cultura, como acontece também em outros países que prezam pela qualidade dos instrumentos de comunicação pública. Segundo ele, mesmo nos governos que se declaravam comprometido com a independência, a ingerência governamental podia ser sentida: “os governos Dilma e Lula diziam que não, mas gostavam de ter ao alcance da mão o controle político da empresa, para qualquer eventualidade” (BUCCI, 2016, p. 42).

Um dos primeiros episódios que suscitou tal fragilidade foi o pedido de demissão do então diretor-presidente da EBC Américo Martins, em menos de seis meses de atividades, em maio de 2016. Apesar de ter afirmado sair da empresa por questões pessoais, houve diversos rumores de que teria sido motivado por insatisfações decorrentes de problemas de interferência do Secretário de Comunicação do governo Dilma, Edinho Silva. O secretário haveria exigido a realização da cobertura de um campeonato de futebol. Conforme explica Severino (2018, p. 7), “os jogos eram exibidos para todo o país, o que era, no mínimo, estranho, já que os times eram do interior de São Paulo, sem qualquer expressão no cenário nacional. A medida, porém, teria sido encabeçada pelos dirigentes da Secom”.

Tal situação chegou a ser reivindicada pelos Sindicatos de jornalistas e radialistas de alguns estados, Comissão de Empregados da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), através de uma carta aberta enviada junto ao Conselho Curador:

Tão grave quanto esse descompasso é a provável transmissão da Série A3 (série C) do Campeonato Paulista de Futebol pela TV Brasil sem nenhum instrumento legal firmado entre a EBC e a detentora dos direitos de imagem. Vale mencionar que a versão mais forte sobre as razões da saída do diretor-presidente Américo Martins inclui uma divergência entre a diretoria da empresa, que não desejava exibir tal evento esportivo em rede nacional, e uma determinação da Secom para fazê-lo (SJPDF, 2016).³³

³³ Após saída de presidente, entidades cobram medidas concretas para garantir autonomia da EBC. Disponível em < <https://www.sjpdf.org.br/noticias-teste/38-extra/2789-apos-saida-de-presidente-entidades-cobram-medidas-concretas-para-garantir-autonomia-na-ebc> > Acesso em 12 de nov. de 2020.

Além disso, o documento também cobrava por medidas concretas do governo federal para que houvesse o fortalecimento da autonomia editorial da empresa:

Desde que o atual ministro titular da Secom, Edinho Silva, assumiu o cargo, as entidades representativas das trabalhadoras e trabalhadores denunciam o aparelhamento da EBC, com nomes indicados pela Secom para cargos de gestão. A prática, apelidada internamente de "cabidão", foi pauta central da greve de 10 dias que mobilizou quase 1000 trabalhadores da EBC em novembro de 2015. A indicação de nomes para compor os quadros da empresa ocorre sem transparência, sem critérios claros quanto ao compromisso com a Comunicação Pública. E sem que haja diálogo com a sociedade e com os empregados do quadro efetivo (SJPDF, 2016).

Sendo assim, para Bucci (2016), esse estreitamento com a Presidência da República abriu brechas que a legislação que criou a EBC fosse modificada em caráter de urgência por uma Medida Provisória (MP), somente dois dias após a destituição da ex-presidenta eleita Dilma Rousseff (PT), por votação do Senado a favor do processo de impeachment. Em setembro de 2016, a publicação da MP 744 do ex-presidente Michel Temer (PMDB) foi convertida posteriormente na Lei 13.417/2017, retirando da sociedade civil a governança da empresa ao exonerar o Conselho Curador (FREIRE, 2016) e remover o mandato fixo do diretor presidente da empresa.

Como agravante de tal situação, a destituição do então diretor-presidente, Ricardo Melo, ocorreu ainda no dia 17 de maio de 2016, apesar do seu mandato dever ter sido garantido até maio do ano de 2020. Isso porque ele havia sido nomeado pela presidente Dilma Rousseff dias antes do afastamento dela pela Câmara dos Deputados. No entanto, o ex-presidente Temer interveio na direção da empresa e nomeou no dia 20 de maio de 2016 o jornalista Laerte Rímolli como novo presidente da EBC. Apesar de Ricardo Melo ter conseguido reassumir o mandato no dia 3 de junho de 2016, isso a partir de uma decisão liminar do Supremo Tribunal Federal, ainda assim perdeu o cargo novamente no dia 8 de setembro de 2016, porque, quando foi confirmada a destituição da presidenta eleita Dilma Rousseff, no dia 31 de agosto de 2016, houve uma alteração na legislação da EBC (LOPES, 2016).

Desde esse episódio trazido pela MP 744/2016, evidencia-se uma constante instabilidade de nomeações para o cargo mais importante na tomada de decisões da empresa. Com a interrupção do mandato de Melo em 2016, já foram realizados seis empossamentos de diferentes nomes para o cargo, isso em um período de quatro anos,

que corresponderia ao cumprimento de um mandato-fixo previsto na lei que criou a empresa, conforme reunimos na tabela abaixo:

Tabela 2 – Perfil diretores-presidentes da EBC (2007-2020)

NOME	HISTÓRICO PROFISSIONAL	GESTÃO	MOTIVO DA SAÍDA
Tereza Cruvinel	Trabalhou mais de 20 anos como colunista de política do jornal ‘O Globo’.	2007/ 2011	Cumprimento do mandato de 4 anos
Nelson Breve	Foi secretário de Imprensa da Presidência da República, no segundo mandato do ex-presidente Lula.	2011/2015	Cumprimento do mandato de 4 anos
Américo Martins	Foi diretor da BBC Brasil (2002-2006). Foi editor executivo da BBC de Londres (2006-2010).	Agosto / 2015 a 09 de maio/ 2016	Pediu demissão
Ricardo Melo	Foi diretor de jornalismo da EBC de agosto de 2015 até ser nomeado para direção da EBC. Antes, trabalhou em veículos comerciais como a Folha de São Paulo, SBT, Jornal da Globo e outros.	10 de mai. de 2016 a 20 de mai. de 2016	Exonerado
Laerte Rimolli	Foi diretor de comunicação da Câmara na gestão de Eduardo Cunha. Coordenou a comunicação da campanha de Aécio Neves (2014). Teve passagem por veículos comerciais.	20 de mai. de 2016 a 3 de jun. de 2016	Exonerado
Ricardo Melo	3 de jun. de 2016 a 8 de set.		Exonerado
Laerte Rimolli	8 de set. de 2016 a maio de 2018		Pediu demissão
Alexandre Parola	Diplomata há mais de 30 anos. Especialista em negociações comerciais e multilaterais. Em outubro de 2016, havia sido nomeado porta-voz do presidente Michel Temer.	2 maio de 2018 a fevereiro de 2019	Pediu demissão
Luiz Antônio Ferreira	Foi diretor de administração, finanças e pessoas na EBC.	Fevereiro de 2019 a Abril de 2019	Exonerado
Alexandre Henrique Graziani Jr	Foi diretor de operações da EBC (novembro de 2016). Antes, trabalhou por 34 anos na Rede Globo como gerente de operações e planejamento.	Abril de 2019 a Agosto de 2019	Exonerado
Luiz Carlos Pereira Gomes	General do Exército formado em Ciências Militares e em Administração na Academia	Agosto/2019 a Setembro/2020	Exonerado

	Militar das Agulhas Negras (AMAN)		
Glen Lopes Valente	Foi secretário de publicidade e promoção da Secom (abril de 2019). Chefiou o departamento comercial e de marketing do SBT.	Desde setembro de 2020	Permanece no cargo

Fonte: Elaboração da autora

Os motivos de pedidos para exoneração têm sido diversos. No caso de Rimoli, por exemplo, o pedido de demissão estaria atrelado à sua mudança para os EUA, onde sua esposa mora desde 2017³⁴. Isso após anunciar um Plano de Demissão Voluntária³⁵, cujo objetivo era reduzir o quadro de pessoal da EBC. Já Luiz Antônio Ferreira haveria sido demitido por não concordar com o plano de reestruturação da EBC do governo Bolsonaro, que incluía a “política de corte de funcionários e os planos de alteração das programações das televisões e rádios” (BRASIL DE FATO, 2019)³⁶. Vale observar também que o histórico profissional dos demais nomes escolhidos para tal cargo costuma estar relacionado com a) a experiência em veículos comerciais; b) a relação com os governos em vigência, como no caso do Nelson Breve (governo Lula), Rimoli e Parola (governo Temer); e até mesmo não chegam a ter c) nenhuma relação com a pauta da comunicação, tendo sido assumido inclusive por militares no governo Bolsonaro.

3. 7 O Esvaziamento do caráter Público

Com a demissão do Conselho Curador houve o desmonte da tentativa de uma gestão participativa, uma vez que o conselho visava promover uma conexão no sistema político representativo entre representantes e representados. Com suas atividades interrompidas, ficaram pendentes algumas ações importantes que já vinham sendo encaminhadas:

³⁴ Alexandre Parola é nomeado presidente da EBC no lugar de Laerte Rimoli Disponível em <<https://istoe.com.br/alexandre-parola-e-nomeado-presidente-da-ebc-no-lugar-de-laerte-rimoli/>>. Acesso em 20 de ago. de 2020.

³⁵ Presidente da EBC anuncia plano de demissão voluntária para reduzir quadro de pessoal. Disponível em <<https://www12.senado.leg.br/noticias/audios/2016/11/presidente-da-ebc-anuncia-plano-de-demissao-voluntaria-para-reduzir-quadro-de-pessoal/>>. Acesso em 20 de ago. de 2020.

³⁶ Jair Bolsonaro demite presidente da EBC e anuncia substituto. Disponível em <<https://www.brasildefato.com.br/2019/02/22/jair-bolsonaro-demite-presidente-da-ebc-e-anuncia-substituto>>. Acesso em 20 de ago. de 2020.

(...) relatório e análise da nova grade de programação da TV Brasil e das rádios EBC, em construção nos últimos meses; análise e debate do relatório de gestão (e os ajustes inevitáveis no Plano de Trabalho em razão de cortes de recursos); análise e debate do relatório da Ouvidoria; informes do Comitê Editorial e seus primeiros problemas de funcionamento. O Comitê, instalado por exigência do Conselho Curador e dos trabalhadores, deveria ter voz ativa na discussão do jornalismo, mas já enfrentava resistência da empresa (FREIRE, 2016, p. 55).

Além dos problemas expostos, deve-se destacar as consequências negativas da mudança no mandato do diretor-presidente da empresa que tinha mandado fixo de quatro anos e agora pode acontecer a qualquer momento pelo presidente da República. Também precisa ser registrar a alteração da composição do Conselho de Administração, que passou a ser de seis indicados pelo governo e um pelos empregados (antes, eram quatro do governo e um dos funcionários da empresa). Outra medida negativa foi a vinculação da EBC à Casa Civil da Presidência da República, que corresponde à aproximação com o setor responsável por assistir o Presidente da República no desempenho de suas atribuições, direta ou indiretamente

Segundo pesquisadores do campo jurídico, a medida “ao invés de fortalecer o sistema público o fragiliza, aproximando-o do sistema estatal, dando verdadeira ‘marcha à ré’ na busca do redesenho imposto pela Constituição” (ALARCÓN; STROPPIA, 2016, p. 4). Em nota de repúdio, o Conselho Curador afirmou que a medida foi responsável por retirar “a autonomia da EBC em relação ao Governo Federal para definir produção, programação e distribuição de conteúdo no sistema público de radiodifusão e agências” (CONSELHO CURADOR, 2016)³⁷.

Também é importante observar que a Ouvidoria da EBC buscava estabelecer-se como um canal que permite ao cidadão exercer seu direito de crítica, reclamações, sugestões e elogios sobre o conteúdo da empresa. Seja nos relatórios divulgados mensalmente, nas respostas individuais às solicitações do público ou por meio do programa³⁸ veiculado pelas rádios da empresa, pretendia-se estabelecer outra forma de

³⁷ Nota de repúdio. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/institucional/conseihocurador/noticias/2016/09/mocao-de-repudio-contra-medida-provisoria-que-desmonta-a-ebc>>. Acesso em 10/01/2020

³⁸ O programa veiculado pelas rádios da EBC, previsto em sua lei de criação, oferece a análise dos conteúdos veiculados pela empresa. O programa também já ocupou horário fixo na grade de programação da TV.

aproximação, de vínculo entre cidadão e EBC. A jornalista Joseti Marques³⁹, ex-ouvidora da empresa, defende que um dos objetivos desse espaço diz respeito à realização da crítica sobre os conteúdos dos veículos da EBC, “encaminhando relatórios ao Conselho Curador e boletins periódicos à diretoria executiva. E isso, justamente para evitar, entre outros deslizes, que a comunicação pública se torne ‘chapa-branca’” (MARQUES, J., 2016). No entanto, em 2018 os relatórios da Ouvidoria⁴⁰ também mudaram de formato e conteúdo, passando a destinar foco nos feitos realizados pela EBC e em pautas governamentais, sem diferenciar a prestação de serviços ao cidadão. Ex-integrantes do Conselho Curador também observaram que o documento passou a se ausentar da abordagem de assuntos que incomodavam ao governo federal.

O relatório traz também notas que parecem propaganda da gestão, como uma nova antena em São Paulo, prêmio recebido e entrevista que os veículos fizeram com o presidente Temer, em maio. Na análise dessa entrevista, é feita apenas a descrição resumida do que o presidente respondeu, trazendo dados adicionais para embasar as declarações dele, nunca para contrapor (CONSELHO CURADOR, 2018)⁴¹.

O pesquisador argentino Martín Becerra (2016) considera que a administração desempenhada pelo ex-presidente Temer na EBC foi responsável por “assumir o controle político da emissora, acentuar seu cunho governamental, dissolver as esferas de representação da diversidade política e cidadã na gestão da empresa e, em última instância, profanar seu caráter público” (BECERRA, 2016, p. 14-15, tradução nossa). Soma-se a esse cenário de desconstruções a unificação da TV Brasil à estatal TV NBR (agora chamada de TV Brasil.gov), que fazia parte da EBC Serviços e tinha como principal cliente a Secretaria Especial de Comunicação Social da Presidência (Secom).

A mudança foi autorizada no dia 09 de abril de 2019 pela portaria Nº 219 do então diretor-presidente da empresa Alexandre Henrique Graziani Jr, após cem dias de governo Bolsonaro, violando o que diz a Constituição Federal de 1998, em seu Art.223, sobre a necessidade da complementaridade entre o sistema público, estatal e privado.

³⁹ Após a saída de Joseti Marques, assumiram Christiane Samarco como ouvidora-geral e Lourival Macedo como ouvidor adjunto. Samarco era a diretora-geral da EBC, tendo trocado de cargo, e Macedo exerceu o cargo de diretor de Jornalismo no governo de Michel Temer até junho de 2018.

⁴⁰ Em dezembro de 2020 foi lançada a Ouvidoria Cidadã, uma iniciativa de diversas entidades de representação da sociedade civil, cujo objetivo é analisar os desvios editoriais dos conteúdos produzidos e veiculados pela EBC.

⁴¹ Disponível em < <https://conselhocurador.ciranda.net/blog/o-fim-do-ultimo-espaco-de-participacao-e-controle-social-da-ebc>>. Acesso em 12/12/2019.

Apesar de possuírem objetivos distintos, as duas TVs passaram a integrar a produção de conteúdo em um mesmo canal, o da televisão pública (TV Brasil), sem ao menos haver distinção dos programas que são de divulgação dos atos do executivo e dos que são predispostos a oferecer conteúdo de natureza informativa, cultural, artística e científica, se distanciando do proselitismo político, uma vez que “é vedada qualquer forma de proselitismo na programação das emissoras públicas de radiodifusão” (Lei 11.652/2008). Por outro lado, em nota divulgada pelo Fórum Nacional Pela Democratização Da Comunicação, a fusão das duas TVs impôs “uma programação com forte apelo governamental, tendo boa parte do conteúdo marcadamente chapa-branca, auto-referenciado no governo e sem qualquer tipo de participação social, muito menos autonomia e independência editorial” (FNDC, 2019).

A justificativa dada pela direção da empresa para a unificação foi a necessidade de otimizar os recursos para manter a empresa, apesar de já ter sido demonstrado que a EBC já tem gastado pouquíssimos recursos⁴², esses utilizados para pagar seus custos operacionais e de pessoal, apresentando ainda dificuldades orçamentárias para investir em sua modernização (PIERANTI, 2020).

Não obstante, as alterações na programação têm demonstrado a utilização do espaço discursivo da televisão pública para a realização de propaganda governamental, através da intensificação da cobertura dos assuntos de interesse do governo, conforme destaca o Plano de Negócios da EBC do ano de 2019. Segundo o documento, entre as principais coberturas da TV Brasil no último ano estão a dos 300 dias do governo Bolsonaro e do desfile cívico do dia 7 de setembro, por exemplo. Vale situar que não há a presença de críticas ou de posições contrárias às medidas do governo Bolsonaro.

⁴² Ver o capítulo 2, sobre os modelos de financiamento da televisão pública.

Figura 4 – Principais coberturas TV Brasil (2019)



Fonte: Plano de negócios EBC, 2019

Ainda com a fusão da TV pública com a estatal NBR, foram introduzidos novos programas com forte teor de abordagem sobre as forças armadas e o exército brasileiro. O programa Fortes do Brasil, por exemplo, é uma série documental que através da abordagem de “histórias e curiosidades sobre os Fortes e Fortalezas mais importantes do país, desde a sua construção até os dias atuais” (TV Brasil, 2019, web) busca aprofundar aspectos históricos relacionados às invasões militares ocorridas no país em diferentes períodos históricos. Além disso, a qualquer momento a programação pode ser interrompida com as entradas ao vivo do presidente da república e outras informações “com ações e serviços do governo federal” (TV Brasil, 2019, web).

Outro programa acrescentado foi o Brasil em Pauta, que no formato de entrevista traz representantes do governo para discutirem pautas públicas sem que sejam apresentados contrapontos às medidas e propostas governamentais. Além da mudança da identidade visual, com a logomarca que passou a ter as cores verde e amarelo que lembra a bandeira do país, no mês de abril de 2019 também trouxe um novo telejornal para a programação da TV Brasil.

Figura 5 – Mudança logomarca TV Brasil



Fonte: Relatório de Monitoramento do Plano de Trabalho 2019

O telejornal Brasil em Dia foi incluído pela TV Brasil, sendo exibido de segunda a sexta, às 9h45 da manhã, “acompanhado de um semanal de entrevistas com integrantes do governo Bolsonaro” (FNDC, 2019). Foi ao ar pela primeira vez um dia após da fusão com a NBR, e desde então suas abordagens também têm sido no âmbito da divulgação dos atos governamentais. O noticiário é produzido pelos profissionais da estatal NBR e do programa Voz do Brasil⁴³.

Além disso, os profissionais da TV Brasil divulgaram dois dossiês denunciando recorrentes práticas de censura no jornalismo da empresa, o primeiro no ano de 2018 e o segundo em setembro de 2020. Em geral, são mais de 138 denúncias de diversos episódios de obstrução de informações em todos os veículos da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), ocorridas a partir da gestão Temer na empresa. Entre as principais queixas das ocorrências na TV Brasil estão o direcionamento para supressão de críticas ao governo Bolsonaro, entre as quais reunimos na tabela abaixo, junto às outras denúncias apresentadas no Dossiê de 2018, referente ao governo Temer:

Tabela 3 - Violações de autonomia editorial no jornalismo da EBC (2017-2020)

PERÍODO	DENÚNCIAS	IMPLICAÇÕES
Abril/ 2017	Carta Aberta dos trabalhadores da EBC – Cobertura Reforma Trabalhista	Direcionamento editorial para as consequências no trânsito.
Fevereiro/ 2018	Contrato de R\$1,8 mi com a Agência Nacional de Águas	Determinação editorial para elaboração de matérias positivas

⁴³É um programa de rádio estatal produzido pela EBC para divulgação dos atos dos governos. Também é o mais antigo do país e do hemisfério sul ainda em transmissão. Foi criado em 1935, durante o governo de Getúlio Vargas, com o nome Programa Nacional.

	(ANA)	sobre o Ministério do Meio Ambiente em veículos da empresa
Fevereiro/ 2018	Supressão da cobertura jornalística das escolas de samba do Rio de Janeiro	Determinação editorial para não focar nas placas “Fora Temer” ou comentar sobre o “Vampirão Neoliberal”, retratado pela escola de samba Paraíso de Tuiuti, em alusão ao ex-presidente Temer.
Março/ 2018	Criminalização da cobertura das mulheres camponesas do MST no Rio de Janeiro	Silenciamento da voz das mulheres do MST.
Março/ 2018	Supressão da cobertura sobre a morte de Marielle Franco	Determinação editorial para redução da cobertura, pois o PSOL estaria tirando proveito do momento.
Janeiro/ 2019	Silenciamento da cobertura sobre a desistência do mandato do ex-deputado federal Jean Wyllys	Silenciamento sobre as causas que levaram o parlamentar a não poder exercer seu mandato.
Janeiro/ 2020	Proteção às falas preconceituosas e discriminatórias de ministros	Edições de texto protecionistas às falas preconceituosas e discriminatórias da ministra Damares Alves e do ministro Abraham Weintraub
Março/ 2019	Censura das palavras “ditadura” e “golpe” nas reportagens	Substituição do termo “ditadura” por “regime militar”; e “golpe” por “governo”.
Março/ 2020	Supressão da cobertura sobre os impactos da pandemia para o cidadão	Ocultamento de filas enormes na porta das agências da Caixa Econômica Federal e ausência de cobertura humanizada sobre perdas familiares relacionadas à pandemia.
Março/ 2020	Supressão da abordagem de críticas científicas e dos presidentes da Câmara, do Senado e do STF sobre os ricos do uso da hidroxicloroquina	Ausência de aprofundamento sobre a insuficiência do tratamento da Covid-19 através do medicamento defendido por Bolsonaro.
Junho/2020	Cercamento da escolha de fontes de informação para o programa jornalístico Caminhos da Reportagem	Impedimento da escolha de pesquisadores e lideranças da Amazônia para discutir o avanço da Covid-19 em terras indígenas.
Agosto/ 2020	Silenciamento de ataques a jornalistas pelo presidente	Supressão das violências verbais e até ameaças físicas contra jornalistas feitas por Bolsonaro

Fonte: elaborado pela autora a partir dos Dossiês de Censura (2018 e 2020).

4 A AUTONOMIA JORNALÍSTICA NA TELEVISÃO PÚBLICA

4.1 O LUGAR DO TELEJORNALISMO NA CONSTRUÇÃO SOCIAL DA REALIDADE

O jornalismo desempenha papel crucial na construção, amplificação, divulgação e partilha de significados (CORREIA, 2005, p. 124) da realidade do mundo social. Diante de sua contribuição central para o processo de significação do mundo é importante fundamentar a reflexão sobre o papel do telejornal na movimentação dos temas e assuntos que irão incidir diariamente sobre a vida das pessoas. Conforme observa Vizeu (2002), os telejornais se constituem, para a maioria das pessoas, na primeira fonte de informação sobre o mundo que as cerca. Na verdade, o noticiário televisivo se transformou numa “‘praça pública’ que converte o exercício da publicização dos fatos como possibilidade prática da democracia” (Vizeu, 2002, p. 2).

Segundo Emerim (2012), no Brasil, a TV passou por um longo processo de evolução e foi marcada por mudanças sociais, econômicas, culturais e tecnológicas que possibilitaram “ao telespectador comum distinguir entre um programa que exibia a realidade não ficcional e outro cuja natureza era totalmente ficcional” (EMERIM, 2012, p. 2). Apesar das novas configurações que têm sido trazidas com a popularização da internet, as convergências midiáticas e a televisão interativa, o telejornal ou ‘jornalismo para telas’ ainda é reconhecido por operar “com a referência direta com o real, cujas temáticas são, fundamentalmente, a apresentação ou a repercussão de fatos, acontecimentos e ações de pessoas que têm referência direta com o mundo real (...)” (EMERIM, 2014, p. 104).

Além disso, Coutinho (2012) argumenta que os telejornais são reconhecidos pelo público devido a síntese que conferem a respeito dos acontecimentos sociais. Para a pesquisadora, “é por meio de um contrato de confiança entre os cidadãos e os jornalistas de TV que podemos considerar que os telejornais atuam como redutores de incerteza na contemporaneidade, como uma espécie de antídoto quanto às informações de origens e graus de segurança diversos” (COUTINHO, 2012, p. 28).

Assim, o telejornalismo é o gênero televisual mais conhecido e se destaca em dois tipos: o polifônico, caracterizado pela diversidade de vozes selecionadas para

interpretar os acontecimentos; e o opinativo, quando o apresentador manifesta explicitamente o seu posicionamento sobre a informação veiculada (MACHADO, 2000). Arlindo Machado (2000, p. 110) considera que o processo de significação social que o noticiário se propõe a realizar é inacabado, pois, “por mais que se queira ou se possa manipular as informações, elas chegam ao telespectador ainda não inteiramente processadas, portanto, brutas, contraditórias, sem ordenação, sem acabamento final”.

Para Vizeu e Correia (2008, p.12), o telejornal “representa um lugar de referência para os brasileiros muito semelhante ao da família, dos amigos, da escola, da religião e do consumo”, uma vez que busca se pautar no cotidiano dos fatos e acontecimentos que afetam homens, mulheres e geram alegrias, tristezas, tensões, afetos, conflitos e paz. Os autores ainda consideram que o noticiário televisivo busca produzir um efeito de realidade na tentativa de conferir ordenamento ao caos que envolve a sociedade:

uma imagem mais próxima procura enfatizar aspectos mais dramáticos da matéria, ocorrendo o contrário quando a imagem é mais geral, procurando transmitir uma espécie de reprodução da realidade, como se esta estivesse sendo mostrada de uma forma objetiva tal como é, produzindo um efeito real (VIZEU; CORREIA, 20008, p. 14).

Segundo os teóricos, o telejornalismo orienta o conhecimento das pessoas acerca do mundo da vida e pode desempenhar quatro funções: a) exotérica, que corresponde à responsabilidade de tornar as informações compreensíveis ao público; b) pedagógica, que implica na mediação entre o público e os diversos campos de conhecimento; c) familiarização, que diz respeito à tentativa de trazer estabilidade para as pessoas diante dos acontecimentos do mundo; e d) segurança, ao mostrar que, apesar dos acontecimentos caóticos que incidem sobre a sociedade, a vida segue sua normalidade (VIZEU; CORREIA, 2008, p.18-21).

Sendo assim, o noticiário televisivo desempenha papel crucial para a amplificação dos temas que serão debatidos e problematizados na esfera pública⁴⁴, atuando, inclusive, na construção social da realidade. Isso porque o mundo da vida é tomado de sentidos através da partilha de significados por meio da linguagem e esse processo de significação social ocorre por meio da objetivação dos acontecimentos, isto

⁴⁴ Ver Capítulo 2, sobre a relação entre televisão e esfera pública.

é, a transformação dos pensamentos pela linguagem e comportamento. Portanto, a vida em sociedade se torna possível pela contínua interação e comunicação com os outros, e isso se dá através da construção social da realidade (BERGER; LUCKMANN, 1985).

Sendo assim, ainda que exista uma imposição visual nas informações do noticiário televisivo, que pode potencializar um entendimento imediato do mundo social e possibilitar “às pessoas a visão de uma realidade externa àquela em que vivem” (PATERNOSTRO, p. 85, 2006), a construção da notícia no telejornal não resulta de um espelhamento íntegro dos acontecimentos da realidade social. Isso porque o acesso ao real não pode se dar de forma absoluta, senão a partir de um mundo possível (ALSINA, 2009), que é construído através do mundo de referências culturais compartilhadas socialmente pelo jornalista com o seu público na comunidade de comunicação que integram.

Conforme Alsina (2009, p.66), esse mundo possível será aquele “em que o jornalista construirá levando em conta o mundo ‘real’ e um mundo de referência escolhido”. Desse modo, os acontecimentos do cotidiano correspondem ao “mundo real”, enquanto o “mundo possível” é resultante da versão do jornalista e da organização noticiosa acerca da realidade descrita. Portanto, “na informação não vamos encontrar fatos brutos ou em estado puro, coisa que ingenuamente e como armadilha proclama a retórica da objetividade, mas uma determinada percepção e uma interpretação da realidade” (ALSINA, 2009, p. 68).

4.2 TELEJORNALISMO E O MITO DA OBJETIVIDADE

Por muitos anos os estudos relacionados ao campo jornalístico concentraram esforços em entendê-lo como um mero espelho da realidade, sendo capaz de reproduzir os acontecimentos do mundo real tal como eles são, considerando a objetividade como elemento crucial para o compromisso na abordagem dos fatos e distinção de valores (SCHUDSON, 2010). Na intenção de se esquivar de acusações sobre tomada e defesa de posições, “(...) os jornalistas invocam a sua objetividade quase do mesmo modo que um camponês mediterrâneo põe um colar de alhos à volta do pescoço para afastar os espíritos malignos” (TUCHMAN, 2016, p. 112).

Apesar de não haver um consenso teórico sobre o que a noção de objetividade no jornalismo busca propriamente atender, algumas reflexões têm justificado a necessidade de um a) distanciamento da realidade para que o jornalista não tome o partido de algum dos lados em questão; e de uma b) responsabilidade com a veracidade da realidade dos fatos (GUERRA, 2008; SPONHOLZ, 2009; PONTE, 2005). Por outro lado, Schudson (2010, p. 18) alerta que o mito da objetividade jornalística passou a corresponder a “meras tentativas de legitimar o poder de definir questões políticas em termos técnicos”, e se estabeleceu como a “(...) imposição de um método projetado para um mundo no qual nem mesmo os fatos poderiam ser confiáveis” (SCHUDSON, 2010, p. 144). A partir do contexto do jornalismo comercial norte-americano, o teórico explica que a crença na objetividade como padrão, e a necessidade de separação dos fatos e valores na notícia, emergiram como uma estratégia de resgatar a credibilidade do jornalismo nos anos de 1920 e de 1930, ameaçada pelos constrangimentos da atividade comercial na instituição jornalística.

O autor historia que antes do ano de 1830, “esperava-se que os jornais norte-americanos apresentassem um ponto de vista partidário, em vez de uma posição neutra” (SCHUDSON, 2010, p. 16). No entanto, posteriormente, com o enfraquecimento da crença na democracia e no mercado, a objetividade no jornalismo passou a ser encarada como

antídoto para a parcialidade (...). Porque a reportagem ‘objetiva’ reproduzia uma visão da realidade social que se recusava a examinar as estruturas básicas do poder e do privilégio. Ela não era apenas incompleta, como sustentavam os críticos dos anos 1930, mas distorcida. Representava uma convivência com instituições cuja legitimidade era contestada (SCHUDSON, 2010, p. 188).

Assim como o estudo de Schudson (2010) verificou os riscos impostos pelo modelo de jornalismo comercial norte-americano para a qualidade da função pública do jornalismo em geral, os estudiosos Hallin e Mancini (2010) também observaram que a homogeneização dos sistemas de *media*, isto é, a convergência para um modelo liberal de jornalismo, teve forte ligação com o declínio dos jornais partidários e a disseminação da comercialização da mídia. Segundo os autores, o aumento dos jornais comerciais foi capaz de impor uma tendência insuficiente para o fortalecimento da democracia: “Os estilos polêmicos de escrita declinaram a favor das práticas ‘anglo-saxônicas’ da separação das notícias do comentário e da ênfase dada à informação, narrativa, sensação e entretenimento, mais do que às ideias” (HALLIN; MANCINI, 2010, p. 260).

Dessa forma, semelhantemente ao que constatou Schudson (2010), os estudiosos Hallin e Mancini (2010) historicam que esse tipo de estilo jornalístico supostamente neutro e imparcial se expandiu a partir da influência norte-americana no final do século XIX, representada pelos EUA como potência mundial tanto na política quanto na cultura e economia (imperialismo cultural), o que impôs a imitação de um padrão jornalístico respaldado na difusão da formação acadêmica de concepção liberal de liberdade de imprensa e a ideia de profissionalismo neutro (teoria do espelho).

Dessa forma, os prejuízos da comercialização da atividade jornalística e a adoção da suposta isenção e neutralidade resultaram na desfiguração da função social do jornalismo, isso porque “o principal objetivo do jornalista já não é a disseminação de ideias e a criação de um consenso social em torno delas, mas a produção de entretenimento e de informação que pode ser vendida a consumidores individuais” (HALLIN, MANCINI, 2010, p. 284). Além disso, os pesquisadores argumentam que o desenvolvimento da atividade comercial da mídia foi capaz de a) enfraquecer o elo social entre a mídia e os acontecimentos do mundo, assim como b) reduzir o envolvimento da sociedade nos processos políticos.

Além da comercialização dos media noticiosos ter impulsionado o ideal do profissionalismo neutro, também foi capaz de diminuir o desenvolvimento da autonomia dos jornalistas dentro das organizações noticiosas, uma vez que as produções noticiosas da mídia comercial pareciam estar ligadas à reprodução da ordem social pré-existente. Sendo assim, Hallin e Mancini (2010, p. 287) defendem a importância da função social da mídia pública e a compara com o modelo de jornalismo desenvolvido pela lógica comercial: “(...) não parece provável que os *media* cada vez mais comercializados ponham consistentemente em destaque as questões públicas como fizeram quer os jornais politicamente comprometidos do passado quer os monopólios públicos da rádio e da TV”.

Além disso, os autores verificaram que a personalidade da mídia pública está enraizada na diferenciação do modelo pretensamente neutro e objetivo desenvolvido pela lógica comercial. Sendo assim, resgatam a importante discussão de que uma das principais características do jornalismo público é a pluralização de ideias para a formação de sentidos através da escuta de versões alternativas sobre a realidade social:

Os sistemas públicos de rádio e TV, em especial, puseram sempre em evidência o objectivo de dar voz aos grupos sociais e aos padrões culturais que definem a identidade nacional, “sustentando e renovando o capital e o cimento culturais característicos da sociedade (Blumler, 1992; Avery, 1993; Tracey, 1998) (HALLIN, MANCINI, 2010, p. 284).

Diante disso, os pesquisadores argumentam que a mídia comercial é propensa à censura editorial devido a sua tendência de se subordinar aos anseios mercadológicos:

(...) a comercialização parece envolver de forma clara uma não-diferenciação do sistema de *media* em relação ao mercado, uma **erosão da autonomia profissional dos jornalistas** alcançada na parte final do século XX e também, possivelmente, uma subordinação dos *media* aos interesses políticos das empresas que pode diminuir o equilíbrio político na representação dos interesses sociais (HALLIN, MANCINI, 2010, p. 302, grifo nosso).

Sendo assim, Hallin e Mancini (2010) compreendem que a mídia noticiosa comercial é sistematicamente distorcida para atender à ideologia hegemônica das elites, além de ocultar as relações de poder e privilégios, conforme observou a investigação de Schudson (2010). Nesse sentido, os autores consideram que o jornalismo comercial é propenso a priorizar uma concepção objetivista, modelo esse que não é capaz de contemplar a diversidade de perspectivas que existem sobre a realidade social.

Os autores também ponderam que a influência negativa do mercado sobre a qualidade do jornalismo, no sentido do controle exercido pelos proprietários dos meios de comunicação, pode ser tão grande ou talvez maior do que a influência do Estado:

Uma das questões mais difíceis de resolver é de saber se a comercialização aumentou ou diminuiu o fluxo da informação e da discussão política. Os *media* europeus têm desde sempre dado uma atenção central à política; no caso da rádio e da TV públicas, um **“sentido de alguma responsabilidade pela sanidade do processo político e pela qualidade da discussão pública gerada no seu seio”** (Blumer, 1992:36) constituiu sempre um valor crucial, e a programação das notícias e dos assuntos públicos foi bastante privilegiada (HALLIN, MANCINI, 2010, p. 287, grifo nosso).

Desta maneira, o caráter tenebroso adquire pela comercialização do jornalismo ainda se reforça diante da propensão à criação de um “Clima de Opinião” pela mídia, que faz com que posicionamentos minoritários das elites sejam apresentados como sendo expressão do interesse do conjunto da sociedade, configurando uma inversão que

não possibilita a abertura de espaços para as interpretações e versões alternativas sobre a realidade social, por temer o isolamento, envolvendo os argumentos contrafactuais numa Espiral do Silêncio, conforme a descrição de Noelle-Neumann (2017). Segundo as reflexões da cientista política alemã, que desenvolveu a teoria da Espiral do Silêncio, a mídia, em especial as notícias televisivas, podem adquirir um comportamento de omissão quando há evidências de que um posicionamento diferente da opinião tida como majoritária poderá ocasionar conflitos. Tal comportamento ocorre pelo medo do isolamento e é capaz de gerar uma tendência de silenciamento noticioso sobre os assuntos que, embora sejam colocados de fora do bojo da discussão noticiosa, são necessários à vida em sociedade:

Observações feitas em determinados contextos estenderam-se a outros e estimularam pessoas a proclamar suas opiniões ou a “engoli-las” mantendo-se em silêncio até que, em um processo em espiral, determinado ponto de vista chegasse a dominar o cenário, ao passo que o outro desapareceria da consciência pública no emudecer dos seus partidos. Este é o processo que podemos qualificar de espiral do silêncio (NOELLE-NEUMANN, 2017, p. 21-22).

Assim, a autora explica que o “Clima de Opinião” é formado a partir de quem fala e quem se cala a respeito dos assuntos relacionados à vida em sociedade. De acordo com Noelle-Neumann, os meios de comunicação, que aqui podemos nos referir em especial ao telejornalismo, ao apresentarem um posicionamento minoritário como majoritário, também pode contribuir para que o pensamento relativo às minorias permaneça silenciado por medo do isolamento social:

Parece que o medo do isolamento é a força ativadora da espiral do silêncio. Seguir a multidão constitui um estado de relativa felicidade. Mas se esta opção não é possível, quando não se quer compartilhar em público uma convicção aceita aparentemente de modo universal, ao menos é possível permanecer em silêncio, uma segunda opção para continuar sendo tolerado pelos demais (NOELLE-NEUMANN, 2017, p. 23).

Neste sentido, conforme observam Rocha e Gradim (2020, p.97) sobre o pensamento da autora alemã, “este tipo de funcionamento distorcido das instituições midiáticas expressa uma tendência anômica que desautoriza os valores éticos e morais imprescindíveis à vida democrática”. Além disso, os autores explicam que

(...) ao apresentarem um posicionamento minoritário como majoritário, os meios de comunicação podem induzir aqueles que acreditam estar em maioria a manifestarem entusiasticamente seus pontos de vista em público, enquanto as demais pessoas, ao se sentir

em minoritárias, são pressionadas a se manterem caladas com medo do isolamento social (ROCHA; GRADIM, 2020, p. 97).

Diante disso, a defesa de uma pretensa neutralidade no jornalismo, assim como a busca pela descrição da realidade sem supostamente nela interferir, têm ignorado diversos fatores que direcionam o processo de produção da notícia, inclusive, da produção do noticiário televisivo. Podem ser eles fatores pessoais (WHITE, 2016), institucionais e econômicos (BREED, 2016), governamentais e ideológicos (HACKETT, 2016; HALL et. al, 2016), por exemplo. Dessa forma, o telejornalismo não é em sua essência imparcial, isto é, isento dos processos sociais, pois atua como um lugar relevante para a tipificação dos fatos sociais (SCHUTZ, 1978 apud CORREIA, 2005), isto é, na seleção que permite compreender as formas de ação social que são realizadas de maneira intersubjetiva, a partir de diferentes quadros de experiência.

Por isso, é importante situar sucintamente que tal discussão está imbricada com os conflitos emergentes entre os paradigmas científicos a) positivista, que compreende o jornalismo como uma reprodução do real e não uma representação simbólica (ROCHA, 2007), como se fosse capaz de reportar os fatos brutos da realidade, e o b) construcionista, que surge nos estudos de jornalismo nos anos 70 do século XX, e reconhece que os fatos são construções humanas e portanto, não produzem “o conhecimento perfeito, completo e acabado, sem ser passível de revisão” (ROCHA; GRADIM, 2020, p. 99).

O posicionamento científico construtivista é caracterizado por uma “postura crítica com respeito ao conhecimento dado, aceito sem discussão e um ceticismo com respeito à visão de que nossas observações do mundo, nos revelam, sem problemas, sua natureza autêntica” (GILL, 2002, p. 245). Também é importante dizer que a perspectiva construtivista reconhece a incontornável mediação dos processos sociais na forma de compreendermos o mundo, que não pode ser, absolutamente, concebida como uma determinação da natureza do mundo em si mesmo, diferentemente da concepção da objetividade positivista, que defende a possibilidade da representação simbólica da realidade pelo jornalismo corresponder à própria realidade, além de estigmatizar a intencionalidade e o direito do jornalista de emitir juízos sobre os acontecimentos.

Sendo assim, o paradigma construtivista nos oferece fundamentos para a compreensão do telejornalismo como uma atividade intencional, uma vez que é “um processo social de ações conscientes, controladas ou controláveis – portanto, fazeres

combinados com intenções” (CHAPARRO, 1994, p. 22). Sobretudo porque o jornalismo opera na classificação e organização dos acontecimentos do mundo da vida, essa mediação jornalística resulta de um processo de escolhas sobre quais assuntos serão apresentados à sociedade, além de estar condicionado por diferentes intervenções, conforme observa Correia (2005, p. 126):

O sistema de relevâncias dos jornalistas é construído no âmbito das intersecções sociais que se produzem no seio do mundo da vida que é a sua própria comunidade interpretativa e na intersecção com outros sistemas de relevâncias, designadamente outras secções do jornal (como a Administração e a Publicidade) e também os da comunidade (regional, nacional, étnica) de que fazem parte.

Em outras palavras, o telejornalismo é capaz de alterar e consolidar sistemas de relevância ao dar “conhecimento público do que se entende ser importante discutir”, fazendo com que os *media* não se limitem a escolher o que é importante, pois “ajudam a determinar ou a reforçar o que é importante” (CORREIA, 2005, p.130). Cabe-nos então compreender a quais interesses essas determinações e reforços buscam atender no processo de construção da notícia da televisão pública.

4.3 UMA ARENA SIMBÓLICA, VÁRIAS DISPUTAS

Conforme situa o sociólogo Pierre Bourdieu (2005, p. 44), a autonomia do jornalista está sujeita à “sua posição no campo jornalístico (...). Assim, pode-se estabelecer índices de autonomia, que se supõe, permite prever a maneira que os agentes se comportam, em particular, e a sua capacidade de resistir às imposições do Estado ou da economia”. A partir de tais discussões, se torna necessário situar teoricamente a existência de um confronto ideológico travado entre jornalistas, proprietários e dirigentes de veículos de comunicação e o público, conflitos esses que incidem efetivamente na autonomia jornalística e no processo de construção da notícia tanto da televisão pública, quanto no jornalismo em geral (GANS, 1979; BREED, 2016; CHAPARRO, 1996; ROCHA, GRADIM, 2020).

Para aprofundarmos tal reflexão teórica, é importante ultrapassar as discussões que consideram que 1) as notícias são como são porque a realidade assim as determina (Teoria do Espelho) (TRAQUINA, 2005); e a de que 2) o jornalista trabalha em

condições de liberdade total, tendo então controle absoluto sobre o processo de construção da notícia (Teoria da Ação Social ou Teoria do *Gatekeeper*) (WHITE, 1950).

Segundo o trabalho de David Manning White, desenvolvido ainda na década de 1950, o jornalista opera como o “guardião de um portão”, controlando as tomadas de decisões sobre a notícia. Tal estudo centraliza a ação pessoal do jornalista sobre as notícias, como sendo ele responsável por “deixar entrar” ou “rejeitar” os assuntos através dos “juízos de valor baseados na experiência, atitudes e expectativas” do profissional (WHITE, 2016, p. 2002). Assim, teoricamente, o jornalista possuiria controle decisivo em relação aos demais atores envolvidos no processo de construção da notícia, quando, na verdade, existe uma batalha pela “seleção e produção de histórias [que] envolve, portanto, uma luta pelo poder de decidir sobre quais mensagens entram na arena simbólica” (GANS, 1979, p. 250).

Por isso, o jornalismo está imerso num “cabo de guerra” na batalha sobre a interpretação da realidade social, disputa esse estabelecida entre os dirigentes dos veículos de comunicação, as fontes de informação (sejam elas representantes do governo ou de grandes corporações) e o próprio público:

Os cabos de guerra, no entanto, são resolvidos pelo poder; e é, entre outras coisas, “o exercício do poder sobre a interpretação da realidade”. O poder é exercido por todos os participantes na transmissão de informações; está também em evidência dentro da organização noticiosa, que é hierarquicamente organizada. Mesmo os leitores e telespectadores têm algum poder, expresso pelo protesto e recusa em aceitar o que lêem e veem, razão pela qual os jornalistas costumam se preocupar com sua credibilidade (GANS, 1979, p. 81-82, tradução nossa, grifo nosso).

Sendo assim, a atividade jornalística é permeada por diversos confrontos na luta pela definição do que será debatido na arena simbólica, entendida como “um campo de batalha político, pois muitas pessoas se esforçam para inserir suas mensagens e manter outras mensagens fora. Quem administra a arena simbólica, portanto, é uma questão política importante” (GANS, 1979, p. 299). Tais conflitos são também apresentados por Breed, que alerta para a tendência da política editorial dos veículos de comunicação de “enterrar” ou “influenciar” na negação de informações necessárias ao cidadão, gerando resultados “insuficientes para as mais vastas necessidades democráticas” (BREED, 2016, p. 231). Para Breed, existem seis fatores que contribuem para fortalecer a intenção dos proprietários e dirigentes dos veículos de constranger os jornalistas a se

conformarem dentro dos limites da política editorial. São eles: 1) a autoridade institucional e o medo de sanções; 2) a obrigação e estima pela direção da empresa; 3) as aspirações à mobilidade; 4) a ausência de grupos de lealdade em conflito (sindicatos, o Conselho Federal de Jornalismo, repórteres); 5) o prazer do fazer jornalismo e os 6) interesses pela notícia como um valor.

Dessa forma, as condições de produção da notícia, que envolve também a garantia ou não da autonomia jornalística, podem ser interceptadas pela política editorial do veículo, muito embora os jornalistas possuam também uma “margem de manobra nas decisões” editoriais:

Os jornalistas não são, de forma alguma, agentes totalmente livres e, em qualquer caso, raramente tomam decisões de seleção com base em pressupostos abertamente ideológicos; em vez disso, eles trabalham em organizações que lhes fornecem apenas uma quantidade limitada de **margem de manobra nas decisões** de seleção, que é ainda mais reduzida por sua fidelidade a valores compartilhados profissionalmente (GANS, 1979, p. 79, tradução nossa, grifo nosso).

Por outro lado, Breed (2016) também observa que é possível aos jornalistas abrirem brechas para expandir os limites impostos pela política editorial. Isso pode ocorrer pela 1) inexistência nos manuais de redação a explicitação clara do posicionamento político do veículo, devido ao “tabu ético” de transparecer ao público que a direção censura os repórteres, o que permitiria um raio de desvio pelo jornalista; 2) a utilização das crenças pessoais aliadas aos códigos profissionais; 3) a possibilidade de repassar informações censuradas no seu veículo para repórter de outra organização, para, quando a matéria for publicada pelo corrente, reivindicar aos superiores a abordagem do assunto que de outra forma, provavelmente, não seria pautado; 4) a sugestão de pautas pelo próprio repórter, o que permitiria uma maior liberdade sobre a escolha de enquadramentos e fontes de informação; e 5) a condição do estatuto de “estrela”, visto que esse jornalista de carreira consolidada poderia criticar ou se opor às pautas defendidas pela empresa.

Além disso, Breed (2016) e Gans (1979) argumentam que a política editorial do veículo precisa permitir que o jornalista se posicione a favor dos interesses da coletividade, uma vez que se o público perceber que há impedimentos no trabalho jornalístico, a credibilidade do veículo também será ameaçada:

(...) o público não é apenas um receptor de informações, mas uma fonte de receita para a empresa de notícias; e, na medida em que sua lealdade deve ser mantida, seu comportamento de ver e ler até afeta, até certo ponto, em certa medida, a escolha de fontes pelos jornalistas. Com efeito, então, fontes, jornalistas e público coexistem em um sistema, embora esteja mais perto de ser um **cabo de guerra** do que um organismo funcionalmente inter-relacionado (GANS, 1979, p. 81, tradução nossa, grifo nosso).

Por esse motivo, a autonomia do jornalista em relação aos interesses particulares, isto é, corporativos e/ou governamentais da política editorial dos veículos, precisaria ser resguardada, já que, conforme alerta Gans (1979), a pressão sofrida pelos profissionais para mudar ou omitir uma história pode se configurar uma censura e ser utilizada também “(...) para criar o que os jornalistas chamam de efeito inibidor, com a esperança de induzir os jornalistas a oferecerem voluntariamente a mudança ou omissão, que se torna autocensura” (GANS, 1979, p. 249, tradução nossa). Nesse sentido, o teórico explica que nem todas as situações em que as fontes ou dirigentes da empresa realizam críticas se torna uma censura. Por outro lado, “quando os jornalistas não estão convencidos de que estão errados ou quando a correção é exigida em vez de solicitada, eles se sentem sob pressão” (GANS, 1979, p. 249, tradução nossa).

Sendo assim, Gans (1979) e Breed (2016) reconhecem não só a existência da batalha que é travada na construção da notícia, mas também a necessidade da garantia da autonomia jornalística para assegurar que o interesse do público seja atendido nas produções noticiosas. Para isso, assim como Breed apresenta os cinco fatores capazes de abrir brechas na política editorial dos veículos, por sua vez, Gans (1979) ainda propõe três formas de os jornalistas reivindicarem sua autonomia editorial: “eles podem **lutar**; eles podem **ceder**, alterando as notícias para aplacar aqueles que exercem pressão; ou podem **antecipar** seus críticos, cedendo o suficiente e antecipadamente para evitar serem pressionados” (GANS, 1979, p. 249, grifo nosso).

Ainda assim, o apoio da autoridade do público possibilitaria que o jornalista conferisse mais sentido e legitimidade social a sua produção noticiosa, e consequentemente poderia assegurar sua autonomia editorial, sendo então possível inserir o que Gans categoriza de jornalismo “multiperspectivas”, que significa a inclusão de fontes e versões tradicionalmente excluídas na notícia. Também informaria melhor os cidadãos e criaria “uma arena simbólica mais representativa; e o mais importante, ambos aumentarão a democracia” (GANS, 1979, p. 249), tal como defende

Herman (2016) sobre a necessidade da diversidade significativa de versões e fontes na notícia. O teórico observa que a utilização de fontes de informação no discurso jornalístico pode se manifestar de maneira não satisfatória, quando “apenas um conjunto de assuntos ou fatos é posto à disposição da população em geral, quer por censura tática ou oficial”, e também podem se mostrar sem sentido ou marginalizada, se “os temas, fatos e perspectivas que se desviam da perspectiva geral estabelecida estão confinados aos limites dos *media* e não chegam ao grosso da população” (HERMAN, 2016, p. 295).

No contexto deste embate ideológico, em que se evidenciam as implicações éticas pós-convencionais do paradigma construtivista para a construção de enquadramentos capazes de revestir a prática jornalística de compromissos consistentes com a inclusão social, o respeito à alteridade e à diversidade, e com a consolidação da democracia, Heitor Rocha e Anabela Gradim (2020, p. 106) observam que

torna-se mais clara a vinculação recíproca das condições de exercício da autonomia dos jornalistas, com o desenvolvimento de enquadramentos educativos para interpelar as pessoas do público para se assumirem como comunidade moral com força para afirmar o interesse da coletividade diante da política editorial das organizações empresariais, bem como dos meios de controle sistêmicos poder e dinheiro. Assim, com este enquadramento cultural reflexivo substituindo aquele tradicional que tornava os significados da realidade social implícitos e naturalizados, abre-se a possibilidade da autoridade do público para assegurar a influência da coletividade nas deliberações sobre a forma de enfrentar e tentar resolver os problemas sociais através da legitimação pela validação intersubjetiva da comunidade de comunicação.

4.4 TELEJORNALISMO PÚBLICO E AUTONOMIA EDITORIAL

Consagrada como valor essencial e necessário para a garantia do interesse público e inclusão da diversidade de ideias no jornalismo, a autonomia editorial na televisão pública pode ser entendida como “aquela que garante que a escolha dos programas, das equipes e das pautas jornalísticas sejam decisões internas, não se reportando, em nenhum momento, à aprovação de autoridades externas” (BUCCI, 2015, p. 126). Além disso, é um elemento crucial para qualquer veículo de comunicação que abarque o tratamento noticioso, pois a autonomia jornalística impulsiona e possibilita “o direito que o público tem de duvidar do poder, questioná-lo, inquiri-lo, de imaginar o

mundo como ele não é, partilhar os desdobramentos de sua crítica e sua imaginação e utilizá-los em benefício de sua liberdade” (BUCCI, 2015, p. 127).

É importante observar que o estudo sobre a cobertura das eleições de 1979 da principal corporação pública de rádio e televisão do Reino Unido mostrou que o noticiário televisivo da BBC foi além do noticiável. O telejornal público se distinguiu dos demais noticiários por apresentar uma “(...) uma repercussão mais fiel das declarações e iniciativas de porta-vozes partidários, e mais circunspeção quando se aventurarem a comentar as atividades dos políticos” (GUREVITCH; BLUMER, 2016, p. 267).

Dessa forma, o diferencial do noticiário televisivo público se manifestou no a) confronto das principais posições trazidas nas reportagens; b) aprofundamento na abordagem dos assuntos e c) explicação das principais problemáticas envolvidas. Segundo os teóricos, esses aspectos foram centrais para a cobertura do principal telejornal público da noite, que “(...) deixou de ser um mero boletim de registros para passar a fornecer reportagens mais longas acerca de acontecimentos noticiosos importantes que visavam colocá-los num contexto explicativo” (GUREVITCH; BLUMER, 2016, p. 268).

Outros indicativos importantes sobre a relevância social do telejornal público são trazidos por Daniel C. Hallin e Paolo Mancini (2016), a partir da discussão acerca das semelhanças e diferenças presentes na representação noticiosa da televisão pública italiana (propriedade do Estado, financiada pelo público) e da privada estadunidense (operada com fins lucrativos pelas corporações comerciais) durante a viagem do então presidente dos EUA Ronald Reagan à Europa (1982). Os autores observaram que o telejornalismo público italiano se mostrou diferente por interpretar os assuntos políticos a partir da presença demarcada de comentários realizados pelos jornalistas e, sobretudo, por abarcar o fortalecimento da esfera pública através da participação de representantes de organizações de processos políticos (partidos políticos, sindicatos, associações industriais).

Apesar da discussão política parecer se limitar em grande parte ao interesse do sistema partidário em vigor, Hallin e Mancini (2016, p. 435) argumentam que o noticiário público italiano buscou a) centralizar a audiência como participante do processo político e b) apresentar uma diversidade de interpretações alternativas dos

acontecimentos, pois “ele não oferece significado em si próprio, mas envia o espectador noutra direção: fornece uma revista, uma lista de interpretações oferecidas pelos atores políticos fora do jornalismo” (HALLIN; MANCINI, 2016, p. 421).

Já no noticiário televisivo norte-americano, os teóricos constataram um distanciamento do jornalista em relação à interpretação dos assuntos que afetam a audiência, como também um abandono do seu papel de expressão da opinião pública. Conforme Hallin e Mancini (2016, p.428), “há assim uma espécie de vácuo no sistema político americano, uma ausência de instituições que nas democracias liberais têm desempenhado tradicionalmente a função de interpretar acontecimentos políticos”. Para os pesquisadores, essa postura se deu pelo desenvolvimento dos jornais enquanto atividade voltada “para o divertimento como mais ligados ao ideal de um jornalismo profissional politicamente neutro e objetivo” (HALLIN; MANCINI, 2016, p. 426).

Tais discussões abrem caminhos para a necessidade do aprofundamento teórico sobre a centralidade da autonomia editorial para a produção da notícia na TV pública, isso porque se o jornalismo da televisão pública não tiver “liberdade de transmitir noticiários e outros conteúdos de atualidades de forma balanceada, usando critérios jornalísticos para selecionar as notícias relevantes, sua capacidade de contribuir para a diversidade será prejudicada” (MENDEL, 2011, p. 49). Essa independência em relação aos governos e aos interesses do mercado alavanca a qualidade da produção jornalística da televisão pública, aproximando e legitimando o seu relacionamento com o público pela possibilidade de olhar criticamente para o mundo: “Quanto mais independente uma emissora, mais preparada para a qualidade ela está” (BUCCI, et. al. 2012, p. 14).

Na prática, a autonomia editorial poderia ser assegurada a partir de “uma clara separação entre o órgão diretor, com responsabilidade geral pela organização, e os gerentes e editores, que são responsáveis pelo trabalho diário e pela tomada de decisões editoriais” (TOBY; MENDEL, 2011, p. 16). Isso significa dizer que se torna necessário o distanciamento até mesmo de interesses internos presentes na televisão pública: os responsáveis por administrá-la não devem constranger nem mesmo direcionar a produção de seu telejornalismo, uma vez que geralmente, a decisão final de indicação

dos gestores das TVs públicas costuma ser de responsabilidade do governo em vigor, conforme ocorre, por exemplo, na televisão pública brasileira.⁴⁵

Neste sentido, podem-se identificar outras características que deveriam estar presentes no cotidiano da produção noticiosa da televisão pública, a fim de assegurar sua autonomia editorial: 1) a garantia da presença de conselhos plurais e independentes, a fim de fiscalizar episódios de censura ou desvios editoriais; 2) experiências de financiamento que não resultem em interferência aos interesses do cidadão na construção da notícia; e a 3) cultura de prestação de contas (*accountability*) sobre as atividades realizadas, assim como o cumprimento de sua missão social (MENDEL, 2011, p. 15).

Segundo a Unesco (2006), existem quatro elementos capazes de legitimar a oferta de conteúdos jornalísticos na televisão pública: independência, universalidade, diversidade e diferenciação. Nessa perspectiva, a independência é entendida como a autonomia editorial e implica na expressão de ideias, críticas, informação e opiniões de maneira livre de interesses comerciais ou governamentais. Já a universalidade trata do alcance a todos os cidadãos, sem diferenciá-los quanto ao seu nível social; a diversidade diz respeito a variedade de oferta de conteúdos para o público que possui diferentes expectativas e a diferenciação está voltada à programação que deve ir além do que é comumente oferecido pela mídia comercial (UNESCO, 2006).

Essa não subordinação ao mercado comercial ou ao governo é também pontuada por Coutinho (2012) como um elemento crucial para a produção jornalística da televisão pública, que, antes de poder transcender o conteúdo das emissoras comerciais, precisa ter autonomia editorial para o tratamento de suas informações:

Nesse sentido, o Telejornalismo Público deveria ter como um de seus princípios orientadores avançar para além da distinção forma-conteúdo que impediria a oferta de informação de qualidade nas emissoras comerciais. Isso seria resultante da existência, ao menos em tese, de maior liberdade para experimentação, uma vez que a emissora não teria limitações de natureza comercial e/ou política (COUTINHO, 2012, p. 39, grifo nosso).

Para Leal Filho (2017), a cobertura jornalística da televisão pública tem a obrigação de estar à serviço do direito à informação do cidadão:

⁴⁵ A relação da indicação dos cargos de chefia no jornalismo da TV Brasil será discutida e analisada no Capítulo 6 deste trabalho.

Ela tem que ter uma linha editorial que esteja sempre ao lado da grande maioria da população e não ao lado das camadas dominantes da sociedade. Ela tem que se distinguir da mídia comercial, que está sempre defendendo os banqueiros, os industriais e as classes dominantes. A mídia pública pode até dar palavra para essas pessoas, mas tem que ir muito além disso. Ela tem que dar voz e vez às camadas desprivilegiadas: os quilombolas, os trabalhadores rurais sem terra, os movimentos populares, eles têm que ter espaço (LEAL FILHO, 2017 in SILVA, 2017, p. 82-83).

Ainda segundo Coutinho (2013b, p. 29), a responsabilidade social do telejornalismo público é de contextualizar as informações e “contribuir com a oferta de conhecimento cotidiano e formação dos espectadores e, assim, estimular sua autonomização”. Além disso, a pesquisadora brasileira considera que os telejornais públicos “deveriam ter como premissa e/ou promessa promover uma melhor compreensão da realidade, tornando mais próximo e efetivo, seu entendimento e apropriação pelos telespectadores” (COUTINHO, 2013b, p. 29).

Desse modo, reforça-se também a necessidade do aprofundamento regular do telejornal público, de pautas produzidas em várias praças de cobertura da TV, estimulando o regionalismo e a representação de diferentes pontos de vista nos debates de ideias, além do protagonismo dos cidadãos e das comunidades nas notícias, coberturas e debates veiculados em seu espaço discursivo (BUCCI et. al., 2012).

5 TECENDO INDICADORES PARA A ANÁLISE DA AUTONOMIA JORNALÍSTICA NO REPÓRTER BRASIL

5.1 ABORDAGENS DE PESQUISAS SOBRE O TELEJORNAL REPÓRTER BRASIL

Na intenção de perceber se as problemáticas que envolvem a questão da autonomia jornalística na TV Brasil já haviam sido estudadas no telejornal Repórter Brasil (TV Brasil), realizamos uma busca no site da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações e encontramos quatro trabalhos que tomaram o noticiário da TV Brasil (GENTILLI, 2013; BARROSO, 2015; ZOET, 2017; GODOY, 2018). Já na plataforma Google Acadêmico, foram localizadas mais duas dissertações (MORAES, 2011; BORGES, 2015) através da busca por “telejornal Repórter Brasil”. No geral, apesar dos seis trabalhos abordarem a necessidade da independência editorial no jornalismo da TV Brasil, em nenhum deles são trazidas as percepções dos próprios jornalistas da TV sobre tal questão, assim como não é problematizada a intensificação ou afrouxamento de práticas de censura no conteúdo veiculado pelo noticiário ao longo de sua história.

Ainda que o trabalho de Gentilli (2013) considere os problemas da gestão e fiscalização da EBC para o comprometimento e confiabilidade de seu jornalismo, a preocupação do trabalho esteve voltada à análise da contribuição do Repórter Brasil com o direito à informação do cidadão. A investigação questionou se a produção noticiosa do telejornal foi capaz de auxiliar as pessoas a “proteger-se; atuar na vida política, econômica, social e civil; exigir e exercer plenamente seus direitos” (GENTILLI, 2013, p. 158). O estudo constatou que poucas matérias trataram de manifestações, greves e reivindicações populares ou de entidades de classe e questões políticas.

Já o trabalho de Borges (2013) analisou os enquadramentos construídos durante a cobertura das manifestações de junho de 2013 no Brasil pelo Jornal Nacional e o Repórter Brasil. A pesquisa mostrou que a cobertura factual do noticiário comercial privilegiou a emoção e a constituição do espetáculo político-midiático, enquanto a cobertura do noticiário da televisão pública distanciou-se dos fatos a fim de aprofundar

o debate sobre os temas de interesse público envolvidos no acontecimento. Por outro lado, a pesquisa não estabeleceu qualquer relação dos enquadramentos feitos pelo telejornal público com a questão da autonomia editorial na televisão pública.

Já ao abordar a utilização de ferramentas da Narrativa Transmídia, Barroso (2015) se propôs a analisar se o Repórter Brasil fez uso dos recursos disponíveis com a convergência tecnológica como “forma de consolidação de suas programações, e consequentemente, conquista e engajamento do público” (BARROSO, 2015, p. 100). A pesquisa concluiu que não só a utilização se faz necessária, como também a realização de investimentos em novos equipamentos capazes de favorecer “o fortalecimento do jornalismo colaborativo, plural, diversificado e múltiplo que deve ser o perfil do formato das emissoras públicas” (BARROSO, 2015, p. 100). Ainda assim, o estudo já apontava riscos que poderiam existir na empresa com as possíveis mudanças de governo que, por sua vez, poderiam alterar o perfil da emissora de acordo com os interesses em jogo.

Mesmo afirmando que a EBC sofre interferência desde o momento em que foi criada por causa do seu modelo de gestão e financiamento, a investigação de Godoy (2018) não clarificou de que forma isso ocorre exatamente no telejornal público. A pesquisadora buscou entender como a notícia é construída e, nela, representada a identidade latino-americana nos telejornais Repórter Brasil Noite e Jornal Nacional/ TV Globo. Foram identificados os enquadramentos de Política de Estado, “que toma o Estado como garantidor e promotor do direito de todos, partindo do princípio da igualdade social” (GODOY, 2018, p. 97) como prevaletentes no Repórter Brasil. Já no Jornal Nacional da Rede Globo se destacaram os enquadramentos de Política de Mercado, “que toma o Mercado econômico como base para se pensar a nação, transformando direitos em serviços comercializáveis e ampliando cada vez mais o abismo entre ricos e pobres” (GODOY, 2018, p. 98). Um equívoco deixado pela pesquisadora é a consideração de que o “jornalismo de qualidade é aquele que mais se aproxima da imparcialidade possível” (GODOY, 2018, p. 163), posicionamento científico já desmistificado no presente trabalho⁴⁶, ao se colocar como referência maior de qualidade o compromisso com a multiplicidade de perspectivas de interpretações sobre a realidade social.

⁴⁶ Ver o Capítulo 5, que discute sobre o mito da objetividade e imparcialidade no jornalismo.

Já Zoet (2017) apresenta um importante estudo de recepção televisiva e consumo audiovisual que buscou entender a relação dos cidadãos e professores de Juiz de Fora com a TV Brasil, a partir da avaliação do caráter público do telejornal. Zoet (2017, p. 143) percebeu que “se espera da televisão um posicionamento mais democrático, mas não há o envolvimento e o sentimento de responsabilidade para a construção deste veículo”. Por outro lado, a limitação da independência da TV Brasil por fatores externos e internos chegou a ser apontada pela pesquisadora, mas não ocupou espaço na investigação realizada com os grupos focais, sendo uma problemática que poderia ter sido aprofundada mediante a percepção dos cidadãos, que se mostraram incapazes de diferenciar a cobertura do telejornal público com a realizada pela mídia comercial.

Por sua vez, Moraes (2011) partiu da intenção de entender a aplicação das concepções de jornalismo público no noticiário, movimento que surgiu no final dos anos 1980 nos EUA e que defende o posicionamento do jornalista para cumprir seu papel social em um Estado democrático. O pesquisador constatou que a aplicação teórica almejada para a atividade estava mais presente em quadros inseridos no telejornal que nas matérias ou na apresentação do noticiário.

Sendo assim, a problemática que nos propomos investigar fornece contribuição crucial para o aprofundamento dos estudos que elegeram o jornalismo da televisão pública brasileira como objeto de investigação: Em algum momento o jornalismo da TV Brasil já teve autonomia editorial para ser capaz de problematizar os temas que desagradam ao governo federal? Nesse sentido, a contribuição da pesquisa se dá no aprofundamento das questões que envolvem a autonomia jornalística no principal noticiário da televisão pública brasileira.

5.2 NOTAS METODOLÓGICAS E APRESENTAÇÃO DO *CORPUS* DA PESQUISA

Segundo expressa o manual de jornalismo da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), intitulado “Somente a verdade”, o requisito de qualidade para todos os conteúdos jornalísticos da empresa, inclusive o telejornal Repórter Brasil, está ancorado na obstinação pela objetividade, definida como “o relato determinado pelos limites dos fatos em si. Opõe-se, portanto, à subjetividade” (BEIRÃO, 2013, p. 29-30). Assim, a busca pela exatidão dos fatos e imparcialidade é preconizada como uma maneira de

evitar “o alinhamento, público ou velado, com um dos lados de qualquer questão” (BEIRÃO, 2013, p.72).

Apesar disso, compreendemos que o noticiário televisivo desempenha o papel de instituição política e ideológica (HACKETT, 2016), e a apropriação da objetividade e imparcialidade pode ser utilizada para inibir algumas relações sociais dominantes: “pode ser que as próprias formas através das quais as notícias televisivas transmitem a sua imparcialidade e neutralidade sirvam para disfarçar (ou esconder) as pressuposições ideológicas subjacentes” (HACKETT, 2016, p. 174).

Sendo assim, conforme já foi situado ao longo desse trabalho, nosso caminho teórico-metodológico não poderia defender ou se ancorar nas noções de neutralidade, imparcialidade e objetividade⁴⁷ no jornalismo. Isso porque o jornalismo participa ativamente na luta pela significação dos acontecimentos (GANS, 1979) e realiza a estruturação e apresentação de tópicos e assuntos (CORREIA, 2005) de maneira intencional (CHAPARRO, 1994). Para mais, a camuflagem desse processo de construção da notícia enquanto “correia de transmissão neutra” pode ser capaz de esconder “um sistema de ideias, valores e proposições que é característico de uma classe social específica, e/ou expressa os interesses políticos e econômicos dessa classe” (HACKETT, 2016, p. 171).

Assim, tomando como hipótese a existência de constrangimentos editoriais no Repórter Brasil, ainda no momento em que a TV Brasil surgiu, uma vez que a lógica interna e ideológica que constituiu a sua direção permitiu que estivesse ligada à Presidência da República, se torna fundamental desvendar as ferramentas rotineiras que podem ter contribuído para o exercício do poder político ou práticas de censura sobre o Repórter Brasil, assim como “especificar os mecanismos que ligam os enquadramentos midiáticos com as suas condições sociais de produção” (HACKETT, 2016, p. 184).

Apesar de constituir uma tarefa gigantesca, a presente investigação pode auxiliar outros trabalhos que se proponham a abarcar o tratamento noticioso de assuntos incômodos às instituições políticas, não estando restritos aos aspectos da textualidade das matérias televisivas (EMERIM, 2012), mas que atenda a análise da “lógica interna

⁴⁷ Ver no Capítulo 4, a sessão 4.2 Telejornalismo e objetividade, que discute sucintamente a insuficiência teórico-epistemológica da concepção positivista sobre a representação jornalística como correspondente à realidade.

da ideologia e os seus laços com as relações sociais, as suas condições históricas e formas de apresentação, e os determinantes internos e o contexto social dos media noticiosos” (SUMNER, 1979, p.238-245 apud HACKETT, 2016, p. 185).

Sendo assim, optamos por realizar um estudo descritivo e interpretativo das práticas noticiosas do Repórter Brasil, na intenção de abarcar os possíveis constrangimentos editoriais vivenciados pelos jornalistas da TV pública, assim como as possíveis manifestações de censuras nos conteúdos noticiosos. Considerando que o noticiário televisivo é capaz de ampliar e conferir “legitimidade à estruturação dos processos sociais realizados pelas instituições político-burocráticas” (HACKETT, 2016, p.157), decidimos observar como se posicionou o telejornal Repórter Brasil na cobertura noticiosa sobre os temas incômodos ao governo Dilma (PT), Temer (PMDB) e Bolsonaro (Sem partido). Tal abordagem corresponde a um recorte temporal capaz de fornecer indicativos importantes acerca da existência de constrangimentos editoriais enfrentados pelos jornalistas desde o surgimento da empresa no ano de 2007.

Para tal, elegemos e definimos como temas incômodos ao governo federal as principais manifestações que expressaram reivindicações e adesões populares em repúdio às medidas governamentais, entendendo que, para cumprir seu papel social, a cobertura do Repórter Brasil precisaria estar alinhada ao interesse do cidadão como um telejornal capaz de tratar tais problemáticas a partir da diversidade de vozes e equilíbrio no tratamento das informações, o que teria como condição de possibilidade a garantia da autonomia editorial.

Para verificar como se dá a manifestação da diversidade de vozes e equilíbrio no tratamento das informações, realizamos um mapeamento no *site* da TV Brasil que resultou num *corpus* de 38 matérias.

Tabela 4 – Matérias levantadas para análise

GOVERNO DILMA (2011-2016)	GOVERNO TEMER (2016-2018)	GOVERNO BOLSONARO (2019)	TOTAL
Impeachment	Reforma trabalhista	Cortes na educação	
21	14	3	38

Fonte: Elaboração da autora

No governo Dilma (2011-2016), localizamos vinte e uma matérias de protestos pró e contra o *impeachment*; na gestão Temer (2016-2018), catorze matérias de

protestos a respeito da Reforma Trabalhista e na gestão Bolsonaro (2019), somente três referentes às manifestações contra os cortes na educação. Como o *site* da TV Brasil não disponibiliza as produções anteriores ao ano de 2016, não foi possível verificar tal problemática nas matérias produzidas no governo Lula (2003-2010). É ainda importante justificar que a diferença na quantidade de matérias em cada período se dá pela inexistência de produções em relação às manifestações nos diferentes governos, o que nos sugere que o Repórter Brasil pode ter silenciado a cobertura dos protestos contrários às medidas do governo Bolsonaro.

Tabela 5 – Corpus de matérias para análise

MATÉRIA/ GOVERNO	DATA/ EDIÇÃO	REATRANCA	DURAÇÃO	FORMATO
M01 Governo Dilma	14/03/2016 1ª edição	PM de São Paulo contabiliza 1,4 milhões de pessoas na manifestação contra governo	01'46''	Reportagem
M02 Governo Dilma	14/03/2016 1ª edição	Em Brasília, manifestantes se reuniram na Esplanada dos Ministérios	01'33''	Reportagem
M03 Governo Dilma	14/03/2016 1ª edição	Veja como foram as manifestações em outras capitais brasileiras	02'01''	Reportagem sem entrevistados
M04 Governo Dilma	14/03/2016 1ª edição	No Rio de Janeiro, manifestação contra governo é maior desde o início de 2015	01'58''	Reportagem
M05 Governo Dilma	14/03/2016 2ª edição	Veja como foram as manifestações desse domingo, pelo país	02'33''	Reportagem sem entrevistados
M06 Governo Dilma	16/03/2016 2ª edição	No começo da noite, manifestantes foram até a praça dos três poderes, em Brasília, para protestar	06'38''	Vivo + análise jornalistas
M07 Governo Dilma	17/03/2016 1ª edição	Manifestantes se reúnem na Avenida Paulista	03'00''	Vivo + reportagem
M08 Governo Dilma	17/03/2016 1ª edição	Palácio do Planalto tem manifestações contra e a favor do governo	01'52''	Vivo + sonora Dilma
M09	18/03/2016	São Paulo: atos na avenida	01'47''	Reportagem

Governo Dilma	2ª edição	Paulista começaram ontem à noite e seguem até agora		
M10 Governo Dilma	18/03/2016 2ª edição	Protestos continuam em Brasília	01'01''	Vivo
M011 Governo Dilma	18/03/2016 2ª edição	Posse Lula: houve violência durante manifestações contra e a favor do governo	01'33''	Reportagem
M012 Governo Dilma	19/03/2016 2ª edição	Manifestantes contra o governo Dilma passaram a madrugada acampados	0'49''	Reportagem
M013 Governo Dilma	21/03/2016 2ª edição	Manifestações a favor do governo, feitas por brasileiros, ocorreram também no exterior	0'34''	Reportagem sem entrevistados
M014 Governo Dilma	21/03/2016 2ª edição	Mais de seis mil pessoas estão em frente ao Congresso em protesto contra o governo	01'16''	Vivo
M015 Governo Dilma	21/03/2016 2ª edição	Em Brasília os manifestantes estão neste momento em frente ao Congresso	02'30''	Vivo + reportagem
M016 Governo Dilma	21/03/2016 2ª edição	Milhares de manifestantes ainda estão na avenida Paulista, em São Paulo	03'08''	Vivo + reportagem
M017 Governo Dilma	22/03/2016 1ª edição	Protestos contra governo terminam em confronto com polícia, na PUC-SP	01'41''	Reportagem
M018 Governo Dilma	17/04/2016 1ª edição	Apoiadores impeachment	02'56''	Vivo + reportagem
M019 Governo Dilma	18/04/2016 2ª edição	Manifestações contra e a favor do impeachment levaram milhares de pessoas às ruas	01'50''	Reportagem sem entrevistados
M20 Governo	31/08/2016 1ª edição	Votação do impeachment é	01'40''	Vivo

Dilma		acompanhada por manifestantes em Brasília		
M21 Governo Dilma	31/08/2016 2ª edição	Grupo de manifestantes comemora o resultado da votação, na Avenida Paulista	01'01''	Reportagem sem entrevistados
M22 Governo Temer	15/03/17 2ª edição	No Rio de Janeiro dezenas de milhares de pessoas se reuniram na Candelária	00'43''	Nota coberta
M23 Governo Temer	15/03/17 2ª edição	Veja como foram os atos contra a reforma na previdência em outras cidades do país	02'12''	Reportagem sem entrevistados
M24 Governo Temer	31/03/17 2ª edição	Dia é de manifestações em todo país contra as reformas trabalhista e da previdência	01'34''	Reportagem sem entrevistados
M25 Governo Temer	28/04/17 2ª edição	Trabalhadores de todo o país foram às ruas contra as reformas da Previdência e Trabalhista	01'43''	Reportagem sem entrevistados
M26 Governo Temer	28/04/17 2ª edição	No Rio de Janeiro houve confronto com a polícia	00'25''	Nota coberta
M27 Governo Temer	28/04/17 2ª edição	A greve geral paralisou o transporte público bloqueou estradas e afetou serviços	3'10''	Reportagem
M28 Governo Temer	01/05/17 2ª edição	Pelo país o Dia do Trabalhador foi marcado por protestos contra as reformas trabalhista e previdência	01'21''	Reportagem sem entrevistado
M29 Governo Temer	30/06/17 1ª edição	Protestos contra reformas deixam município do Rio em estágio de atenção	02'28''	Vivo + reportagem sem entrevistado
M30 Governo Temer	30/06/17 1ª edição	Em SP trabalhadores do setor de transporte não aderem à greve	03'21''	Vivo + reportagem
M31 Governo Temer	01/07/17 2ª edição	O dia foi de protestos em várias cidades do país contra as reformas trabalhista e da	02'21''	Reportagem sem entrevistado

		previdência		
M32 Governo Temer	10/07/17 2ª edição	SP: Manifestantes fazem protesto na Avenida Paulista contra as reformas trabalhista e da previdência	0'27''	Nota pelada
M33 Governo Temer	11/07/17 1ª edição	Manifestantes se reúnem em SP contra reforma trabalhista	00'41''	Reportagem sem entrevistado
M34 Governo Temer	11/07/17 2ª edição	Metalúrgicos bloqueiam parte de rodovia em São Paulo em protesto contra a reforma trabalhista	00'30''	Nota coberta
M35 Governo Temer	10/11/17 1ª edição	Centrais sindicais convocam protestos	01'02''	Nota coberta
M36 Governo Bolsonaro	15/05/19 2ª edição	Estudantes e professores vão às ruas para defender a Educação	02'14''	Reportagem sem entrevistado
M37 Governo Bolsonaro	14/06/19 2ª edição	Transporte público funciona parcialmente em dia de paralisação	02'04''	Reportagem sem entrevistado
M38 Governo Bolsonaro	13/08/19 2ª edição	Cidades de todo país têm atos em defesa da educação e contra reformas	02'00''	Reportagem sem entrevistado

Fonte: Elaboração da autora

Ainda na intenção de aprofundar a compreensão sobre a **autonomia editorial** do jornalismo da TV pública brasileira, conversamos com profissionais da empresa. Isso porque nosso interesse apontava para a necessidade de entender como e por quem é direcionada a cobertura dos temas incômodos ao governo federal; qual seria a relação dessa orientação com a estrutura interna da TV Brasil, isto é, sua gestão, e quais as implicações da fusão da TV Brasil (pública) com a NBR (estatal) para a produção do telejornal.

Nesse sentido, para investigar a ocorrência de censura nas diferentes gestões da TV pública, encontramos na entrevista em profundidade com os jornalistas um caminho para explorar como se dá a abordagem dos assuntos complexos e incômodos aos governos. A entrevista em profundidade é “um recurso metodológico que busca, com base em teorias e pressupostos definidos pelo investigador, recolher respostas a partir da

experiência subjetiva de uma fonte, selecionada por deter informações que seja de conhecer” (DUARTE, 2006, p. 62). Além disso, tal caminho metodológico é um dos protótipos mais utilizados na pesquisa qualitativa (BAUER; GASKELL, 2002).

Para isso, mapeamos apresentadores, editores e repórteres do telejornal considerando o período e as funções que exerceram no Repórter Brasil desde o início da sua criação no ano de 2007 até 2020, a fim de abarcar o recorte temporal ao qual a investigação se propõe e possibilitar as devidas inferências sobre a relação das gestões Dilma (PT), Temer (PMDB) e Bolsonaro (Sem Partido) com a autonomia do jornalismo da televisão pública. Assim, “nesse percurso de descobertas, as perguntas permitem explorar um assunto ou aprofundá-lo, descrever processos e fluxos, compreender o passado, analisar, discutir e fazer perspectivas” (DUARTE, 2006, p. 63). As entrevistas foram realizadas por ligações telefônicas⁴⁸ e tiveram uma duração média de 30 minutos a uma hora e meia. Por uma escolha de resguardar os profissionais de possíveis retaliações no ambiente de trabalho da televisão pública, optamos por não revelar seus nomes:

Tabela 6 – Funções dos entrevistados

FUNÇÃO	PERÍODO NA EBC	DATA ENTREVISTA
Apresentação do telejornal Repórter Brasil	Desde 2016	07/04/2020
Edição de texto em São Paulo do telejornal Repórter Brasil	Desde 2012	08/04/2020
Repórter em Brasília do telejornal Repórter Brasil	Desde 2014	14/04/2020
Repórter da Agência Brasil e ex-membro do Conselho Curador	Desde 2004	14/04/2020
Diretoria de produção e conteúdo da TV Brasil	Desde 2006	17/04/2020

Fonte: Elaboração da autora

Apresentados os caminhos adotados para a obtenção dos dados da pesquisa, se impôs então o desafio de analisar o material obtido, a fim de produzir indicativos capazes de atender aos objetivos da investigação: entender como o Repórter Brasil aborda os temas incômodos ao governo federal; como se instaura a censura denunciada

⁴⁸ Tal escolha se deu em obediência às medidas de distanciamento social orientadas pelas autoridades sanitárias do Brasil e do mundo para evitar a propagação do coronavírus.

pelos jornalistas e quais os impactos de tal prática na produção noticiosa. Dessa forma, a elaboração do sistema de categorias na análise de conteúdo é um processo explicado por Laurence Bardin (2002, p. 119), que tem como “primeiro objectivo (da mesma maneira que a análise documental), fornecer, por condensação, uma representação simplificada dos dados brutos”.

Para isso, buscamos na análise de conteúdo jornalística as contribuições metodológicas para a proposta deste trabalho, uma vez que se propõe a desvendar “os significados aparentes e/ou implícitos dos signos e das narrativas jornalísticas, expondo tendências, conflitos, interesses, ambiguidades ou ideologias presentes nos materiais analisados” (HERSCOVITZ, 2010, p. 127). A utilização de tal caminho possibilita a realização de “inferências sobre seus conteúdos e formatos enquadrando-os em categorias previamente testadas, mutuamente exclusivas e passíveis de replicação” (HERSCOVITZ, 2010, p. 126-127). Também apresenta características híbridas, uma vez que “pode ser vista como um método que reúne elementos quantitativos e qualitativos”, colocando-a “num gueto metodológico de onde ela sai reforçada e não enfraquecida, como defendem alguns críticos” (HERSCOVITZ, 2010, p. 125), sendo aqui tomada pela “capacidade de diferentes investigadores concordar em suas observações e conclusões” (HERSCOVITZ, 2010, p. 128).

Apesar da essência dessa pesquisa ser de cunho qualitativo, por se propor a lidar com interpretações da realidade social do noticiário televisivo público, é ainda importante destacar que, segundo Bauer & Gaskell (2002), não há quantificação sem qualificação, sendo válido considerar as vantagens de aliar a pesquisa quantitativa e seus modelos estatísticos para explicar os dados. Conforme os autores, pode ser feita a intersecção entre as duas tradições científicas, já que “a análise de conteúdo é uma técnica híbrida que pode mediar esta improdutiva discussão sobre virtudes e métodos” (BAUER; GASKELL, 2002, p. 190).

Os estudiosos ressaltam que, “embora a maior parte das análises clássicas de conteúdo resultem em descrições numéricas de algumas características do corpus do texto, considerável atenção está sendo dada aos ‘tipos’, ‘qualidades’, e ‘distinções’ no texto, antes que qualquer quantificação seja feita” (BAUER; GASKELL, 2002, p. 190). Ainda assim, optamos pela análise dos dados desta pesquisa corresponder à interpretação qualitativa, uma vez que as categorias elencadas para a observação do

nosso *corpus* dialogam efetivamente com uma análise mais voltada às interpretações das realidades sociais, evitando, portanto, se restringir a numerações.

Isso nos impôs então o desafio de discutir sobre os possíveis operadores de análise que pudessem direcionar uma melhor compreensão sobre como se deu a cobertura do noticiário público a respeito dos assuntos incômodos ao governo federal. Além disso, buscamos caminhos que nos permitissem tratar os relatos dos jornalistas acerca dos possíveis constrangimentos editoriais vivenciados nos distintos períodos. Para tal, apresentaremos a seguir nosso percurso teórico-metodológico que nos permitirá lançar o olhar sobre dados primários da nossa investigação (matérias e entrevistas).

Antes disso, é importante situar que sentimos a necessidade de reunir e analisar alguns documentos (GIL, 2008) que pudessem nos oferecer subsídio para contextualizar os diferentes momentos vivenciados pelo jornalismo da televisão pública brasileira. Para isso, recorreremos a análise dos seguintes documentos: a) Lei Nº 11.562/2008 que criou a EBC; a b) Portaria nº 216 que unificou a TV NBR à TV Brasil; a c) MP 744/2016 que destituiu o Conselho Curador e o diretor-presidente da EBC; os d) Dossiês de censura divulgados pelos jornalistas no ano de 2018 e 2020; e) as notas de repúdio dos Sindicatos dos Jornalistas Profissionais do Distrito Federal (SJDF), da Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ), do coletivo Intervozes, do Comitê Fica EBC e do site do Conselho Curador divulgadas do ano de 2016 a 2020; f) relatórios de monitoramento de plano de trabalho da TV Brasil, além de g) portarias internas sobre modificações na grade de jornalismo, obtidas pelo SJDF e cedidas para realização dessa investigação. Alguns desses documentos já foram utilizados no capítulo voltado à discussão sobre o surgimento da TV Brasil e os seus desmontes. Já os que trazem questões específicas sobre o telejornal Repórter Brasil serão apresentados juntos à análise dessa investigação, no capítulo 6, para um melhor entendimento sobre os diversos momentos que envolvem as condições de produção da notícia na televisão pública brasileira.

5.3 OPERADORES DE ANÁLISE PARA O TELEJORNAL REPÓRTER BRASIL

1) Diversidade de vozes e equilíbrio no tratamento noticioso

Para abarcar a análise da produção noticiosa do telejornal público sobre as manifestações populares contrárias aos governos vigentes da TV Brasil, tomamos como premissa as contribuições de Herman (2016) que considera a diversidade de vozes como elemento crucial para legitimação da atividade jornalística, e Gans (1979), que defende a introdução do jornalismo “multiperspectivas”, pelo potencial de promover a democracia a partir da introdução de fontes de informação marginalizadas ou excluídas.

Sobre isso, Benetti (2010) alerta que o discurso jornalístico, apesar de ser em sua natureza dialógico, isto é, interagir com os discursos de diversos sujeitos (repórter, fontes, direção dos veículos de informação), nem sempre é polifônico, pois pode se apresentar pretensamente plural ao apresentar diversas fontes de informação, mas ambas com a abordagem de somente uma versão sobre os acontecimentos. Por isso, “para identificar seu caráter polifônico ou monofônico é preciso **mapear as vozes** que o conformam e, nesse momento, refletir sobre as posições de sujeito ocupadas por indivíduos distintos” (BENETTI, 2010, p. 116, grifo nosso).

A partir disso, lançaremos o olhar sobre a distribuição de vozes na cobertura do telejornal público Repórter Brasil sobre os temas incômodos ao governo federal. Tal escolha se torna pertinente na medida em que nos fornece a compreensão sobre como o noticiário televisivo público é capaz de distribuir a fala do cidadão em seu espaço discursivo. Segundo Alsina, (2009, p.13), “as fontes da informação desempenham um papel principal na geração da notícia. [...] Mas também podemos perceber como existem fontes privilegiadas que são consultadas com prioridade. Isso, inevitavelmente, determinará o viés da própria notícia”.

Essa discussão sobre a escolha das fontes de informação e suas implicações no conteúdo noticioso também foi realizada por Hall et. al. (2016), que alerta para a existência de uma relação estruturada entre a mídia e os *definers primary*, responsáveis por definir ou interpretar primariamente um tópico em questão. O autor argumenta que um dos prejuízos de sua ação é o comando “em todo o tratamento subsequente da notícia e imposição dos termos de referência que nortearão todas as futuras coberturas ou debates” (HALL, 2016, p.316).

Já o estudo de observação sobre a construção do noticiário eleitoral da *British Broadcasting Corporation* (BBC) realizado por Gurevitch e Blumer, em 1979, mostra que a qualidade da sua cobertura foi fortalecida a partir da contribuição analítica e do confronto entre as principais questões da campanha eleitoral. Para isso, se fez necessário o estabelecimento de técnicas que assegurassem o equilíbrio no tratamento das informações. Conforme relatam os autores, se buscou tal harmonia através de um sistema cronométrico para observar o “número de aparições no noticiário de cada líder partidário para que fosse mais ou menos igual” (GUREVITCH; BLUMER, 2016, p.281). Por outro lado, entendemos que o equilíbrio da cobertura não deve ser medida estritamente pela quantidade de aparições ou cronometragem do tempo das falas, uma vez que tal estratégia pode ser utilizada para esconder questões que não expressam as relações sociais concretas, podendo “simplesmente ajudar a tornar a notícia ainda mais eficaz na dissimulação do seu enquadramento ideológico subjacente” (HACKETT, 2016, p. 174).

Assim, nos propomos a observar a manifestação qualitativa (BAUER; GASKELL, 2002) da pluralidade de vozes na cobertura realizada pelo Repórter Brasil, isso em conjunto com a expressividade de versões trazidas nas matérias analisadas. A intenção é verificar se há uma a) interpretação plural do noticiário público acerca dos acontecimentos que desagradam o governo federal, ou se é b) demonstrada superficialidade e fragmentação no tratamento das problemáticas sociais. Tais contribuições podem nos fornecer indicativos importantes para compreendermos a forma como as manifestações populares são abordadas no telejornal Repórter Brasil.

Assim, considerando que o noticiário público deve abarcar uma diversidade de versões capazes de contribuir para a formação crítica dos cidadãos de forma plural, elencamos alguns indicadores, construídos através de uma conjunção de categorias de Edward Herman (2016) e do pesquisador brasileiro Mauro Porto (2004), que aponta a existência do enquadramento noticioso episódico, caracterizado pela ausência de entrevistados na construção da reportagem, como se a notícia fosse um espelho do acontecimento relatado. Porto (2004) também classifica a existência do enquadramento restrito, quando a notícia expressa uma única versão sobre o acontecimento; plural-aberto, quando são apresentadas uma diversidade de perspectivas sobre o acontecimento; e o plural-fechado, quando apesar de haver diferentes perspectivas sobre o acontecimento, existe a supervalorização de um deles.

Todavia, tal sistematização do pesquisador brasileiro não foi utilizada integralmente nesse trabalho porque já estão contempladas e coincidem com categorização de Herman (2016), com exceção do enquadramento episódico. Sendo assim, realizamos a junção entre tais autores que nos forneceram os seguintes indicadores para análise da diversidade de vozes na cobertura do noticiário público:

a) versão episódica, caracterizada pela descrição da notícia exclusivamente pelo jornalista, pressupondo uma concepção de “espelho” do fato, sem que haja a introdução de entrevistados; b) diversidade significativa de versões, que compreende mais de uma fonte com perspectivas diferentes sobre o assunto abordado, constituindo-se no ideal da teoria democrática; c) versão única, apresentando apenas um ponto de vista sobre a problemática; d) versão única com mais de uma fonte, representando diferentes vozes, mas que reforçam o mesmo ponto de vista, o que evidencia a intenção de simular pluralismo; e e) diversidade reprimida ou marginalizada, quando é formado um cenário efetivamente com mais de uma interpretação da realidade, mas com a distinção privilegiada de uma versão hegemônica e a estigmatização da outra ou outras versões, configurando um esvaziamento da discussão que deveria ser aprofundada com a apresentação da diversidade significativa de interpretações, para uma melhor compreensão do público.

2) Autonomia editorial

A compreensão sobre a autonomia jornalística é um componente crucial para compreendermos o papel do jornalismo na televisão pública, e se de fato, suas práticas noticiosas buscam atender ao interesse público. Assim, a compreensão sobre as condições de produção da notícia no Repórter Brasil (escolhas de fonte, encaminhamentos e discussões sobre as pautas) em conjunto com a análise das versões trazidas nas matérias constitui uma tentativa de relacionar a estratificação político-social e a notícia (HACKETT, 2016). Nesse sentido, os estudos de Breed (2016) e Gans (1979) nos oferecem importantes indicativos para aprofundarmos a compreensão acerca do controle social denunciado pelos profissionais do noticiário televisivo da TV Brasil. Para Gans (1979, p. 249), os jornalistas têm três caminhos para lidar com as pressões impostas pela linha editorial do veículo de comunicação: ou eles cedem à censura, ou

lutam por melhores condições de trabalho ou cometem a autocensura, “cedendo o suficiente e antecipadamente para evitar serem pressionados”.

Já segundo Breed (2016) os jornalistas podem se utilizar de alguns expedientes para não se conformar com as políticas editoriais, como resistir pela inexistência de um manual que expresse explicitamente o posicionamento político do veículo, devido ao “tabu ético”, que desmoraliza o veículo que transparece ao público a censura para controlar a redação; apelar aos códigos profissionais, nos pontos em que a ideologia do jornalismo possibilita questionar a política editorial do veículo; exportar a matéria que provavelmente seria censurada para um colega de outro veículo, para, depois de sua publicação pelo concorrente, poder abordar a pauta anteriormente censurada na sua organização empresarial; valer-se de sua condição de setorista para sugerir pautas e dar o encaminhamento delas na rua diferente do que é normalmente dado pela direção do veículo; e assumir seu prestígio profissional, isto é, o “estatuto de estrela”, para conseguir contemplar maior diversidade de perspectivas nas suas matérias.

Por sua vez, Schmitz (2019) evidencia que a lealdade dos jornalistas brasileiros apresenta uma tendência a se conformar aos interesses das elites política e econômica. Ao considerar que o campo jornalístico está imerso numa correlação de forças que o pressiona (Bourdieu, 2005), o pesquisador verifica que nesse processo “ocorrem lacunas entre a racionalidade (ideais, regras), o caos (a percepção) e a ordem (o que é regular, a prática efetiva), que o profissional toma a si e reflete no seu grupo social, ao desempenhar os seus papéis” (SCHMITZ, 2019, p.3). Para aprofundar tais problemáticas, o autor propõe três classificações sobre a autonomia profissional do jornalista:

A autonomia dos ideais, aquela que o indivíduo atribui a si, pela importância que confere ao que faz com base nos valores profissionais; a autonomia percebida, relacionada aquilo que ele nota de comum no seu ambiente de trabalho e a autonomia efetiva, mensurada no resultado do seu trabalho (SCHMITZ, 2018, p. 149).

Nesse sentido, Schmitz (2018) observa que existem lacunas entre os ideais, percepções e práticas profissionais no que diz respeito à autonomia do jornalista brasileiro. Tal classificação será adaptada na presente investigação na intenção de guiar o aprofundamento sobre (a) a percepção dos profissionais da televisão pública acerca da autonomia ideal para o jornalismo da TV Brasil e (b) como os jornalistas percebem tal autonomia editorial nos diferentes períodos (Dilma [2011- 2016]; Temer [2016-2018];

Bolsonaro [a partir de 2019]). Já a verificação sobre a (c) autonomia efetiva será realizada através da análise das matérias, com a aferição, conforme já salientamos, do nível de diversidade de vozes e de equilíbrio nas produções noticiosas da TV pública. Tais situações aprofundadas na análise desse trabalho nos ofereceram importantes indicativos sobre as problemáticas que afetam a cobertura dos assuntos incômodos ao governo federal nas diferentes gestões.

6 ANÁLISE DAS MATÉRIAS E ENTREVISTAS: A COBERTURA DAS MANIFESTAÇÕES NO REPÓRTER BRASIL E A AUTONOMIA JORNALÍSTICA

6.1 GOVERNO DILMA E MANIFESTAÇÕES SOBRE O *IMPEACHMENT*

O processo de votação e aprovação do *impeachment* que destituiu a presidenta eleita Dilma Rousseff (PT) trouxe profundas implicações para o contexto político brasileiro no ano de 2016, que foi palco de inúmeras manifestações populares pró e contra o afastamento da primeira mulher a ocupar a presidência da República. As jornadas de junho ocorridas ainda no ano de 2013 que levou milhares de pessoas às ruas de mais de 130 cidades do país já indicavam a centralidade das manifestações enquanto espaço de luta e cobrança de respostas, a princípio contra o aumento das tarifas do transporte público.

Tais reivindicações se acentuaram no primeiro semestre no ano de 2016 com o desencadeamento da crise política e econômica marcada pelos desdobramentos da Operação Lava Jato desenvolvida pelo Ministério Público do Paraná e pela Polícia Federal, na investigação de casos de corrupção e desvio de dinheiro no país. As “Pedaladas Fiscais”, consideradas crime de responsabilidade, para justificar o afastamento de Dilma do cargo de presidenta, se popularizaram através do noticiário como suposto desrespeito às leis fiscais e emissão de decretos de suplementação orçamentária sem autorização do Congresso (BEDINELLI, 2016). Por outro lado, a defesa de Rousseff afirmava desde o início que a abertura do processo se tratava de um golpe, uma vez que não haveria provas da ocorrência de pedaladas por interferência direta de Dilma. Apesar disso, as acusações culminaram na sua destituição no dia 31 de agosto de 2016, após julgamento no Senado e a realização de diversos protestos contra e a favor do impeachment:

Tabela 7 – Manifestações Impeachment - Governo Dilma

PERÍODO	MANIFESTAÇÕES IMPEACHMENT
13 de março de 2016	Manifestações aconteceram em todas as regiões do país contra o governo Dilma e a favor da Operação Lava Jato. Foi o maior ato político na história do Brasil, superando as Diretas Já.
16, 17, 18, 19, 20 e 21 de março de	Após a nomeação do ex-presidente Lula para o ministério da Casa Civil ocorreram protestos contra e a favor em cerca de 18

2016	estados do país.
17 de abril de 2016	Câmara dos Deputados abre processo do pedido de impeachment de Dilma e manifestações contra e a favor voltam a acontecer.
31 de julho de 2016	Movimentos favoráveis e contrários ao impeachment de Dilma Rousseff promoveram manifestações pelo país.
31 de agosto de 2016	Resultado do processo de impeachment (61 votos a favor contra 20) acarreta o afastamento definitivo de Dilma e gera manifestações pró e contra por todo o país.

Fonte: Elaboração da autora

Para alguns pesquisadores brasileiros como Jessé de Souza (2016), a mídia brasileira corporativa, especialmente a televisiva, atuou na construção de um golpe ao acionar sua parceria com os interesses econômicos e contribuir para a desqualificação dos partidos que possuíam penetração popular: “a televisão explicava que as manifestações contra o governo eram espontâneas e apartidárias, enquanto as manifestações a favor do governo eram organizadas por militantes partidários” (SOUZA, 2016, p. 125).

Além disso, conforme observou Barbosa e Martins (2016), a descrição feita pela mídia comercial sobre os participantes de tais protestos buscou polarizar a existência de dois grupos em relação ao impeachment: a) manifestantes favoráveis à destituição de Dilma em busca da ordem constitucional do país, e b) manifestantes contrários ao impeachment, que tiveram suas pautas silenciadas além de ser enquadrados como militantes e apoiadores do PT. Tal narrativa também foi observada no estudo de Rocha e Cardoso (2017, p. 136), que constata “a predominância do efeito de sentido positivo nas matérias que versam sobre os protestos favoráveis ao impeachment, sendo estes caracterizados como uma manifestação pública do desejo da população”.

É diante da complexidade de tais acontecimentos e da centralidade das manifestações enquanto espaço de luta, que buscamos lançar o olhar sobre a cobertura jornalística do principal telejornal público do país, o Repórter Brasil, nas manifestações ocorridas no primeiro semestre de 2016, período de votação e aprovação do processo de impeachment da ex-presidenta Dilma, considerando o comprometimento inerente à função sócio-política do noticiário público na publicização e problematização das questões públicas (HALLIN, MANCINI, 2010).

6.1.1 Diversidade de vozes e equilíbrio

O nosso *corpus* empírico das produções referentes a tal problemática é formado por vinte e uma matérias das duas edições então existentes do telejornal, e correspondem a reportagens com entrevistados (7), reportagens sem entrevistados (5), entradas de repórteres ao vivo acompanhadas de reportagens com entrevistados (4) e entradas de repórteres ao vivo (5), tendo uma delas a presença de comentaristas. As edições do telejornal não são disponibilizadas na íntegra, o que nos impôs o desafio de mapear as matérias referentes às datas das manifestações no site da TV Brasil. Face ao compromisso do espaço discursivo do noticiário público de priorizar os assuntos de interesse do cidadão, buscamos analisar a distribuição de vozes e equilíbrio no tratamento das informações a fim de refletirmos sobre a autonomia efetiva do jornalismo da TV Brasil no tratamento de assuntos incômodos ao governo federal. Na tabela abaixo, apresentamos um recorte do nosso corpus através das reportagens que possuem entrevistados (7), na intenção de registrar como o material da pesquisa foi organizado para a análise.

Tabela 8 – Reportagens com entrevistados – Manifestações governo Dilma

MATÉRIA/ TEMPO	DATA/ EDIÇÃO	REATRANCA	TIPO DE VERSÃO	FONTES
Matéria 01 (01'46'')	14/03/2016 1ª edição	PM de São Paulo contabiliza 1,4 milhões de pessoas na manifestação contra governo	Versão única com mais de uma fonte	-Manifestantes contra o governo Dilma - Movimento Brasil Livre
Matéria 02 (01'33'')	14/03/2016 1ª edição	Em Brasília, manifestantes se reuniram na Esplanada dos Ministérios	Versão única com mais de uma fonte	- Manifestantes contra o governo Dilma
Matéria 04 (01'58'')	14/03/2016 1ª edição	No Rio de Janeiro, manifestação contra governo é maior desde o início de 2015	Versão única com mais de uma fonte	- Manifestantes contra o governo Dilma
Matéria 09 (01'47'')	18/03/2016 2ª edição	São Paulo: atos na avenida Paulista começaram ontem à noite e seguem até agora	Versão única com mais de uma fonte	- Manifestantes contra o governo Dilma
Matéria 11	18/03/2016	Posse Lula: houve	Diversidade	- Manifestantes

(01'33'')	2ª edição	violência durante manifestações contra e a favor do governo	reprimida	contra e a favor do governo Dilma
Matéria 12 (0'49'')	19/03/2016 2ª edição	Manifestantes contra o governo Dilma passaram a madrugada acampados	Versão única com mais de uma fonte	- Manifestantes contra o governo Dilma
Matéria 17 (01'41'')	22/03/2016 1ª edição	Protestos contra governo terminam em confronto com polícia, na PUC-SP	Diversidade reprimida	-Manifestantes contra e a favor do governo Dilma

Fonte: Elaborado pela pesquisadora

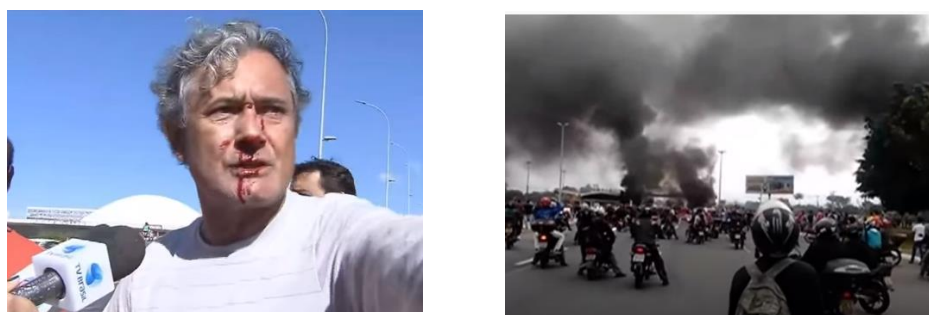
Conforme podemos perceber, a cobertura expressou em sua maioria uma versão única sobre as manifestações que foram contrárias ao governo Dilma, à nomeação do ex-presidente Lula para assumir a Casa Civil, assim como o apoio dos manifestantes à operação Lava Jato, conduzida pelo então juiz Sérgio Moro, mesmo tenham sido apresentadas várias fontes, uma vez que todas mantinham a mesma linha ideológica. Nesse sentido, não realizou uma cobertura com diversidade realmente significativa de versões, que compreenderia mais de uma fonte de informação com perspectivas diferentes sobre os protestos pró e contra o impeachment. Também não aprofundou a causa das reivindicações trazidas pelos manifestantes e revela uma cobertura desfavorável à ex-presidenta.

Uma característica presente nas sonoras das reportagens é a exigência dos manifestantes por um país melhor e sem corrupção, que segundo os trechos utilizados nas reportagens, seria possível com a saída de Dilma: “Queremos que todos os corruptos sejam presos, se Deus quiser eu vou ter um país melhor pros meus filhos” (M01); “Vim apoiar o Sérgio Moro, quero que a Dilma saia porque a Dilma está sangrando muito o Brasil” (M02); “Estamos deixando o nosso lazer, a nossa família, nossos filhos e nossos netos, trazendo pra rua pra mostrar a nossa insatisfação” (M04); “O governo quer colocar um outro citado na Lava Jato no ministério mais importante que é o da Casa Civil” (M09); “Somos todos apartidários, não tem nenhum movimento pré-estabelecido por trás, somos todos cidadãos brasileiros que estão cansados de tanta corrupção e roubalheira” (M12).

Por outro lado, não há explicação nas reportagens sobre as razões que levaram a ex-presidente Dilma a ser investigada, nem são aprofundadas as causas que motivaram

as manifestações que não apoiaram o processo de impeachment. O contraponto é feito num trecho da M17 que traz a fala de um líder estudantil: “Não é um ato de defesa de Lula e Dilma, mas um ato de defesa do voto de 53 milhões de pessoas”. Também em um sobe som dos manifestantes contrários ao impeachment: “Lula guerreiro, o povo é seu parceiro” (M11). Por outro lado, ainda na M11, há o esvaziamento dos motivos que levaram um apoiador do PT ao protesto. O repórter relata: “esse professor que apoia o PT foi agredido”. Logo depois, o professor é entrevistado e diz: “aquela cara ali pegou uma bicicleta, conforme você viu, e atirou a bicicleta em cima de mim”.

Figura 6 - Cenas de reportagens sobre manifestações impeachment



Fonte: TV Brasil

Ainda assim, a M17 e a M11, produções que citam as manifestações em defesa do governo Dilma, centralizam a abordagem nos confrontos ocorridos entre os dois grupos de manifestantes, demonstrando nas duas produções uma diversidade reprimida, uma vez que esvazia a discussão sobre os motivos dos protestos e centraliza a abordagem dos conflitos travados entre a polícia e os dois grupos de manifestantes.

Já as cinco produções sem entrevistados foram construídas a partir de uma narrativa episódica, isto é, os *offs* das matérias, que são narrados pelos repórteres com a exposição das imagens das manifestações, se restringiram a apresentar os protestos contra a ex-presidenta que foram realizados em diversas partes do país, sua duração e os lugares específicos em que ocorreram, com base nos dados oficiais da Polícia Militar de cada localidade. Tal construção reforça o modelo da “lapada nacional”, caracterizada pela rápida exposição das manifestações ocorridas pelo país, sem que haja a introdução de quaisquer entrevistados. Nesse sentido, foram destacados o apoio ao juiz Sérgio Moro, a reforma política e pedidos por intervenção militar.

Os contrapontos ao impeachment de Dilma são pontuais quando o repórter diz: “Organizações como o MST e a CUT classificaram o protesto como uma tentativa de

golpe” (M019); “Contrários ao impeachment, sindicalistas, movimentos sociais e estudantes, prometeram continuar lutando para tentar reverter a atual situação política do país” (M21). Também foi destacado pelo noticiário que havia cartazes que criticavam a cobertura jornalística que estava sendo realizada pela imprensa brasileira, especificamente, pela Rede Globo (M19). É importante observar que houve uma reportagem sem entrevistados sobre uma manifestação a favor do governo Dilma, organizada por brasileiros no exterior. Sem a apresentação de sonoras, a produção do Repórter Brasil trouxe um sobe som dos manifestantes na Argentina (Buenos Aires) e na França (Paris) que gritavam: “Não vai ter golpe” (M13).

Figura 7 – Cena de reportagem manifestação contra o impeachment na França



Fonte: TV Brasil

Já as entradas ao vivo dos repórteres priorizaram a abordagem dos confrontos entre os manifestantes e a polícia: “pessoas jogaram objetos na cavalaria, e a cavalaria respondeu indo pra cima” (M10). Também foi trazido pelos repórteres que o “pedido em comum aqui é a saída da presidente Dilma Rousseff” (M10); “Eles querem que ela renuncie ao cargo ou sofra o impeachment” (M14). Assim, a abordagem das matérias, entradas ao vivo, notas cobertas e reportagens sem entrevistados mostram que o espaço para tratar o posicionamento dos manifestantes contrários à destituição de Dilma é silenciado e desequilibrado em relação aos protestos pró impeachment, denotando que a cobertura das manifestações pelo noticiário público apresenta em sua maioria versões episódicas e únicas sobre os acontecimentos.

Por outro lado, é importante registrar que o noticiário contava com um espaço destinado à análise das principais notícias do dia. Durante o período de tramitação do afastamento de Dilma, tal participação ficou à cargo dos comentários dos jornalistas

Tereza Cruvinel⁴⁹ (que havia sido a primeira diretora-presidente da EBC), Paulo Moreira Leite e Florestan Fernandes Júnior. Após a exposição das matérias, era comum que os apresentadores do telejornal fizessem perguntas aos comentaristas sobre as principais problemáticas do dia.

No nosso *corpus* de análise, existe uma produção nesse sentido, veiculada no dia 16 de março de 2016, que corresponde ao dia da nomeação do ex-presidente Lula para o ministério da Casa Civil, no governo Dilma. Tal nomeação havia levantado protestos contrários ao governo em cerca de 18 estados do país, uma vez que estava sendo investigado na Operação Lava Jato por “reformas e benfeitorias feitas pela construtora OAS, ocultação de propriedades no nome de terceiros e ‘pagamentos vultosos’, feitos por construtoras beneficiadas no esquema de corrupção na Petrobras” (FAGUNDEZ; MENDONÇA, 2016).

Figura 8 – Participação dos comentaristas no RB



Fonte: TV Brasil

Nesse sentido, a presença dos comentaristas demonstra a problematização dos números de adesão popular aos protestos que haviam sido divulgados pela polícia militar, assim como aprofunda a discussão de que não só o presidente Lula estava sendo investigado com foro privilegiado, mas que tal prerrogativa valia também para outros deputados e senadores pelo cargo que eles ocupam. Outro esclarecimento trazido pelos comentaristas foi sobre o perfil dos manifestantes contrários ao governo Dilma. De

⁴⁹ A jornalista foi convidada pelo presidente Lula e pelo ministro-chefe da Secom, o jornalista Franklin Martins, para assumir o cargo de diretora presidente da EBC - Empresa Brasil de Comunicação, sendo a primeira a assumir esse cargo na empresa.

acordo com os comentários trazidos pelos jornalistas, em sua maioria, os manifestantes favoráveis ao impeachment eram pertencentes a classe média alta e contavam com o apoio de partidos de oposição que já demonstravam o intento de afastar a ex-presidenta ainda nos primeiros dias de sua eleição.

6.1.2 Autonomia editorial

Considerando que os processos de produção da notícia são permeados por embates e desafios editoriais presentes inclusive na TV Brasil, buscamos compreender nas entrevistas realizadas neste trabalho (1) o entendimento dos profissionais acerca da autonomia ideal para o jornalismo da TV Brasil e (2) como eles percebem efetivamente seu exercício profissional no período correspondente a gestão Dilma, partindo da hipótese de que o governo em vigor poderia interferir na linha editorial da empresa, uma vez que o modelo de gestão da empresa o aproxima da Presidência da República, podendo tornar seu jornalismo mais suscetível aos interesses governamentais em vigor.

Conversamos com cinco jornalistas⁵⁰ que estão na empresa e já atravessaram diferentes períodos no jornalismo da EBC. Nesse momento, pudemos aprofundar a compreensão acerca da autonomia jornalística desses profissionais durante a gestão Dilma. Para melhor fluidez da leitura, optamos por categorizar os relatos dos entrevistados da seguinte maneira:

Tabela 9 – Nomenclatura para os entrevistados

NOMENCLATURA	FUNÇÃO
E01	Apresentação do telejornal (Brasília)
E02	Editor de texto do telejornal (SP)
E03	Repórter do telejornal (Brasília)
E04	Repórter da Agência Brasil (RJ)
E05	Diretoria de produção e conteúdo da TV Brasil (Brasília)

Fonte: elaborado pela pesquisadora, 2021.

⁵⁰ Ver o capítulo 4 sobre os caminhos teórico-metodológicos da presente investigação.

6.1.3 A autonomia ideal: entre o interesse público e o dos governos

A compreensão sobre o compromisso com os princípios da comunicação pública, que deve centralizar o interesse do cidadão, está presente na percepção dos profissionais da TV Brasil. Para E03, o jornalista da televisão pública

tem que ter a consciência de que cumpre um papel importante na sociedade justamente por fazer um tipo de comunicação que não é vinculado a interesses. (...) A comunicação pública teoricamente ela é voltada pra o interesse público, aquilo que a sociedade precisa ouvir, as informações que fazem parte da formação cidadã das pessoas (E03).

Nesse sentido, E01 afirma que a equipe do Repórter Brasil “tenta fazer um jornal muito honesto para as pessoas em todos os assuntos”. Já E03 acrescenta que o diferencial do jornalismo da televisão pública deve ser demonstrado na busca “daquela informação principalmente educativa, de promoção da cidadania, promoção da diversidade, de dar voz às pessoas e grupos da sociedade que não costumam ter voz nos meios tradicionais privados”.

Por sua vez, E04 explica que entrou na empresa através de um concurso público realizado no final de 2004, ainda na antiga estatal Radiobrás, e, quando a EBC surge no ano de 2007, a partir da fusão dos veículos da Radiobrás (Rádio Nacional, Agência Brasil, TV Nacional de Brasília) com os veículos da Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto (TVE, a rádio MEC e a TV do Maranhão), já se falava que seus objetivos deveriam estar relacionados às demandas do cidadão, e, para isso, “os funcionários foram convidados à participar dos debates, teve audiências públicas, várias conversas para discutir inclusive como seria o modelo” (E04).

Ainda assim, E04 observa que os objetivos e missão do jornalismo da televisão pública não chegaram a ser compartilhados por todos os profissionais da empresa, uma vez que, logo no início do surgimento da EBC, houve a migração dos profissionais da antiga estatal Radiobrás, e a referência de qualidade midiática ainda parecia ser as práticas dos meios de comunicação comercial:

A maioria dos funcionários ainda não tinham essa clareza de ideias do quê que é à comunicação pública, o que a gente vê aqui no país é sempre a comunicação privada como referência, inclusive referência mundial de qualidade. E a Radiobrás sempre foi vista como uma empresa governamental, estatal mesmo, que prestava serviço para o governo (E04).

Sobre isso, E02 observa que a compreensão dos preceitos da comunicação pública não se enraizou, inclusive, em uma parte dos funcionários em cargos de gestão, como gerência, direção e coordenação de jornalismo, por serem funções geralmente indicadas pelo governo federal:

Muita gente vem do mercado privado, das empresas privadas de mídia, então também tinha alguma deturpação do conceito da comunicação pública, porque nem sempre existiu essa discussão. Muitos chefes poderiam ser até bem-intencionados, mas não sabiam qual era a função social da empresa pública de comunicação (E02).

Assim, o histórico de luta e comprometimento com a defesa do interesse do cidadão são apontados como requisitos que deveriam ter sido observados pelo governo federal ao nomear e indicar as chefias escolhidas para o jornalismo da TV pública:

(...) Em grande parte essas pessoas ou vieram do mercado para assumir posições de chefia dentro da EBC, por trabalharem em grandes conglomerados de comunicação, ou eram pessoas diretamente ligadas ao Partido dos Trabalhadores, e os concursados, pessoas que poderiam tá sendo formadas desde o início da empresa para ocupação de cargos com maior autonomia, sempre foram vistos como um certo empecilho político dentro da empresa, quase como inimigos da comunicação pública porque tinham autonomia de atuação, tinham autonomia para dizer não, e isso, obviamente, acarretava problemas (E05).

Nesse sentido, a interpelação aos modelos comerciais de jornalismo e a nomeação da presidência da empresa pelo governo federal, em especial pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, parecem de certa forma esvaziar a garantia dos princípios da comunicação pública dentro da TV Brasil, conforme argumentam E02, E03 e E05. Assim, a formação da diretoria de jornalismo da empresa pública de comunicação não parece priorizar a experiência dos jornalistas em outros veículos de comunicação pública. Conforme reunimos na tabela abaixo, a maioria dos nomeados tiveram passagens por veículos comerciais:

Tabela 10 – Histórico Profissional Diretoria de Jornalismo da EBC (2007-2020)

NOME	HISTÓRICO PROFISSIONAL	ANO/ GESTÃO
Helena Chagas	Trabalhou na TV Globo e SBT. Em 2010 deixou a EBC para coordenar a comunicação da campanha de Dilma.	2007/ Lula
Nereide Beirão	Foi diretora de Divulgação e Comunicação Social da UFMG. Também teve passagem pela Rede Globo.	2010/ Lula
Ricardo Melo	Foi Colunista político da Folha de São Paulo e atuou em outros veículos	2015/ Dilma

	comerciais de comunicação.	
Lourival Macedo	Trabalhou por 37 anos na antiga Radiobrás. Em 2018 foi nomeado Ouvidor-adjunto da EBC.	2016/ Temer
Estevão Damázio	Trabalhou na CBN por 23 anos e teve passagem por outros veículos comerciais.	2018/ Temer
Sirlei Batista	Trabalhou na antiga TV Nacional e Radiobrás, foi Gerente Executiva de Serviços (EBC) e responsável pela gestão da TV NBR e programas institucionais no governo Temer (2016-2018).	2019/ Bolsonaro

Fonte: elaboração da autora

Por sua vez, os profissionais da TV Brasil acreditam que sempre houve uma desvalorização da gestão da empresa em relação à nomeação de profissionais qualificados para ocupar os cargos de chefia da empresa pública de comunicação:

(...) Por mais que nós tenhamos dentro da EBC um grande número de funcionários de carreira, que tem noção, tem conhecimento do que é comunicação pública e de como se faz, essas pessoas ocupam cargos digamos assim... de “chão de fábrica”, cargos operacionais mesmo de jornalistas (E03.)

6.1.4 Percepções de autonomia jornalística no governo Dilma

O jornalista E02 explica que durante o governo Dilma havia um espaço que tornava possível o tensionamento e diálogo na redação, que era inclusive reconhecido por jornalistas oriundos de outros veículos de comunicação:

Era um ambiente mais plural e diverso de poder discordar, inclusive, de poder brigar e apresentar sugestões, temas, séries jornalísticas. De fato, era um ambiente muito mais rico nesse ponto **e a gente já não tinha essa ilusão que era uma empresa com independência editorial**, mas muita gente que já tinha experiência em outros lugares, sabia que era um ambiente muito mais rico do que muito lugar por onde já passou. E a gente encarava aquilo como uma caminhada que a gente estava **brigando e conquistando espaço**, e que com tempo chegaríamos no espaço de independência editorial (E02, grifo nosso).

E03 também relata que na época pré-impeachment era possível realizar contestações com a chefia de jornalismo, em relação a necessidade de abordar assuntos de interesse público, assim como tencioná-las sobre as especificidades de fazer jornalismo na televisão pública:

Quando eu comecei a trabalhar na EBC, **no governo da Dilma, também havia tentativas do Estado**, do governo, de tentar interferir de alguma forma na programação. Então mesmo durante o governo da Dilma, a gente conseguia, por exemplo, noticiar com tranquilidade assuntos que não eram de interesse do governo. Por exemplo, o Mensalão, o Petrolão, o começo da Lava Jato, todo o primeiro julgamento do ex-presidente Lula na Lava Jato (...). Então a gente noticiava aquilo que é de interesse público, **fazia o tensionamento e conseguia dar uma autonomia, eu não digo que ideal pra TV Brasil**, porque acho que há um tensionamento sempre natural da democracia, mas eu acho que a gente conseguia, **se não o ideal, mas o suficiente**, pra que a gente pudesse dizer para as pessoas que o nosso trabalho é comunicação pública, de fato, isso antes do impeachment (E03, grifo nosso).

O jornalista E02 também reforça que no governo Dilma, havia uma orientação editorial na cobertura de manifestações contrárias ao governo: “mandar o repórter pra rua e perguntar para as pessoas por que elas estavam ali. Perguntar para pessoas comuns, não só lideranças dos atos” (E02). Segundo o jornalista E02, apesar de em alguns momentos a orientação também ter sido de cobrir manifestações “só se tivesse quebra pau, (...) se a polícia batesse e se tivesse bomba”, ainda assim, era possível tratar dos assuntos incômodos: “(...) a gente fez muita manifestação contrária ao governo [Dilma], mesmo depois encarando a natureza da coisa, mesmo as manifestações que pediam o impeachment a gente fazia (E02). O jornalista também relembra que

na época do Governo Dilma a gente fez uma série sobre movimentos de moradias, sobre ocupações de terrenos e prédios. A gente fez séries sobre protestos e muito deles eram inclusive contra o governo e hoje é impensável [governo Bolsonaro]. Então séries sobre movimentos sociais de moradia, por exemplo, isso não acontece mais. A gente pautava muito as questões LGBT, e isso não acontece mais (E02).

O jornalista E03 explica que a justificativa que os profissionais utilizavam para tentar dar um direcionamento plural às produções no governo Dilma era apontar para as chefias sobre a necessidade de fortalecer a credibilidade da atividade jornalística da televisão pública:

Quando essas pautas chegavam enviesadas, ou a gente debatia isso diretamente com as chefias na hora que recebia as pautas, muitas vezes consegui convencer de que jornalisticamente falando é mais interessante dar um enfoque mais independente do que um enfoque direcionado. Até **pra manter a credibilidade da empresa**. Outras vezes também a gente conseguia direcionar a pauta na rua, tirar esse direcionamento e transformar numa pauta mais plural, com mais vozes, e aí depois a gente conseguir levar isso no ar (E03).

Apesar de haver espaços para a abordagem de assuntos contraditórios com o posicionamento do governo federal, conforme afirmaram os jornalistas E02 e E03, o jornalista E04 entende que mesmo assim não havia uma autonomia editorial completa no governo Dilma:

Não dá pra dizer que tinha autonomia completa, isso nunca existiu de fato, mas eu posso afirmar que era muito maior do que a que a gente tá tendo ultimamente nos últimos anos, desde 2016. Tinha muito **mais liberdade** pra tratar de temas mais espinhosos até pro governo, questões de denúncias de direitos humanos, de abuso de poder, enfim, coisas que a gente falava que hoje em dia [gestão Bolsonaro] não fala mais (E04, grifo nosso).

E04 ainda explica que outro exemplo de cobertura de temas incômodos ao governo federal se deu nas jornadas de junho em 2013 e foi amplamente abarcada por todos os veículos da EBC: “(...) Eu cheirei muito gás lacrimogêneo e, sim, a gente colocava no ar, colocava matéria, colocava fotos dos protestos, tinha inclusive ‘fora Dilma’ e tudo isso era colocado nas matérias e iam pro ar sim” (E04). Já sobre a cobertura das manifestações contra e a favor do impeachment, o jornalista E03 explica que houve uma tentativa de dar “o máximo de equilíbrio nas posições pra que o texto ficasse plural e que as pessoas pudessem ler todas as posições que tão disputando espaço” (E03).

Já o jornalista E05 entende que a relação entre o jornalismo da TV Brasil e a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República nunca foi de autonomia. De acordo com E05, se os conteúdos jornalísticos entrassem em confronto com “o que o governo federal entende como algo importante para o país, uma política pública, nesse nível, isso incomodaria a direção, o governo federal e aí consequentemente essas pessoas perderiam mesmo a sua autonomia de decidir sobre o conteúdo do jornal”. Além disso, E05 reconhece que não só o noticiário da TV Brasil, como também os outros veículos da EBC falharam na cobertura do impeachment de Dilma, por não terem sido propriamente ousados, fugindo do enquadramento que estava sendo dado pela mídia comercial, no sentido de se aproximar das pautas dos movimentos sociais e da sociedade civil em suas transmissões:

A EBC não teve a sofisticação e o conhecimento necessário para lidar com a crise [impeachment de Dilma] como ela deveria ter tido, porque ela não teve esse histórico de atuação com mais sofisticação com relação a comunicação pública, sempre **agindo muito de uma maneira quase neutra diante de fatos** onde a EBC deveria ter

colocado os assuntos ou as faltas de maneira mais firme, mais decidida, que trouxesse o acúmulo de demanda que estava sendo solicitado pela sociedade civil (E05, grifo nosso).

Já E04, relata que algumas discussões realizadas pelo Conselho Curador alertaram sobre a necessidade de equilíbrio na cobertura jornalística das manifestações em relação ao impeachment da ex-presidenta, chegando inclusive a conversar “com diretores de jornalismo para tentar equilibrar” (E04). Para o jornalista, outra contribuição do conselho em relação ao jornalismo da empresa pública foi a orientação para a realização de matérias a respeito da greve dos trabalhadores⁵¹ da EBC em defesa da comunicação pública, autonomia editorial e a valorização dos profissionais, ocorrida em dezembro de 2015: “A gente que costuma cobrir todas as greves de todas as entidades públicas que afetam a vida do cidadão, não cobrir a própria greve, já que somos uma empresa pública. (...) Isso foi falado e depois fizeram matérias a respeito” (E04).

Segundo o jornalista E02, “o Conselho Curador tinha sua importância e qualquer coisa mais séria, como censura editorial, podia ser levada para eles, e eles cobravam a direção da empresa que teria que tomar alguma atitude”. Já E05 ressalta que o governo Dilma, ao não priorizar os investimentos orçamentários para a EBC e ao retardar a nomeação da composição do último Conselho Curador, que deveria ter ocorrido em abril de 2014, deixando para junho de 2015, adotou “uma postura junto à Secretaria de Comunicação Social que foi se distanciando da importância que o órgão tinha com a EBC, que nesse momento a própria empresa também foi perdendo um certo interesse junto ao governo federal” (E05). Além disso:

O próprio presidente Nelson Breve nunca foi recebido pela presidenta Dilma, enquanto que a presidenta Teresa Cruvinel era recebida pelo presidente Lula. Então esse desinteresse do governo federal com relação ao que significa EBC ele pode ser percebido também numa tentativa de não dar importância devida a EBC e que isso com o

⁵¹ Em 2015, a greve terminou depois de 10 dias, após a aprovação do reajuste de 7% e retroativo aos salários de novembro, 10,39% no auxílio-alimentação, obrigação de ocupação de 70% dos cargos de confiança da EBC por empregados concursados até julho de 2016, entre outros. Já em 2013, enquanto os salários de servidores de carreira e comissionados ultrapassavam os R\$ 30 mil, a greve dos funcionários da EBC terminou após 15 dias depois da aprovação do reajuste salarial de 6,36% do piso salarial de R\$ 3.208,00 para R\$ 3.412,02 (nível superior), assim como o asseguramento de outros direitos. Já em novembro de 2016, os jornalistas se posicionaram em defesa da autonomia editorial da EBC e contra a MP 744/2016 do governo Temer. Em novembro de 2017, a greve foi contra o congelamento dos salários e episódio de racismo pelo então diretor-presidente Laerte Rímoli, que ironizou uma declaração da atriz Taís Araújo em um evento: “a cor de seu filho é a cor que faz com que as pessoas mudem de calçada, escondam suas bolsas e que blindem seus carros”.

passar do tempo foi começando a ser percebido também uma possível instrumentalização, porque se a EBC não importa tanto enquanto empresa pública de comunicação, a gente tem que fazer com que essa empresa sirva pra alguma coisa (E05).

Segundo o jornalista E05, diferentemente do governo Lula, cujos ministros que formavam o Conselho Curador participavam praticamente de todas as reuniões do colegiado, no governo Dilma era notável a ausência dos ministros com menos de 50% de participação. E05 também relembra que no ano de 2014 foi realizado um programa jornalístico de debate eleitoral na TV Brasil e a ex-presidenta Dilma havia se recusado a participar: “Convidamos os candidatos à presidência da república em 2014 e a presidenta do país, da qual faz parte diretamente o controle majoritário da empresa, se negou a participar do programa. Então isso na nossa opinião mostra o claro desinteresse da presidenta com relação ao que significa comunicação pública” (E05).

Apesar disso, E05 considera que a existência dos embates travados entre o Conselho Curador e a direção da empresa não exime a importância de sua existência para os veículos de comunicação pública:

É claro que existe uma disputa de poder aí e ela tem que ser trabalhada de uma maneira honesta, transparente, ética, dentro dos preceitos que a lei garante de participação do órgão de participação da sociedade e da direção da EBC. Existe aí sempre uma linha tensa de participação de atuação desses órgãos, mas eles existiam (E05).

6.2 GOVERNO TEMER E MANIFESTAÇÕES DA REFORMA TRABALHISTA

Após o processo de impeachment que destituiu Dilma Rousseff da Presidência da República, o empossamento do vice-presidente Michel Temer (PMDB) não foi capaz de findar os conflitos político-econômicos emergentes no país. Com características de uma agenda neoliberal, o governo Temer impôs uma série de medidas para privatizar empresas públicas, limitar os gastos públicos por 20 anos, terceirizar empregos, assim como alterar as leis do campo previdenciário e trabalhista, sob a promessa de impulsionar o crescimento econômico do país e gerar novos empregos.

Nesse cenário de profundas alterações, a reprovação popular ao governo Temer chegou a ser uma das maiores da história brasileira⁵² e, em resposta a tais medidas, diversos protestos foram articulados por diferentes organizações da sociedade civil, sobretudo, contra a aprovação da Reforma Trabalhista, que consistiu no mais profundo conjunto de alterações da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) no país. Em cerca de seis meses foi votada e aprovada com limitadas iniciativas de debate entre entidades de representação sindical e da sociedade civil, culminando na priorização dos acordos entre patrão e empregado independente do que a legislação orienta, isto é, a prevalência do negociado sobre o legislado.

Isso significa dizer que houve uma “profunda perda do poder de barganha dos trabalhadores, visto que há vários elementos na reforma que ampliam a discricionariedade do empregador sobre os contratos individuais e coletivos” (CARVALHO, 2017, p. 93). Entre os principais prejuízos para o trabalhador é possível elencar a “vedação da caracterização do trabalhador autônomo como empregado mesmo em caso de exclusividade e continuidade, possibilidade de terceirização irrestrita, (...) possibilidade de demissão coletiva sem autorização do sindicato” (CARVALHO, 2017, p. 93).

Diversas entidades nacionais (OAB, Ministério Público do Trabalho, Centrais Sindicais e outros) e internacional, tal como a Organização Internacional do Trabalho⁵³, chegaram a apontar os riscos da reforma para precarização do trabalho e esfacelamento dos direitos conquistados nos últimos anos para o campo do trabalho. Em meio a esse bojo de retirada de direitos, centenas de categorias, em sua maioria sindicais e estudantis mobilizaram duas grandes greves gerais no ano de 2017, assim como uma série de protestos motivados pela insatisfação com as medidas do governo federal. O dia 28 de abril de 2017 chegou a ser considerado como o da maior greve geral ocorrida no país⁵⁴, depois de 100 anos da primeira que havia ocorrido ainda em 1917. Assim, as

⁵² Aprovação de Michel Temer cai para 5% e chega ao pior índice da história. Disponível em < <http://g1.globo.com/jornal-hoje/noticia/2017/07/aprovacao-de-michel-temer-cai-para-5-e-chega-ao-pior-indice-da-historia.html>>. Acesso em 13 de mai. 2020.

⁵³ Reforma trabalhista põe Brasil na "lista suja" da OIT. Disponível em < <https://www.brasildefato.com.br/2019/06/11/reforma-trabalhista-poe-brasil-na-lista-suja-da-oit>>. Acesso em 10 de outubro de 2020.

⁵⁴ Disponível em < <https://www.brasildefato.com.br/2017/04/29/40-milhoes-param-no-pais-ato-em-sp-reune-70-mil-e-termina-com-repressao-da-pm>>. Acesso em 22 de mai. 2020.

pautas de reivindicações se inter cruzaram nas manifestações contra a reforma trabalhista:

Tabela 11 – Manifestações Reforma Trabalhista - Governo Temer

PERÍODO	MANIFESTAÇÕES REFORMA TRABALHISTA
15 de março de 2017	Manifestantes de diversas categorias em todo o país realizaram o Dia Nacional de Paralisação Geral contra as reformas Trabalhista e da Previdência.
31 de março de 2017	Protestos aconteceram em todo país contra as reformas. Nesse mesmo dia Temer sancionou a lei de terceirização do trabalho.
28 de abril de 2017	Greve geral foi realizada após aprovação do projeto de alteração das leis trabalhistas (296 votos favoráveis e 177 contrários) na Câmara. Centenas de categorias cruzaram os braços e foram às ruas.
01 de maio de 2017	O Dia do Trabalhador foi marcado por protestos em diversas cidades do país contra as reformas e a lei da terceirização.
30 de junho de 2017	Segunda greve geral convocada por centrais sindicais ocorreu em diversas capitais do país contra as reformas do governo Temer.
01 de julho de 2017	Mobilizações contra as reformas ocorreram por todo país como uma continuidade da segunda greve geral.
10 e 11 de julho de 2017	Ocorreram protestos em diversas cidades do país pedindo a revogação de alguns pontos do texto da reforma trabalhista. No fim, a aprovação (11/07) no Senado foi de 50 votos a 26 sem alteração.
10 de novembro de 2017	Um dia antes da reforma trabalhista entrar em vigor, protestos contra a medida ocorreram em diversas cidades do país.

Fonte: elaboração da autora

É importante observar que de acordo com o estudo de Júnior et. al. (2019, p. 504), o tratamento noticioso das greves gerais ocorridas no ano de 2017 pela mídia brasileira comercial priorizou cinco tipos de enquadramento das reivindicações: “(1) violência e vandalismo, (2) ação egoísta e desorganizada, (3) transtorno ao espaço público, (4) fonte de prejuízo à economia e (5) ausência de legitimidade popular”. É nesse cenário conflitual entre a representação midiática e as reivindicações e demandas do cidadão que nos propomos a analisar a cobertura do noticiário televisivo público na abordagem das manifestações contrárias a reforma trabalhista, assim como as percepções dos jornalistas da principal empresa pública de comunicação do país no que se refere a autonomia jornalística da TV pública durante o governo Temer.

6.2.1 Diversidade de vozes e equilíbrio

Para compreendermos como se deu a distribuição de vozes no espaço discursivo do Repórter Brasil durante a votação e aprovação da Reforma Trabalhista que ocorreu em julho de 2017, sancionada em novembro do mesmo ano, reunimos um *corpus* empírico através do site da TV Brasil que resultou em catorze produções: reportagens sem entrevistados (6); reportagem com entrevistados (2); nota coberta (5) e entrada de repórter ao vivo acompanhada de reportagem sem entrevistado (1). Na tabela abaixo levantamos algumas informações sobre as produções com entrevistados, na intenção de olharmos para a escolha de fontes de informação utilizadas nas reportagens:

Tabela 12 - Reportagens com entrevistados – Manifestações governo Temer

MATÉRIA/ TEMPO	DATA/ EDIÇÃO	REATRANCA	TIPO DE VERSÃO	FONTES
M27 (03'10'')	28/04/2017 2ª edição	A greve geral paralisou o transporte público bloqueou estradas e afetou serviços	Versão única com mais de uma fonte	- Mulher que pegou Uber e táxi pra chegar no trabalho; - Passageiros afetados pelos protestos.
M30 (03'21'')	30/06/2017 1ª edição	Em SP trabalhadores do setor de transporte não aderem à greve	Diversidade reprimida	- Proprietário de lanchonete; - Líder estudantil; - Motorista afetado pelos protestos; - Homem que perdeu o voo.

Fonte: Elaboração da autora

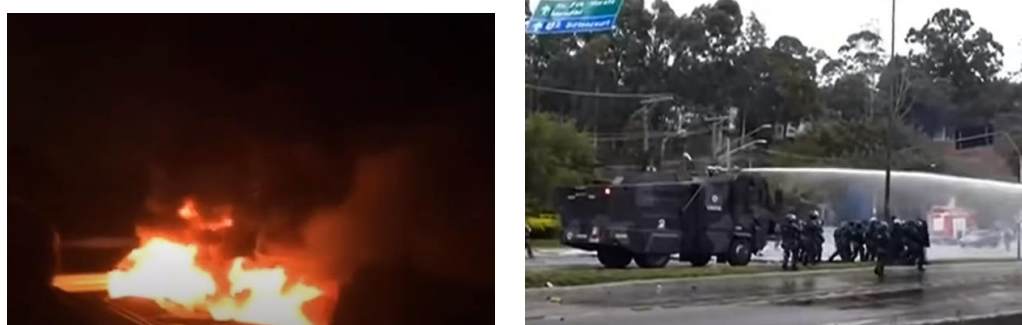
As duas produções com entrevistados trazem o repúdio dos trabalhadores contra os protestos. Apesar da M27 apresentar diferentes fontes, inclusive em sua maioria trabalhadores, os trechos trazidos nas sonoras esvaziam a discussão sobre a causa das manifestações e corroboram para a construção de uma única versão que valoriza (1) as dificuldades dos passageiros que reivindicavam a liberação do trânsito: “Eu quero passar agora aí” (M27), e (2) como o trabalhador teve que se virar pra chegar no emprego, já que ficou sem transporte por causa das paralisações: “A empresa falou que arcava com as despesas, então tive que me virar no Uber, no táxi, mas deu certo” (M27).

Além disso, apresenta também uma diversidade reprimida, porque prioriza a abordagem sobre (3) a atitude do proprietário de uma lanchonete que buscou se precaver dos impactos dos protestos para o seu negócio: “eu já deixo avisado pros meninos que se faltar pode vir de Uber, pode vir de táxi que eu pago todos os custos” (M30); (4) a opinião de um trabalhador autônomo que ficou preso no trânsito: “eu

trabalho por conta, o problema é ver o povo brigando, sofrendo e não ter resultado” (M30) e (5) os prejuízos de perder o voo após duas horas de espera no trânsito: “Acho que eles deveriam colocar um local que não prejudicassem tanto a gente” (M30).

Nesse sentido, a única fonte de informação trazida para representar a causa dos manifestantes é uma líder estudantil e, ainda assim, o trecho de sua sonora é reprimida, uma vez que não traz a explicação das causas que envolvem os protestos contra a reforma trabalhista: “a gente quer dar uma grande visibilidade, mas também paralisar as fábricas a universidade, pra mostrar a nossa insatisfação com os governos” (M30). Outra característica das produções do noticiário televisivo público é a valorização das imagens de confronto entre a polícia e os manifestantes para reforçar os conflitos causados pelos protestos e a necessidade da atuação policial para dispersar os manifestantes.

Figura 9 – Cenas de reportagens sobre as manifestações contra a reforma trabalhista



Fonte: TV Brasil

Sendo assim, as produções demonstram o esvaziamento da discussão que poderia ser ampliada e aprofundada para melhor compreensão do público. A cobertura também corrobora para a construção de uma única versão das manifestações, caracterizadas pela violência e interrupções no trânsito e cotidiano dos próprios trabalhadores.

Por sua vez, nas notas cobertas, que são os textos narrados ao vivo pelos apresentadores do noticiário e acompanhados de imagens, também são apresentados os conflitos ocorridos nos protestos: “A passeata que se manteve a maior parte do tempo pacífica acabou em confronto quando um grupo isolado de manifestantes encapuzados disparou rojões contra guardas municipais” (M22); “Houve confronto com a polícia na região da Cinelândia. Onde acontecia um ato pacífico, o clima esquentou” (M26); “Pelo menos nove ônibus foram queimados” (M26). Ainda nos chama a atenção algumas

notas cobertas que apresentam a insatisfação dos manifestantes com as medidas do governo Temer, ainda que não aprofunde as causas da Reforma Trabalhista: “Em Brasília manifestantes foram para a Esplanada dos Ministérios com faixas contra alguns pontos da reforma. Entre eles: a rescisão de contratos em comum acordo e a possibilidade de as gestantes trabalharem em locais insalubres” (M35); “Segundo os sindicatos, retira direitos e cria condições precárias de trabalho” (M34); “Fecharam o trecho da avenida em frente a Federação das Indústrias de São Paulo e colocaram fogo num boneco do Presidente Michel Temer” (M32); “Para os manifestantes, a reforma precariza as relações de trabalho” (M35).

Já as reportagens sem entrevistados também fazem menção a insatisfação dos integrantes dos movimentos estudantis, Central Única dos Trabalhadores (CUT), Movimento Sem Teto, Frente Povo Sem Medo e metalúrgicos, por exemplo. Ainda assim, são reforçados os confrontos policiais e a depredação de espaços públicos: “Integrantes do MTST quebraram vidraças e ocuparam o ministério da fazenda” (M23).

Figura 10 – Cenas de reportagens sobre as manifestações contra a reforma trabalhista



Fonte: TV Brasil

6.2.2 Percepções de autonomia jornalística no governo Temer

Para os jornalistas, a intensificação dos constrangimentos editoriais no jornalismo da EBC se deu após dois dias da chegada de Michel Temer à Presidência da República, e incidiu diretamente na produção noticiosa de temas incômodos ao governo federal. As discussões trazidas pelos entrevistados apontam como marco de desestruturação do jornalismo da empresa a alteração da legislação e do estatuto da EBC, que resultou na a) demissão do Conselho Curador e b) na autorização da livre

nomeação pela Presidência da República para ocupação dos cargos da direção da empresa, sem a garantia do mandato fixo.

Segundo E03, apesar do Conselho Curador ter apresentado uma atuação de luta pela autonomia editorial nos conteúdos jornalísticos, com base nos princípios da comunicação pública, o governo Temer veio tomar “várias atitudes de ingerência na EBC e muitas dessas atitudes tinham como pressuposto o enxugamento econômico da empresa”. De acordo com o jornalista E05, a ausência do colegiado impossibilitou o caminho possível em razão de denúncias dos profissionais em relação à censura e aos desvios editoriais no jornalismo da TV Brasil, assim como a punição da direção por tais constrangimentos:

O conselho curador podia dar dois votos de desconfiança pro diretor-presidente e acarretava na demissão. Então o órgão de participação da sociedade, com maior parte de conselheiros representantes da sociedade, quinze de vinte e dois, tinha o poder de destituir o diretor da empresa se ele cometesse improbidades (E05).

Para substituir o Conselho Curador, E05 relata que foi prevista a criação do Comitê Editorial de Programação para fiscalizar o conteúdo da empresa e que teria “assento fixo de diversas entidades da sociedade civil, cadeiras para profissionais do cinema, profissionais das universidades, pessoas ligadas a comunicação, pessoas ligadas à religião”. No entanto, esse comitê não chegou a ser implantado até a data de fechamento desse trabalho:

Seria sim uma vantagem a implementação dele. É uma luta que a gente vem desempenhando, porque mesmo com esse conselho sem ter uma razão de ser muito clara, seria obviamente um espaço de articulação política para que as demandas que estão sendo colocadas hoje pelos trabalhadores publicamente ou dentro da academia, pudessem pelo menos ter mais um órgão onde isso pudesse ser feito (E05).

Nesse sentido, o jornalista E02 observa que, apesar do ambiente da redação jornalística já ter sido envolto por conflitos editoriais no governo Dilma, a situação imposta pela chegada do governo Temer retirou as esperanças dos jornalistas de conquistar a autonomia editorial no jornalismo da TV Brasil:

Não existia uma independência editorial [governo Dilma], mas **a gente achava que tinha força para isso, que chegaria no momento.** Mas o impeachment, principalmente antes, a gente já tinha um pouco de desilusão, mas o cenário nacional atropelou qualquer esperança que a gente tivesse, que a gente fosse alcançar independência editorial (E02).

Assim, os reflexos das mudanças impostas pelo governo Temer foram sentidos diretamente no processo de construção das notícias da televisão pública. E02 relata que o espaço destinado às reuniões de pauta e discussão sobre o encaminhamento dos assuntos deixou de existir:

Com a mudança principalmente do governo Temer, pouco tempo depois a gente parou de ter esse espaço de reunião. Então as decisões vinham dos chefes e às vezes a gente nem sabia de onde vinha, se era dos chefes de São Paulo mesmo, se vinha de cima, de Brasília. Mas elas já vinham mais prontas. Já o ambiente de discussão, de debate, de encaminhamento já foi interditado ali [governo Temer] (E02).

Já o jornalista E03 relata que o direcionamento das pautas que tivessem alguma relação com a imagem do governo federal costumava já vir com o encaminhamento direcionado, inclusive, com a indicação de fontes de informação já determinadas:

Aconteceram algumas vezes de eu fazer uma pauta pra cobrir, por exemplo, um ato de governo que tava sendo feito pra valorização desses centros de tratamento de pessoas dependentes químicas. Como é que eu vou chegar num centro que já se preparou para nos receber, que foi inclusive indicado pelo próprio governo pra nos receber e mostrar aquilo como se fosse regra? Isso não é jornalismo, eu não estou fazendo a apuração certa e digna. O ideal seria se a gente pudesse ir num local que não fosse indicado pelo governo pra chegar lá e mostrar como que funciona de fato um centro desses. **Quando os assuntos são de interesse do governo, as fontes costumam ser indicadas** (E03, grifo nosso).

O jornalista E02 ainda observa que a orientação editorial para a cobertura de manifestações contrárias ao governo Temer era para que as matérias priorizassem os “quebra paus”, “confusões” e “bombas”. Pouco depois, o envio de equipes para os locais dos protestos passou a ser impedido:

Não mandava mais equipe, ou a gente pegava de algumas mídias que fazem transmissão ou pegava imagens de algumas emissoras, ou quando mandava equipe, isso é um *modus operandi* que talvez até hoje se mantém, manda só a câmera e o auxiliar, não manda repórter (E02).

Sendo assim, a ausência da abordagem e aprofundamento sobre as manifestações populares ocorridas no ano de 2017 contra a Reforma Trabalhista é observada por E02 como uma maneira de invisibilizar a compreensão do cidadão sobre a problemática, além de criminalizar as manifestações:

Teve um momento naquela greve geral de 2017, que inclusive na EBC a gente teve uma adesão, mas **teve matéria que foi pro ar que era só falando de como impactou no trânsito**. Então a abordagem era quase criminalizante. **Não se falava porque estava acontecendo aquela greve**. Se a gente ver do ponto de vista do direito público... a informação de quem tá pagando imposto, muitas vezes o contribuinte foi em geral lesado, porque o foco foi em cima de como isso prejudicou a vida de quem queria trabalhar, sem explorar o motivo por que as pessoas estavam parando (E02).

Dessa forma, o jornalista E02 afirma que o telejornal Repórter Brasil passou a ouvir mais representantes do setor comercial em suas produções, e menos da sociedade civil:

Em São Paulo a gente passou a cobrir muito índices econômicos e mercado financeiro. Se a gente fazia antes muitas matérias de sociedade [governo Dilma], de comportamento, esse eixo foi se deslocando para assuntos mais econômicos. Então são temas que mesmo dentro desse assunto, **as nossas fontes passaram a ser muito mais ligadas ao mercado financeiro ou economistas de setores específicos**, como economista da indústria, economista do setor de comércio (E02, grifo nosso).

A falta de espaços para dialogar sobre as decisões editoriais tomadas nas matérias também é observada por E03: “Na época pré-impeachment a gente conseguia fazer essa contestação de uma forma mais democrática, a gente conseguia dialogar com muita coisa. Mas do impeachment pra cá já tem sido mais difícil” (E03). Já o jornalista E04 relata: “perdi as contas da quantidade de coisas que foram derrubadas”. Tal situação é explicada por E02 como o exercício de uma censura clássica:

São algumas questões mesmo de direcionamento editorial e a censura clássica de **tirar coisa que a gente fez**. Então às vezes, algumas matérias que saem da redação ou da chefia com uma proposta de abordagem, a gente ouvia a fonte, e a fonte falava outra questão que não interessava, simplesmente era cortada ou era usado um trecho mais ameno pra esconder a crítica que às vezes se fazia ao governo, ou simplesmente não iria pro ar (E02, grifo nosso).

O jornalista E02 ainda explica que as justificativas dadas pelas chefias de jornalismo, sobre a necessidade de retirar das matérias os posicionamentos contrários ao governo Temer, costumavam oscilar:

Já aconteceu alguns momentos que o próprio chefe veio me falar abertamente que **é uma questão delicada** e tal. Mas outras vezes o chefe coloca algum problema em alguma entrevista e inventa qualquer desculpa para não usar. “Ah, esse entrevistado fala mal”, ou “Não dá pra entender direito o que ela falou, então é melhor tirar”, ou “É por questão de tempo, tá longo e a gente vai tirar essa parte”, e aí por

coincidência, é a parte mais sensível, mais crítica. Então isso eu já vivenciei e alguns colegas meus também, e nos últimos anos isso foi mais constante ainda [governo Bolsonaro] (E02, grifo nosso).

6.3 GOVERNO BOLSONARO E MANIFESTAÇÕES CONTRA OS CORTES NA EDUCAÇÃO

A eleição do presidente Jair Bolsonaro (Sem Partido) ocorre em meio a apropriação dos discursos massificados pela imprensa comercial contra os partidos da esquerda, “a fragilidade de seus governos e, finalmente, a corrupção dita ‘natural’. Quando Bolsonaro se candidata, ele surfa nesse processo e seu discurso é facilmente assimilado e fortalecido pelo cenário e pelas redes digitais com as *fakes news*” (WEBER, 2020, p. 220). Além disso, o discurso de Bolsonaro, “ao longo de 30 anos de vida pública, foi pautado por uma agenda conservadora, contra o comunismo e os direitos humanos, em defesa dos privilégios de militares e da classe dominante” (SILVA et.al, 2020, p. 226).

Além disso, os seus constantes conflitos com o jornalismo fizeram o Brasil retroceder em duas posições na Classificação Mundial da Liberdade de Imprensa 2020. De acordo com a Repórteres Sem Fronteiras, ONG responsável pelo estudo, a queda no ranking está relacionada não só com presidente Bolsonaro, como também “seus parentes e vários membros do governo que insultam e difamam alguns dos mais importantes jornalistas e meios de comunicação do país, promovendo um clima de ódio e desconfiança do jornalismo no Brasil” (RSF, 2020).

Desta maneira, o governo Bolsonaro deu continuidade à desvalorização do setor público que havia sido intensificada pela agenda neoliberal do governo Temer, trazendo fortes turbulências também para o campo da comunicação pública do país (WEBER, 2020). Assim que foi eleito Presidente da República em outubro de 2018, Bolsonaro demonstrou sua intenção⁵⁵ de fechar ou privatizar a Empresa Brasil de Comunicação (EBC), denominada por ele como “TV do Lula” ou emissora “com traço de audiência”, cujos gastos precisariam ser cortados. Tal intenção se confirmou oficialmente no mês de

⁵⁵ Disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=e8GFQLBCoOE&feature=youtu.be>>. Acesso em 07 de abr. de 2020.

novembro de 2019, quando a empresa foi inserida no programa de possíveis concessões e privatizações do Governo Federal, o Programa de Parcerias de Investimentos (PPI)⁵⁶.

Em pouco mais de quatro meses na Presidência, sua agenda de enxugamento econômico também chegou a afetar o campo da educação, com o anúncio do corte de 30% no orçamento das universidades e institutos federais do Brasil. Sob a justificativa da necessidade de contingenciar os gastos das instituições de ensino superior, ainda em maio de 2019, o Ministério da Educação (MEC) chegou a bloquear R\$ 1,7 bilhões da verba destinada ao pagamento das despesas de serviços essenciais como água, luz, telefone, limpeza, segurança e manutenção, material de trabalho e investimentos em obras. Tais medidas resultaram no primeiro grande ato popular contra as medidas do governo Bolsonaro com manifestações por todo o país.

No mês anterior aos cortes, o então ministro da educação Abraham Weintraub havia afirmado que iria reduzir as verbas das universidades que estivessem fazendo “balbúrdia”. Antes da medida chegar a atingir todas as instituições federais do país, três universidades haviam sido enquadradas nesse critério do governo, apesar de se destacarem em avaliações internacionais sobre suas produções acadêmicas. As manifestações se intensificaram ao longo de todo ano, tendo protestos registrados até o mês de outubro de 2019, incluindo como pauta os impactos das medidas federais na suspensão da concessão de novas bolsas de mestrado e doutorado pela Coordenação de Pessoal de Nível Superior (Capes) e outras medidas para o campo previdenciário:

Tabela 13 - Manifestações Corte educação – Governo Bolsonaro

PERÍODO	MANIFESTAÇÕES CORTES NA EDUCAÇÃO
15 de maio de 2019	Ocorreram manifestações em todo país contra os cortes anunciados pelo Ministério da Educação (MEC) de 30% no orçamento das universidades e institutos federais do Brasil.
30 de maio de 2019	A segunda série de protestos contra a redução de verbas para a educação inseriu a pauta da Reforma da Previdência e ocorreram em centenas de municípios em todos os Estados da federação.
14 de junho de 2019	Centrais sindicais e movimentos estudantis realizam greve geral contra os cortes na educação.
13 de agosto de 2019	Estudantes, professores e entidades sindicais de diversas cidades do país foram às ruas contra os cortes na educação e

⁵⁶ Governo inclui leilão do 5G e EBC no pacote de concessões e privatizações. Disponível em: < <https://www.poder360.com.br/governo/governo-inclui-leilao-do-5g-e-ebc-no-pacote-de-concessoes-privatizacoes/>>. Acesso em 08 de set. de 2020.

	em oposição ao programa federal Future-se, que visa privatizar parte do ensino nas universidades públicas.
07 de setembro de 2019	São Paulo, Recife, Salvador e Belo Horizonte foram as principais cidades a aderir às manifestações organizadas pela União Nacional dos Estudantes (UNE) e a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes) contra os cortes na educação.
03 de outubro de 2019	Estudantes e trabalhadores de diversas capitais e cidades do país saíram nas ruas contra os cortes na educação do governo Bolsonaro e as ameaças de privatização de empresas públicas.

Fonte: elaboração da autora

Nesse sentido é importante perceber a centralidade do jornalismo e sua contribuição para os processos de produção de sentidos sobre as reivindicações a favor da educação, assim como qual espaço foi conferido aos manifestantes no espaço discursivo do telejornal Repórter Brasil. No que concerne à cobertura realizada pelos principais telejornais da mídia comercial brasileira, o estudo de Winch e Laud (2019) mostrou que foi conferido um sentido

predominantemente positivo às manifestações, realçando os aspectos ligados à democracia e à coletividade. Em menor grau, o sentido negativo ainda obteve espaço na construção discursiva dos noticiários, sobretudo nas vezes em que os protestos foram tratados como eventos que geram tumulto e confusão social (WINCH; LAUD, 2019, p. 83).

Nos cabe então lançarmos o olhar sobre a cobertura do noticiário da televisão pública brasileira, no que diz respeito à distribuição de vozes presentes nas produções.

6.3.1 Diversidade de vozes e equilíbrio

Apesar da expressividade de protestos que ocorreram em todo o país contra os cortes na educação ao longo do ano de 2019, os resultados da nossa busca no site da TV Brasil corresponderam a um *corpus* de apenas três matérias referentes propriamente à problemática, ambas são reportagens sem entrevistados:

Tabela 14 – Reportagens – Manifestações Governo Bolsonaro

MATÉRIA/ TEMPO	DATA/ EDIÇÃO	REATRANCA	TIPO DE VERSÃO	FONTES
M36 (2'14'')	150519 2ª edição	Estudantes e professores vão às ruas para defender a Educação	Versão única e enquadramento episódico	Sem entrevistados
M37 (2'04'')	140619 2ª edição	Transporte público funciona	Versão única e enquadramento	Sem entrevistados

		parcialmente em dia de paralisação	episódico	
M38 (2'00'')	130819 2ª edição	Cidades de todo país têm atos em defesa da educação e contra reformas	Versão única e enquadramento episódico	Sem entrevistados

Fonte: produção própria

Uma característica central da cobertura do Repórter Brasil sobre as manifestações em defesa da educação é o silenciamento da voz dos manifestantes, que em sua maioria, eram estudantes, professores e centrais sindicais. Nesse sentido, é reforçada a construção de enquadramentos episódicos e versões únicas pelo noticiário público. A primeira aqui é manifestada pela mera descrição dos acontecimentos através do uso da “lapada nacional”, que consiste na narração do texto pelo repórter, sendo acompanhado da exposição de imagens referentes às manifestações ocorridas nas principais capitais do país: “Estudantes usaram faixas e cartazes pra dizer que são contra o contingenciamento de 3,4% do orçamento das universidades” (M36); “Em Boa Vista, estudantes foram às ruas protestar contra o bloqueio de verbas pra universidades e institutos federais. Já em Cascavel, no Paraná, estudantes se reuniram no centro da cidade pra pedir mais investimentos nas universidades” (M36).

Figura 11 - Cenas de reportagens sobre manifestações contra os cortes na educação



Fonte: TV Brasil

Apesar dos motivos das reivindicações dos estudantes terem sido mencionados em alguns trechos da M36 (“são contra o contingenciamento”; “contra o bloqueio de verbas”; “pedir mais investimentos nas universidades”) tais demandas não são aprofundadas, nem são trazidas as sonoras dos manifestantes ao longo da matéria. Já as versões únicas corroboram a priorização da abordagem sobre os prejuízos trazidos à mobilidade urbana, assim como a ocorrência de tumultos: “Há pouco no Rio de Janeiro houve um princípio de confusão quando os manifestantes se dispersavam, um ônibus foi

incendiado” (M36); “Na avenida 23 de maio, manifestantes atearam fogo em pneus” (M37); “Na Marginal Pinheiros, um ônibus foi incendiado” (M37); “Catorze pessoas foram presas em todo estado por depredação ao patrimônio público” (M37); “Estudantes queimaram pneus e bloquearam as pistas” (M37); “Os manifestantes carregavam faixas pedindo recursos para a educação” (M38); No Rio de Janeiro a manifestação ocupou as principais vias no centro da cidade no fim da tarde, o que causou muito congestionamento” (M38).

Ainda na edição do dia 14 de junho de 2019, os apresentadores abrem o telejornal Repórter Brasil dizendo que “várias cidades tiveram protestos, ficaram sem aulas e com paralisação do transporte público” (M37). Logo depois, mais uma vez o off do repórter vem descrever os atrasos ocorridos para a chegada de ônibus, trens e metrô nas principais cidades do país. Também relata que as escolas ficaram sem aulas e que algumas agências bancárias não funcionaram, assim como alguns centros médicos importantes. Assim, o espaço discursivo destinado à cobertura das manifestações a favor da educação marginaliza os protestos ao não aprofundar a discussão sobre as reivindicações dos manifestantes para o campo da educação, ao priorizar o enquadramento da cobertura a partir de ocorrências de tumultos e confusões.

6.3.2 Percepções de autonomia jornalística no governo Bolsonaro

Segundo os jornalistas da empresa, a fusão da televisão pública (TV Brasil) com o canal da televisão estatal (TV Nacional do Brasil – NBR), que foi autorizada durante o governo Bolsonaro, eliminou a problematização das medidas do governo federal dentro do telejornal Repórter Brasil:

No fim do governo Temer, já existia a dificuldade de trazer abordagens que fossem mais críticas ao governo. Quando funde a TV Brasil com a NBR, que eram diretorias diferentes, equipes diferentes, que tinham contato entre si, mas se organizavam em espaços diferentes, (...) **tudo se mistura e todas as equipes podem fazer assuntos de Estado.** (...) Quando vai fazer uma pauta de governo ou política de Estado, por exemplo, a gente não tem contraditório, isso ficou muito claro (E02, grifo nosso).

Para E04, a fusão com o canal da estatal, que era responsável por produzir conteúdo sobre as ações do governo federal, incidiu diretamente nas práticas noticiosas do telejornal: “Acabou o jornalismo público, não só o jornalismo como toda a

programação. **Não existe mais essa separação constitucional** inclusive que deveria existir entre a comunicação pública e a estatal, e aumentou muito o jornalismo oficial” (E04, grifo nosso). O jornalista E01 explica que antes da unificação entre a NBR (estatal) e a TV Brasil (pública), havia uma equipe do telejornal Repórter Brasil, responsável por cobrir os atos do governo. Com a fusão, isso mudou:

Antes era uma equipe nossa, fazendo a cobertura do executivo e outra equipe deles também fazendo a cobertura do executivo, mas eles com o formato deles e nós mais no nosso formato. Com a unificação, **essa cobertura do executivo passou a ser feita só pela equipe da antiga NBR** (E01, grifo nosso).

Além disso, segundo o jornalista E03, a abordagem de assuntos incômodos ao governo Bolsonaro passou a ser inviabilizada no noticiário televisivo público:

Desde que o Bolsonaro assumiu a presidência nós **não cobrimos nenhum protesto que seja crítico ao governo**. Isso eu sou enfático em afirmar: nós não cobrimos nada de protesto, manifestações sociais que sejam críticos a medidas de governo. Isso é tabu, a gente não pode cobrir (E03, grifo nosso).

Nesse sentido, o jornalista E04 afirma que “**a autonomia editorial não existe**, nem relativa. Ela não existe. Simplesmente o jornalismo está voltado para os atos oficiais” (grifo nosso), observação que também é realizada pelo jornalista E05:

Fica muito fácil de notar que **inexiste qualquer contraditório dentro das notícias divulgadas pelo Repórter Brasil**, que contrariam as informações repassadas diretamente pelo governo federal. E não só dentro do governo federal, a exposição de contradições que existem dentro do próprio governo federal também não é vista no telejornal da TV Brasil (E05, grifo nosso).

A confusão sobre o dever público inerente ao Repórter Brasil é explicada por E03. Para o jornalista, o telejornal da televisão pública passou a desempenhar o papel de assessoria de imprensa do governo Bolsonaro:

Todas as matérias que são produzidas pela ala que cobre o governo federal são publicadas instantaneamente no mesmo dia. Não vai pra gaveta. Então **a prioridade que está sendo dada dentro do Repórter Brasil é para as matérias que são produzidas dentro do governo**, por orientação do governo, a pedido do governo e são apresentadas no Repórter Brasil como se fossem jornalismo e não é, isso é assessoria de imprensa que a TV Brasil está fazendo do governo federal (E03).

A ausência de fontes que coloquem posições contrárias nas matérias do noticiário televisivo, a fim de ampliar as discussões sobre as medidas do governo

Bolsonaro, também é observada pelo jornalista E02 como uma tentativa de esvaziar a eventualidade de críticas:

O governo fez alguma política e está anunciando, não tem uma posição que possa ser crítica à política. **Antes a gente ainda conseguia brigar** [governo Dilma] pra que tivesse alguma posição crítica, mas agora simplesmente não existe. (...) **Quando você ouve a população é sempre alguma coisa mais elogiosa**, mas nunca crítica. Por exemplo, quando a gente foi falar de Reforma da Previdência no ano passado, toda matéria na TV tinha fontes falando que era necessária e que o assunto não estava mais em discussão. A gente não ouviu mais nenhuma entidade que fosse criticar (E02).

Além disso, o jornalista E03 explica que já teve reportagens alteradas e palavras retiradas de suas matérias, tais como “ditadura” e “golpe”:

Eu pessoalmente já enfrentei alguns conflitos editoriais, principalmente se tratando de reportagens e matérias que citam ou se referem ao período da Ditadura Militar. Expressões como “golpe”, “ditadura”, enfim, esse tipo de expressão foi completamente retirada do vocabulário da TV Brasil. A gente usa esse tipo de expressão, eu escrevo isso no meu texto, **mando pra edição e o texto volta para mim sem essas expressões**. Eu pergunto “Ah, por que que eu não posso falar ditadura se foi uma ditadura? Por que que eu não posso falar em golpe militar se foi um golpe militar, e se a TV Brasil sempre se referiu a esses períodos dessa maneira? Por que que eu não posso me referir desse jeito? **A gente faz o enfrentamento**. Mas infelizmente a tomada de decisão não é minha (E03).

Apesar de afirmar não ter vivenciado episódios de censura na apresentação do noticiário nem enquanto repórter da TV Brasil, o jornalista E01 reconhece que tais práticas já ocorreram com alguns colegas:

Eu particularmente nunca escrevi algo que tenha sido barrado, ou que tivesse que mudar o meu texto, desde a reportagem. Se tivesse e fosse dessa forma eu ia preferir que a reportagem não entrasse. Agora eu sei que teve muitos casos de colegas que fizeram várias denúncias de que **houve sim partes de textos que não puderam entrar, que foram censurados**. Agora eu, pessoalmente, não passei por isso (E01).

Os profissionais também explicam que alguns cargos de chefia do jornalismo da TV Brasil, instituídos ainda na gestão Temer, foram mantidos no governo Bolsonaro (E03). Sendo assim, para E02, não há uma clara definição se as práticas de censura no jornalismo são das chefias imediatas, da direção geral da EBC ou do próprio governo federal:

Certeza de onde vem a censura ninguém tem, se tem alguém de fora vigiando o conteúdo, a gente realmente não sabe. Dá uma impressão que tem um nível de gerências e chefias que é quem controla o que

põe no ar, que **dá uma segurada em coisas mais espinhosas e em temas mais controversos ao governo**, até colegas falam de pautas e propõem algumas pautas e discutem com as chefias e meio que tem que brigar às vezes pra fazer, mas aí à chefia de redação mesmo que tá controlando o conteúdo que está sendo produzido fala que não, que não interessa. É uma coisa que a gente não sabe se tem uma ordem superior assim de cima. É uma coisa que opera no dia-a-dia mesmo da empresa, no funcionamento da redação e rotina diária (E04, grifo nosso).

De acordo com o jornalista E02, é também possível considerar que existe um comportamento de autocensura:

Muitas vezes a gente acha que é um comportamento até de autocensura que vem dos coordenadores e gerentes que estão dentro da redação, **eles mesmos se antecipam e censuram algum conteúdo antes de submeter às instâncias superiores**, como o diretor-presidente da empresa (E02, grifo nosso).

Apesar disso, a cobrança pela necessidade de cobrir manifestações populares e assuntos incômodos ao governo federal é feita pelos profissionais, a exemplo das manifestações que ocorreram contra os cortes na educação. Por outro lado, conforme relata E03, “sempre é motivo de muito estresse dentro da redação, porque **há uma resistência muito grande das chefias** de reportagem, da editoria chefe do jornal de colocar esse tipo de assunto no ar” (grifo nosso). Segundo o jornalista, as justificativas dadas pelas chefias de jornalismo estão relacionadas à necessidade da equipe de reportagem se resguardar e não se expor nas manifestações:

De fato, hoje nós não fazemos esse tipo de cobertura mais. A justificativa que é dita pra gente que tá na redação é de que é por **uma questão de segurança da própria equipe de jornalismo, pra não se expor a esse tipo de situação de risco na manifestação**, o que eu considero bastante frágil esse tipo de justificativa, porque o papel do jornalista é estar presente pra testemunhar os fatos e poder relatá-los, não ficar contando aquilo que ouviu falar de alguém (E03).

Já o jornalista E03 explica que existe um medo demonstrado por tais chefias de perderem o emprego que foi conquistado por indicação e estima ao governo federal:

Quando assuntos sensíveis ao governo acontecem e chegam na redação, e a gente faz a contestação “olha isso tem que ser noticiado”, essas pessoas que foram mantidas no cargo de chefia elas olham pra gente com a cara de apavorada, olha pra gente com aquela carinha de quem diz “Ah, se eu fizer isso eu vou perder meu cargo. Ai meu Deus, o que é que eu faço?”, e **a gente questiona, contesta, mas, como eu falei, a gente não tem o poder decisório, sabe?** (E03, grifo nosso).

O bloqueio das chefias de jornalismo para a colocação de assuntos incômodos ao governo Bolsonaro no noticiário público também é observado pelo jornalista E05:

A maneira mais simples desses profissionais que exercem cargos de chefia no telejornalismo da EBC, mas que não são funcionários de carreira, é **evitar qualquer confronto com aquilo que se entende como a pauta que deve ser seguida**. Tudo que não for a pauta que deve ser seguida, deve ser evitada, que é o contraste de informações, a polêmica, aquilo que de fato choca as pessoas pelo teor da notícia (E05, grifo nosso).

Para o jornalista E03, a responsabilidade social das chefias de jornalismo da TV Brasil está direcionada aos interesses do governo Bolsonaro:

Eles se sentem na obrigação de **mostrar que estão alinhados com o governo** pra não serem derrubados do cargo, porque eles sentem que não deveriam ter continuado, que o natural seria que eles tivessem sido tirados de lá pra que outras pessoas entrassem. **Como eles foram mantidos, eles se sentem no compromisso de mostrar que estão alinhados com o governo** pra continuarem naquela posição (E03, grifo nosso).

Ainda segundo o jornalista E03, o medo de retaliações impede que as contestações sejam maiores em prol da diversidade na linha editorial do Repórter Brasil:

Eles [os chefes] ficam quietos, escutam o que a gente tem pra falar, mas não contestam, não fazem o debate e não colocam o conteúdo no ar, sequer escalam as equipes pra fazer a cobertura. Fica aquela situação totalmente constrangedora, mas eles não acatam e sequer tentam entrar em debate. **Nós acabamos nos desgastando com as chefias, e sujeitos a sofrer algum tipo de retaliação**, assédio moral, mas algumas pessoas fazem essa contestação, não muitas (E03).

Além disso, E04 conta que as práticas de autocensura pelos profissionais também passaram a ser recorrentes no governo Bolsonaro: “Eu admito isso [autocensura]. Eu não vou propor uma matéria que eu sei que não vai entrar, então pra quê que eu vou me esforçar pra fazer um trabalho que eu sei que não vai pro ar?”. O jornalista E02 também revela já ter tido o pensamento de omitir informações voluntariamente para evitar os exaustivos conflitos entre as chefias de jornalismo:

Eu confesso que isso já passou pela minha cabeça e eu tive que lutar contra esse tipo de pensamento que é assim...: “Nossa esse assunto aqui é um assunto importante. Mas, eu vou me desgastar fazendo esse trabalho, fechando o material pra chegar na hora e eles nem vão publicar isso daqui. Chegar lá eles vão cortar e jogar pra gaveta, então nem vou fazer esse trabalho”. Esse tipo de pensamento passa pela nossa cabeça. Porque **é desgastante, a gente desanima em fazer um material sabendo que ele não vai ser selecionado pra ser divulgado** (E03, grifo nosso).

O jornalista E05, que trabalha como editor de texto do Repórter Brasil, explica que já percebeu ocorrências de autocensura nos textos dos repórteres, e defende que, apesar dos desmandos e dificuldades para emplacar posições contrárias ao governo Bolsonaro, essa postura de omissão não pode ser adotada pelos profissionais:

Já aconteceu de um repórter me mandar o texto, e esse texto que vem do repórter já vir sem uma apuração que fosse mais crítica ao governo. (...) Então **já veio do próprio repórter esse texto sem essa crítica** e o próprio entrevistado fazia essa crítica. E aí então eu incluí e falei com o repórter: **“Não pode ser a gente que faz as censuras.** A gente passa para frente, se os chefes que estão acima da gente entender que tem que tirar... Agora a gente não pode fazer esse serviço antes” (E02, grifo nosso).

Já a ausência de grupos de lealdade dentro da redação e o medo de retaliações externas são algumas das justificativas apresentadas pelo jornalista E03 que impedem um posicionamento mais crítico por parte dos profissionais:

Não sei se pela característica da gente tá vivendo um governo muito mais próximo dos militares, e a gente tem todo aquele medo relacionado a um passado de ditadura que a gente viveu recentemente, então muitas pessoas que antes a gente via sendo pessoas combativas e que faziam o enfrentamento pra **tentar levar uma informação plural e diversa na época de outros governos, hoje a gente vê essas pessoas caladas, silenciadas e simplesmente fazendo o “feijão com arroz”** que mandam elas fazer no dia-a-dia. E a gente percebe que há um pouco de medo de retaliação, assédio moral e perseguição porque é o histórico que a gente tem da Ditadura Militar, de que havia pessoas que deduravam quem fazia enfrentamento (E03, grifo nosso).

6.4 O TELEJORNAL REPÓRTER BRASIL E OS CABOS DE GUERRA COM OS GOVERNOS

Ao longo das análises das matérias e das entrevistas relacionadas aos governos Dilma (PT), Temer (PMDB) e Bolsonaro (Sem Partido), podemos perceber a existência de diversos mecanismos dentro da televisão pública brasileira que operam para que os jornalistas se conformem com a política editorial de esvaziamento da discussão de assuntos que afetam diretamente o governo federal, exemplificando a função repressiva existente nas organizações de mídia noticiosa, de acordo com a denúncia de Warren Breed (2016). Diante da resistência de jornalistas contra tal situação configura-se propriamente um “cabo de guerra” (GANS, 1979) na luta pela definição sobre o será debatido e a interpretação que prevalecerá na arena simbólica do país. Dessa maneira, a

questão em jogo é como as pessoas poderão se ver no telejornal público, assim como quais problemas poderão considerar ser importantes para a tomada de decisões necessárias à vida em sociedade, uma vez que as notícias têm a capacidade de gerar consequências visíveis na vida das pessoas (CORREIA, 2005).

Sendo assim, as entrevistas realizadas nesse trabalho evidenciam alguns problemas enfrentados pelos jornalistas para a garantia da autonomia editorial do noticiário público, situação que afeta diretamente o processo de construção da notícia e a escolha de fontes de informação. Entre as principais problemáticas podemos elencar a 1) a nomeação das chefias de jornalismo pelo governo (cujo histórico profissional apresenta, em sua maioria, experiência na mídia comercial), assim como a estima pelos superiores responsáveis pela indicação (sobretudo no caso dos chefes nomeados na gestão Temer e Bolsonaro, que apesar de maior parte da experiência profissional ter sido em veículos públicos, atuam como se sua responsabilidade social fosse com os governos em vigor, não com o cidadão); 2) a ausência do Conselho Curador na reivindicação de autonomia editorial do telejornal público e 3) os prejuízos da fusão da TV Brasil (pública) com a NBR (estatal), que tem borrado a clarificação da função social do noticiário público Repórter Brasil. Aprofundaremos a seguir tais situações trazidas em cada governo federal:

Tabela 15 – Autonomia editorial Repórter Brasil

GOVERNO	MEDIDAS QUE INCIDEM SOBRE A AUTONOMIA EDITORIAL DO TELEJORNAL REPÓRTER BRASIL
Dilma Rousseff (PT)	Manutenção dos a) quadros de comentários e participação social; b) Conselho Curador; c) Mandato do diretor-presidente da EBC.
Michel Temer (PMDB)	Demissão do Conselho Curador e retirada da garantia do mandato fixo do diretor-presidente da EBC.
Bolsonaro (Sem Partido)	Unificação da TV Brasil (pública) e NBR (estatal)

Fonte: Elaboração da autora

a) Governo Dilma: quadros de participação social e tensionamentos com as chefias

Gans (1979, p. 315) argumenta que “a qualidade de reportagem necessária é a sensibilidade a muitas perspectivas”. Nesse sentido, as produções realizadas acerca das manifestações do impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff, além de não terem trazido uma diversidade significativa de versões, isto é, a apresentação de diferentes fontes e perspectivas sobre a problemática, também prioriza a colocação de sonoras contra a própria ex-presidenta, uma vez que os manifestantes favoráveis ao

impeachment tiveram maior espaço nas produções do Repórter Brasil para expressar suas reivindicações contra o governo Dilma, e alguns deles apoiando inclusive, a intervenção militar.

Hallin e Mancini (2010) observam que muitas vezes o mercado ameaça a qualidade do jornalismo até mais do que o Estado. No caso da cobertura do noticiário público dos protestos contra Dilma, o enquadramento noticioso priorizado na cobertura foi de versão única com mais de uma fonte, simulando pluralidade, tal como fez a mídia comercial, para favorecer os argumentos do golpe articulado pela grande mídia (SOUZA, 2016). Nesse sentido, podemos perceber semelhanças no enquadramento noticioso monolítico da mídia comercial com o do noticiário público da TV Brasil, sobretudo no que diz respeito a adoção de uma suposta pluralidade de versões, quando na verdade silenciou efetivamente a cobertura das manifestações contrárias ao impeachment de Dilma.

Nesse sentido, houve um desequilíbrio em comparação à representação das versões dos manifestantes a favor da ex-presidenta, que, por mais que afirmassem que o processo de impeachment se tratava de tentativa de um golpe de Estado, ainda assim não tiveram espaço conferido ao aprofundamento de suas falas. Portanto, o Repórter Brasil pôde construir suas versões sobre as manifestações a partir da apresentação de diversas críticas a ex-presidenta, o que demonstra que houve autonomia jornalística para pautar um assunto incômodo ao próprio governo federal, porém ao ponto dessas críticas serem apresentadas como versão única, sem contemplar setores sociais que foram também sistematicamente silenciados pela mídia comercial que, praticamente, monopoliza a audiência midiática.

Nesse caso, pode-se ventilar a possibilidade de jornalistas da TV Brasil terem sido acometidos de uma autocensura motivada pelo medo da espiral do silêncio (Noelle-Neumann, 2017) gerada pelo “clima de opinião” fabricado pela grande mídia comercial. Neste caso, configura-se a diferenciação que Schmitz (2018) faz da (a) autonomia ideal concebida pelos jornalistas, (b) da autonomia que o profissional encontra no trabalho cotidiano e da (c) autonomia efetiva que pode ser aferida na produção jornalística. A análise do período Dilma possibilitou à pesquisa identificar o curioso caso da autonomia editorial na TV Brasil ser questionada pelos jornalistas de forma ideal e também no exercício profissional cotidiano na seleção das pautas, fontes e enquadramentos das manifestações. Por outro lado, a avaliação das matérias comprovou a existência majoritária de cobertura restrita à apresentação de versão única crítica ao governo e

favorável ao impeachment, em sintonia com a cobertura realizada pela grande mídia comercial.

Dessa forma, a relação do noticiário público televisivo com a criação do “clima de opinião” em favor do impeachment de Dilma nos permite ainda ventilar que a permanência do silenciamento do Repórter Brasil sobre os assuntos que afetam a coletividade pode também abrir brechas para o fortalecimento das críticas proferidas pela mídia comercial contra a eficiência da mídia pública. Isso porque o esvaziamento da diversidade de interpretações alternativas sobre a realidade das manifestações contra o impeachment de Dilma e a ausência da centralização do público como participante do processo político (HALLIN; MANCINI, 2016) são capazes de operar não só na deturpação da função sócio-política do telejornal público como também, pode contribuir para o fortalecimento do argumento equivocado que é promovido pela mídia comercial de que a TV pública não tem razão alguma de existir, uma vez que nem mesmo é capaz de se diferenciar do modelo do telejornalismo comercial, regido pela lógica do grande capital ao promover a supressão das notícias e enquadramentos importantes à compreensão da vida em sociedade (ROSS, 2008).

Além disso, precisamos reconhecer que os jornalistas afirmam que nesse “cabo de guerra”, isto é, na luta pela definição e encaminhamento das notícias contrárias ao governo Dilma, era possível fazer esse tensionamento junto às chefias em nome da credibilidade do veículo de comunicação, conforme já evidenciou Breed (2016) acerca da existência de um tabu ético. Essa circunstância, que remete à relativa autoridade do público, impede que os veículos transpareçam censura sobre a redação, porque, se a sociedade perceber que há supressão de notícias, a sua credibilidade também é ameaçada. Embora as chefias fossem indicadas pelo governo federal, os profissionais acreditavam que o constante tensionamento e o apoio junto ao Conselho Curador possibilitava uma margem de autonomia para os profissionais e poderia contribuir também para garantia do interesse público nas produções.

Entre as suas diversas contribuições (realização de audiências públicas [46]; reuniões de colegiado [69] e a aprovação dos planos de trabalho anuais da EBC [7]) que buscavam fortalecer a participação e o interesse do cidadão no conteúdo da empresa, a ausência do Conselho Curador enquanto instrumento de participação social enfraqueceu a autonomia jornalística da empresa, uma vez que buscava “garantir o cumprimento dos objetivos e princípios da lei e de outras ferramentas normativas que foram criadas nos últimos anos, como o Manual de Jornalismo” (STROZI, 2019, p. 270).

Além disso, é importante mencionar que durante o governo Dilma houve um esforço para ampliar a publicização da voz do cidadão no espaço discursivo do Repórter Brasil, através da manutenção dos quadros concebidos no momento de sua criação, ainda no ano de 2007. A tentativa desse espaço era promover a participação efetiva do cidadão, assim como ampliar as reflexões sobre as notícias trazidas no noticiário público. Foram eles: Repórter Brasil Explica; Pergunta do Dia; Outro Olhar e o Sua Vez, os quais não conseguimos localizar no site da TV Brasil, mas reunimos suas principais propostas na tabela abaixo:

Tabela 16 – Extinção quadros do RB voltados ao cidadão

QUADRO	PROPOSTA	ANO IMPLEMENTAÇÃO	ANO EXTINÇÃO
Repórter Brasil Explica	Explicação das notícias e fatos	2007/2008	2018
Povo Fala ou Pergunta do Dia	Realização de perguntas pelo cidadão sobre um assunto em alta	2007/2008	2018
Outro Olhar	Exibição e tratamento noticioso dos vídeos enviados pelo cidadão	2007/2008	2016
Sua Vez	Pautas sugeridas pelo público	2013	2016

Fonte: Elaboração da autora

Do Rio de Janeiro, o cientista político Emir Sader discutia as notícias do contexto internacional. Já de São Paulo, a análise do cenário econômico ficava sob a responsabilidade do jornalista Luis Nassif. Em acontecimentos de grande repercussão, como no caso da cobertura do impeachment da ex-presidenta Dilma, foram inseridos os jornalistas Paulo Moreira Leite, Tereza Cruvinel e Florestan Fernandes Júnior. Esses comentaristas buscavam contribuir com a problematização e aprofundamento dos acontecimentos. Também é importante observar que enquanto a cobertura do noticiário público se colocou contrária ao governo Dilma, legitimando inclusive o discurso promovido pela grande mídia sobre as manifestações favoráveis à destituição de Rousseff, que seriam de cidadãos insatisfeitos com a corrupção no país, os comentaristas desempenharam um papel diferente no noticiário público da TV Brasil: buscavam esclarecer situações contrárias ao governo, e de certa forma, ampliar a discussão que até então estava restrita à necessidade de tirar do poder os políticos corruptos personificados no PT (ROCHA; CARDOSO, 2019). Desse modo, o espaço

destinado aos comentários buscava ampliar a discussão sobre as manifestações, assim como fornecer um aprofundamento crítico que em sua maioria não estava presente nas produções do noticiário público, seguindo o mesmo enquadramento hegemônico desenvolvido na cobertura da mídia comercial.

Por outro lado, após a destituição de Dilma no ano de 2016, o Repórter Brasil passou a não ter mais comentaristas fixos e o quadro deixou de existir efetivamente no ano de 2018, apresentando participações pontuais somente no período de coberturas eleitorais. A justificativa dada pela direção da EBC foi a necessidade de enxugamento de gastos: “(...) A primeira decisão que tomamos foi cancelar sete contratos abusivos: contratos dos jornalistas Luis Nassif, Paulo Moreira Leite, Emir Sader, que, juntos, representaram uma economia de mais de R\$ 3 milhões naquele momento” (RÍMOLI, 2016). Tal justificativa de déficit orçamentário é incapaz de se sustentar, uma vez que a empresa dispõe de mais de R\$ 2 bilhões de reais depositados judicialmente a partir do Fundo de Fiscalização de Telecomunicações (Fistel), mas que estão retidos pelo governo, isto é, entesourados (PASSOS et. al, 2018), conforme já abordamos ao longo desse trabalho⁵⁷.

Sobre o quadro Outro Olhar, o jornalista E05 observa que havia uma tentativa de estabelecê-lo como um espaço para a prática do jornalismo colaborativo no noticiário através da visão do cidadão sobre o que merecia ser noticiado, trazendo diferentes pontos de vista acerca da realidade. Por outro lado, ele explica que o quadro “sempre teve muito problema pra conseguir colocar em pauta assuntos que confrontassem o poder, seja ele o poder do governo federal, seja dos três poderes instituídos” (E05). No entanto, o estudo de Coutinho (2013a, p. 106) verificou que o quadro Outro Olhar foi capaz de evidenciar “uma grande pluralidade de temáticas, quanto a formatos e qualidade técnica do material exibido, mas sobretudo de interesses”.

Já sobre o quadro Pergunta do Dia, também conhecido como o “Povo Fala, o jornalista E05 destaca que os questionamentos não contribuía efetivamente para a expressão do ponto de vista do cidadão: “É o famoso ‘povo fala’ dos telejornais, que na maior parte das vezes dentro das matérias é utilizado como uma forma de você preencher o entendimento da notícia que o editor quer dar”. Sendo assim, na maior parte

⁵⁷ Ver o Capítulo 2, que aborda sobre o modelo de financiamento da EBC.

das vezes a seleção das perguntas correspondia ao atendimento da expressão do ponto de vista do próprio noticiário: “Era muito mais pitoresco quando uma resposta, ou uma participação do cidadão ali de fato era bastante inteligente ou engraçada, do que de fato formar o senso crítico a partir da participação do cidadão dentro do telejornal” (E05).

Apesar das fragilidades dos quadros, no que diz respeito a efetivação da participação do cidadão nos processos de construção da notícia, sua importância se dava pela possibilidade de ampliar as ferramentas de participação do público dentro do telejornal público. Segundo os jornalistas do noticiário, o “Sua Vez”, por exemplo, não conseguiu se manter como um quadro permanente, uma vez que dependia da manutenção de uma interação contínua com o telespectador, que deveria ser viabilizada pela chefia de jornalismo.

Nesse sentido, é importante reconhecer que, por mais que tenham existido dificuldades e limitações no fazer jornalismo na TV Brasil durante o governo Dilma, ainda assim havia mecanismos que buscavam assegurar a autonomia jornalística dos profissionais e a participação do cidadão no telejornal. Isso através da presença de quadros, do canal para o encaminhando de denúncias sobre possíveis intimidações editoriais (Conselho Curador) e da possibilidade de os jornalistas pressionarem as chefias em nome da autoridade do público e da credibilidade da televisão pública.

b) Governo Temer: retirada do Conselho Curador e o início das denúncias de censura

O esvaziamento das pautas, o apagamento das vozes dos manifestantes e a marginalização dos protestos contra a Reforma Trabalhista do governo Temer (PMDB) são aspectos constantes na cobertura do Repórter Brasil sobre tal problemática. Distante de apresentar uma diversidade de versões alternativas e de centralizar o público como participante do processo político, características centrais do telejornalismo público (HALLIN; MANCINI, 2016), o Repórter Brasil priorizou a utilização de imagens de confronto entre os manifestantes e a polícia, assim como o esvaziamento dos impactos das medidas do governo federal para o campo trabalhista, que deveriam ter sido aprofundadas com a contribuição de estudos de setores técnicos, como as entidades dos juízes e procuradores trabalhistas, entre outras interpretações alternativas à proposta governamental, para melhor compreensão da sociedade sobre o assunto. Diante disso, é interessante registrar que o modelo de marginalização dos protestos, sobretudo,

realizado na cobertura da greve geral contra as reformas do governo Temer em 2017, é praticado especialmente pela mídia televisiva comercial, que criou esta estratégia de desqualificação dos protestos populares:

A greve de abril recebeu no JN basicamente dois enquadramentos: vandalismo e transtornos ao transporte urbano e rodoviário. Bloqueios de estradas e falta de ônibus foram assuntos recorrentes em quase todas as reportagens do programa televisivo, associados à ideia de violência enquadrada como “vandalismo” (JÚNIOR ET. AL., 2019, p. 517).

Nesse sentido, o jornalismo da TV pública realiza uma paródia da cobertura noticiosa da TV comercial, que é o modelo hegemônico para os jornalistas, o público e para a sociedade de uma maneira geral, conforme observa Hallin e Mancini (2010, p. 304): “Onde o mercado é dominante, é provável que os *media* comerciais prevaleçam sobre os que estão ligados a organizações políticas e sociais”. Desse modo, a análise das matérias evidencia o silenciamento dos assuntos inerentes à vida pública pelo telejornalismo público, que também oculta os prejuízos da manutenção dos interesses da elite econômica, no que diz respeito à retirada dos direitos do trabalhador, tal como faz a mídia comercial.

Já as denúncias trazidas pelos jornalistas do noticiário público sobre as práticas de censura no tratamento noticioso confirmam a existência de uma pressão que opera restringindo os profissionais a abordarem assuntos incômodos ao governo Temer: “Na medida em que aqueles que exercem pressão desejam alterar o que aparece na arena simbólica, suas pressões são políticas” (GANS, 1979, p. 150). Nesse sentido, a retirada dos espaços para reunião de pauta, a exigência da escolha de fontes de informação não contraditórias às medidas governamentais e aliadas ao mercado econômico são fortes indicativos da retirada da autonomia jornalística do Repórter Brasil, que passa a corresponder aos interesses do governo em vigor e do mercado, e não ao do público a qual se destina. Tal situação também corrobora para o distanciamento da função social do noticiário público de confrontar, aprofundar e explicar as posições que disputam espaço na arena simbólica (GANS, 1979, 2003; GUREVITCH; BLUMER, 2016).

Nesse sentido, a ausência do Conselho Curador é reivindicada pelos profissionais que passaram a ver parte dos seus textos modificados ou excluídos, sem a existência de um órgão capaz de exigir das chefias o jornalismo destinado e instituído para a abordagem dos assuntos necessários à compreensão da vida em sociedade. É também importante registrar que, ainda no ano de 2018, os profissionais divulgaram o

primeiro Dossiê que reuniu 61 denúncias de censura referentes à cobertura noticiosa de assuntos incômodos à política do governo do ex-presidente Michel Temer:

Do total das 61 denúncias, 6 delas - 10% do total - traziam críticas diretas ao presidente Michel Temer ou colocavam informações sobre ele que se optou por retirar. Outras 6 - mais 10% do total - traziam críticas à intervenção federal no Rio de Janeiro e ao uso das forças armadas na segurança pública, com análises de especialistas no tema. Ainda, 3 outras eram referentes ao ex-presidente Lula (sobre o caso do desembargador Favreto e a pré-candidatura a presidente) e 2 sobre o binômio política de preços da Petrobrás/greve dos caminhoneiros. A menção a greve geral foi suprimida ou inviabilizada em duas ocasiões (Dossiê Censura EBC, 2018).

De acordo com as informações do documento, a censura significa “não apenas a não publicação/veiculação, mas também ao corte de trechos com informações importantes ou trechos de sonoras” (Dossiê Censura EBC, 2018). Em 2018 o telejornal Repórter Brasil deixou de ter sua edição nacional matinal, o Repórter Brasil Manhã, que buscava “completar o noticiário da noite anterior e antecipar o dia que começava” (MIGUEL; SANTANA, 2011, p. 78).

Além disso, é importante situar que a partir do ano de 2018 começa-se a assistir ao desligamento da produção telejornalística local que era realizada nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e no Distrito Federal. A mudança foi aprovada pelo Comitê de Gestão da Programação e da Rede sob a justificativa de “otimizar e dinamizar a produção jornalística, dando ao noticiário local um caráter mais comunitário e cidadão, com foco na prestação de serviços” (Deliberação CGPR, N° 84/2018). No entanto, a produção dos noticiários locais foi retirada sob a proposta de inserir *flashes* dessas praças ao longo da programação da tarde, assim como a possibilidade de realizar matérias e séries locais a depender do interesse da Rede.

c) Governo Bolsonaro: entre a censura, a autocensura e as margens de manobra

O primeiro incômodo que enfrentamos na análise das matérias sobre as manifestações a favor da educação é a inexpressividade de produções disponíveis na plataforma da TV Brasil, que conforme demonstraram os jornalistas ao longo das entrevistas, ocorre pelo impedimento da abordagem de quaisquer manifestações contra o governo Bolsonaro, tendo se tornado um “tabu”, isto é, não se pode fazer matérias que ponham em xeque a efetividade das medidas do governo federal.

Nesse sentido, há uma clara divergência entre o que se espera da função social do telejornal público e o que ele de fato oferece à sociedade: “A busca pelo contraditório deveria ser um dos elementos constitutivos da narrativa das reportagens produzidas e veiculadas pela TV Brasil” (COUTINHO, 2012, p. 39-40). Na contramão disso, constata-se a ausência de quaisquer entrevistados sobre os protestos, isto é, a ausência da polifonia de vozes (BENETTI, 2010) e a valorização da narração dos acontecimentos através de *offs* descritivos, configurando majoritariamente o enquadramento noticioso episódico (PORTO, 2004), caracterizado pela mera descrição dos protestos, expressando uma única versão sobre os acontecimentos.

Tal enquadramento monolítico conferiu destaque às ocorrências de incêndio de ônibus pelos manifestantes e congestionamentos no trânsito, configurando a marginalização dos protestos e silenciamento das demandas dos estudantes. Nesse sentido, é interessante observar uma inusitada ocorrência: a cobertura televisiva da mídia comercial brasileira sobre os protestos contrários aos cortes na educação deu destaque, em alguns momentos, ao caráter pacífico de grande parte das manifestações, assim como a realização da escuta das reivindicações dos estudantes através de entrevistas, destacando os seguintes enquadramentos noticiosos: “As manifestações demonstraram a necessidade da educação (ED1); as manifestações tiveram ampla adesão (ED2); As manifestações geraram incômodos e conflitos (ED3); e As manifestações ocorreram de forma pacífica (ED4)” (WINCH; LAUD, 2020, p.76).

Por outro lado, em nenhum momento o telejornal público entrevista os manifestantes. Além disso, apesar da expressividade de protestos que ocorreram no ano de 2019 contra os cortes na educação, estão dispostas apenas três produções do Repórter Brasil que suprime a voz dos manifestantes e ressalta os prejuízos trazidos ao trânsito, se distanciando também da abordagem do jornalismo multiperspectiva, que se revelaria quando as notícias representam as pessoas de “todas as esferas da vida na arena simbólica” (GANS, 1979, p. 332), promovendo assim o fortalecimento da democracia. Além disso, Habermas (1997) vai defender que as reivindicações da sociedade civil através de protestos são capazes de influenciar as abordagens realizadas na esfera pública:

Às vezes é necessário o apoio de ações espetaculares, de protestos em massa e de longas campanhas para que os temas consigam ser escolhidos e tratados formalmente, atingindo o núcleo do sistema político e superando os programas cautelosos dos ‘velhos partidos’ (HABERMAS, 1997, p. 116).

Nesse sentido, o papel do Telejornalismo Público é o de pautar as reivindicações da sociedade civil e de contribuir para o aprofundamento dessas questões, a fim de requerer o posicionamento de setores do governo para as causas sociais e cobrar destes a responsabilidade quanto aos problemas do cidadão. O teórico considera que “as estruturas comunicacionais da esfera pública aliviam o público da tarefa de tomar decisões; as decisões proteladas continuam reservadas a instituições que tomam resoluções” (HABERMAS, 1997, p.93-94). Dessa maneira, se torna elementar o pleito do telejornal público Repórter Brasil em prol das questões que impactam na vida das pessoas, tais como a restrição de verbas e investimentos para as universidades públicas.

Já o “tabu” denunciado pelos jornalistas de impedimento de coberturas sobre o que é contraditório ao governo Bolsonaro, parece se destrinchar em três caminhos já apontados por Gans (1979): o da censura, a autocensura ou a resistência, ainda que isso possa custar possíveis perseguições dentro ou fora da redação jornalística. Nesse sentido, o teórico afirma que é difícil separar a censura da autocensura, uma vez que seus limites parecem se intercruzar:

Os jornalistas geralmente definem a **censura como matar ou alterar uma história como resultado de pressão externa**, enquanto a **autocensura é a resposta consciente à pressão** antecipada de não-jornalistas. Mas a autocensura também pode ser inconsciente e, nesse caso, os jornalistas não sabem que estão reagindo à pressão (GANS, 1979, p. 251).

Diante disso, é oportuno refletir que a ocorrência da autocensura poder ter se revelado para os jornalistas da TV pública em dois momentos: 1) ainda na cobertura das manifestações que envolveram o impeachment de Dilma, sendo esse efeito inibidor motivado pelo “clima de opinião” (Noelle-Neumann, 2017) criado pela hegemonia da narrativa da mídia comercial acerca da necessidade de tirar do poder os partidos e políticos corruptos; e 2) durante o governo Bolsonaro, como resultado da exaustão dos jornalistas que é trazida pelas constantes discussões dos profissionais com as chefias de jornalismo da TV pública na luta pela garantia do caráter público do Repórter Brasil, sem que hajam mudanças significativas no conteúdo noticioso, assim como o temor por perseguições na redação ou o deslocamento para outras áreas de cobertura.

Se soma a isso os impactos trazidos pela unificação da televisão pública e da televisão estatal, resultando na mistura dos diferentes papéis entre a equipe de jornalismo da TV Brasil e a da NBR. Nesse sentido, a fusão impõe uma tremenda

confusão com a função social dos instrumentos de comunicação pública. Apesar do espaço estatal dever prestar contas e esclarecer a sociedade sobre as tomadas de decisões do governo federal (BRANDÃO, 2006), tal espaço é mesclado ao da televisão pública, cuja abordagem que tem sido realizada fere o princípio da complementariedade dos sistemas de comunicação, uma vez que utiliza o espaço instituído legalmente para a produção de conteúdo de interesse público e o desvia para propaganda de conteúdo estatal, sem que haja a problematização ou confronto sobre as políticas governamentais.

Tais situações põe em xeque o pacto estabelecido pelo noticiário com o seu público, diante das problemáticas relacionadas à autonomia editorial que eclodem ainda no ano de 2016 com a exoneração do Conselho Curador e a retirada da garantia do mandato fixo do diretor-presidente da EBC (que passa a acontecer a qualquer momento, a depender dos interesses do governo em vigor).

É na contramão desse cenário de repressões que “as margens de manobra” dos jornalistas da TV pública brasileira parecem ser a resistência, no sentido de recorrer as entidades que lutam pela democratização da comunicação no país. Segundo o jornalista E05, com a ausência do órgão responsável por cobrar o cumprimento da linha editorial do jornalismo da TV pública, “os trabalhadores precisam criar outras formas de dar vazão às notícias que envolvam censura e desvios do manual de jornalismo, como os que vêm sendo feito atualmente com a criação de dossiês”.

Por sua vez, o jornalista E03 reconhece a importância da atuação dos movimentos de defesa da democratização da comunicação no Brasil na luta pela autonomia editorial junto aos profissionais da TV pública:

A gente perdeu essa autonomia e como faz pra recuperar agora em governos que não têm interesse nenhum em devolver essa autonomia pra gente? (...) Então as **nossas frentes de batalha pra tentar defender a comunicação pública estão muito enfraquecidas e muitos dependentes**, por exemplo, da atuação isolada dos sindicatos, da Frente Nacional de Defesa da Comunicação Pública, que são os dois principais que atuam nesse sentido, mas que não encontram respaldo dentro da empresa (E03, grifo nosso).

Se soma ainda ao cenário de denúncias o desmonte do próprio espaço discursivo do telejornal Repórter Brasil, com o apagamento da única praça da TV Brasil no Nordeste, localizada no estado do Maranhão, que teve suas atividades encerradas em maio de 2019, no mesmo ano em que completaria cinco décadas de história. Foi a primeira do país a transmitir aulas pelo tele-ensino e era responsável por cobrir a

produção também da região Norte. Além disso, em janeiro de 2019, a TVE do Maranhão deixou de contar com a produção de um telejornal público local, o Repórter Maranhão, que contribuía com a abordagem de assuntos de proximidade por mais trinta e cinco anos⁵⁸. Os jornalistas da TVE do Maranhão foram movimentados para outros órgãos federais do próprio estado. De acordo com a direção da EBC, a medida fez parte do plano de reestruturação da empresa que visa otimizar as despesas da empresa até o ano de 2022 (SAMPAIO, 2019).

Por outro lado, de acordo com a lei que criou a EBC, é seu dever estimular a produção regional e assegurar o cumprimento do percentual relativo ao conteúdo das cinco regiões do país. Além disso, faz parte do papel social da televisão pública contribuir para o fortalecimento da representação das diferentes camadas sociais. Ainda assim, o noticiário público permanece regido pelas praças de produção em Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo, mesmo diante da necessidade de abarcar as diferentes regiões e localidades de um país tão diverso como o Brasil. Para o jornalista E04, o momento é de resiliência, muito embora seja difícil vislumbrar melhorias:

Estamos vivendo uma situação de resiliência de tentar nos manter vivos enquanto comunicação pública. **Não consigo mais considerar que hoje eu faço comunicação pública.** (...) E estamos tentando sobreviver, esperar passar... Daqui a pouco conseguiremos retomar o projeto.... Nesse momento está meio complicado (E04, grifo nosso).

⁵⁸ Antes da TVE do Maranhão ser incorporada a Empresa Brasil de Comunicação (EBC) no ano de 2007, o telejornal público local, anteriormente chamado de TVE Notícias, chegou a ser exibido por meio da Fundação Roquette Pinto (1991). Antes disso a TVE era comandada pelo Estado do Maranhão.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos considerar que o jornalismo da TV Brasil sempre vivenciou uma luta no processo de interpretação da realidade social, configurando propriamente um “cabo de guerra” na busca pela autonomia editorial tão necessária para assegurar a diversidade de vozes em suas produções. Diante da compreensão da independência jornalística em relação ao mercado e ao Estado como um dos indicativos cruciais de qualidade do Telejornalismo Público, pudemos observar que no país, ela não pode ser concebida sem que existam tensionamentos, uma vez que o processo de construção da notícia na televisão pública brasileira está imerso em um constante enfrentamento entre os jornalistas, o seu público, os dirigentes do veículo, as chefias de jornalismo, os interesses do governo em vigor, a escolha das fontes de informação e, contraditoriamente, na reprodução do modelo comercial de jornalismo supostamente neutro e imparcial, mas propenso ao esvaziamento da discussão de assuntos necessários ao fortalecimento da vida em sociedade.

Sendo assim, o estudo que trouxemos detalha as nuances que envolvem o processo de construção da notícia no jornalismo da TV pública brasileira em sua relação com a gestão da TV Brasil, que aqui envolve as chefias de jornalismo, a direção da TV e a Presidência da República. A partir disso, foi possível evidenciar profundas contradições em relação a (a) autonomia ideal, a (b) autonomia vivenciada nas práticas profissionais e (c) a autonomia efetiva, verificada nas análises das reportagens do noticiário público ao longo dos diferentes governos, o que nos permitiu confrontar a hipótese colocada no início do presente trabalho de que episódios de censura jornalística já pudessem ter ocorrido desde o surgimento da TV Brasil, devido ao modelo de gestão que aproxima o seu jornalismo aos interesses da Presidência da República.

Durante o governo Dilma, apesar da estreita relação das chefias da TV Brasil com o governo federal, devido a nomeação e distribuição de cargos ser feita pelo Chefe do Executivo, ainda assim era possível aos profissionais tensionar a abertura para a abordagem sobre pautas de movimentos sociais e de outras reivindicações da sociedade civil, inclusive contrárias ao próprio governo de Rousseff. Nesse sentido, examinamos que a cobertura realizada pelo telejornal Repórter Brasil nas manifestações populares do impeachment da ex-presidenta priorizou a abordagem de protestos contrários a Rousseff

no noticiário público, com a escuta de diversos manifestantes favoráveis à sua retirada. Já as entrevistas com os jornalistas revelam a existência dos confrontos e requerimentos às chefias por uma atividade compromissada com as demandas sociais. Mesmo assim, ainda que houvesse essa possibilidade de tensionar e contrariar o governo, a cobertura do Repórter Brasil demonstrou desequilíbrio em relação à abordagem dos protestos que também foram realizados pelo país em defesa da ex-presidenta e a favor da democracia.

Sendo assim, o presente estudo indicou o fenômeno dos jornalistas da TV Brasil questionarem a autonomia editorial no período Dilma, mas incorrerem em autocensura ao privilegiarem os enquadramentos noticiosos críticos ao governo e favoráveis ao impeachment, uma vez que, apesar dos profissionais demonstrarem a compreensão sobre a função social do jornalismo da TV Pública, ainda assim houve a reprodução do “Clima de Opinião” alimentado pela mídia comercial, que fortaleceu as demandas de um grupo e inviabilizou as reivindicações do outro, protagonizando uma perigosa ferramenta para o silenciamento (Espiral do Silêncio) no espaço que deveria abarcar as interpretações e versões alternativas sobre a realidade social, tais como os movimentos sociais e partidos progressistas, fornecendo uma representação monolítica sobre os acontecimentos. Tal contradição só veio a ser percebida pelos jornalistas nos governos posteriores, quando a censura passou a ser a regra na cobertura de assuntos incômodos aos presidentes que sucederam o governo de Dilma Rousseff.

Outra problemática examinada diz respeito à herança profissional-comercial dos jornalistas que ocuparam os cargos de chefia no jornalismo da TV Brasil (posição indicada majoritariamente pela direção da EBC, em seu estreito vínculo com a Presidência da República). Tal circunstância nos permite observar que a mídia comercial é hegemônica e funciona como padrão até para os jornalistas do noticiário público da TV Brasil. Sendo assim, as implicações impostas pela comercialização dos sistemas de mídia, tais como a) a vazão da disseminação da pluralidade de ideias; b) o enfraquecimento dos laços entre a mídia e os acontecimentos públicos, assim como c) o silenciamento das questões públicas necessárias para o fortalecimento da democracia (HALLIN; MANCINI, 2010), nos permitem confirmar a influência negativa do mercado sobre o padrão de qualidade que o jornalismo da TV pública brasileira deveria seguir, podendo essa influência ser tão grande ou talvez maior do que a influência do próprio Estado.

Dessa forma, nosso estudo sobre o noticiário público brasileiro nos leva a compreender que a imitação do modelo comercial de jornalismo se dá em diferentes etapas no processo de construção da notícia:

(a) A partir da defesa de um jornalismo pretensamente neutro e imparcial, conclamado exaustivamente pela mídia corporativa, mas que compromete a diversidade de versões e vozes, não para favorecer ao Governo Dilma, mas para contribuir com a legitimação das pretensões difundidas exaustivamente pela mídia comercial, o que permite contradizer algumas críticas de que mesmo no governo Dilma houve influência governamental na cobertura jornalística da TV Brasil;

(b) Na preferência do perfil profissional da mídia comercial para ocupação dos cargos de chefia, desvalorizando os profissionais que ingressaram na TV pública através de concursos públicos e que demonstram a compreensão sobre o compromisso do telejornalismo público com a defesa do interesse do cidadão.

Ainda sobre a escolha dos cargos de chefia de jornalismo, é importante registrar que a cobertura noticiosa favorável ao impeachment nos dá evidências que a questão da lealdade e estima pelo Presidente da República (que possui poder decisivo na indicação dos cargos de chefia) parece não se configurar com os chefes de jornalismo do governo Dilma. Já durante os governos posteriores, ainda que algumas chefias de jornalismo tenham herdado a experiência em veículos públicos e estatais, evidencia-se o claro impedimento de abordar assuntos contrários ao governo Temer e Bolsonaro, como pudemos observar na análise das matérias que silenciaram as questões relacionadas à Reforma Trabalhista e aos cortes orçamentários na área da educação.

É necessário também mencionar que a diferença entre a oferta de mecanismos para o fortalecimento da autonomia editorial do noticiário público durante o governo Dilma em relação aos governos posteriores (Temer e Bolsonaro) foi que não interveio na manutenção dos instrumentos de controle social da empresa, instituídos em lei ainda no governo Lula. Sendo assim, havia a garantia de que o diretor-presidente da empresa permanecesse com o mandato fixo assegurado pela legislação que criou a EBC no ano de 2007, e só poderia ser demitido com o parecer do Conselho Curador, órgão instituído para zelar pela autonomia editorial da empresa.

Também é válido considerar a importância dos quadros de participação social e de análise das notícias que foram mantidos no noticiário público durante o governo Dilma. Ainda que os quadros sejam tecidos de críticas acerca da sua real efetividade, tais espaços foram capazes de demonstrar uma proposta de diferenciação em relação aos formatos dos demais telejornais da mídia comercial brasileira, por apresentar a tentativa de ampliar a voz e as necessidades do cidadão no espaço discursivo do Repórter Brasil, assim como conferir uma outra perspectiva sobre as notícias e seus desdobramentos na vida social.

Já na contramão de tais tentativas de enriquecimento de participação social no noticiário público, verificamos que houve uma asfixia da autonomia editorial do telejornal Repórter Brasil no ano de 2016, autorizada pelo governo Temer (PMDB), e fomentada pelo desmonte da TV Brasil, que teve a eliminação dos mecanismos de controle social que atuavam na luta pela sua independência em relação ao governo. Isso evidencia que as práticas do jornalismo da televisão pública brasileira passaram a estar diretamente associadas à conduta de desmonte que o governo federal assume com a comunicação pública do país. Nas análises referentes ao governo Temer, constata-se não só a existência de uma estreita relação entre o processo de construção da notícia do Repórter Brasil com os interesses do governo, como também o resultado desse pacto forçado entre interesse governamental e telejornal público, que passa a amplificar o esvaziamento, a marginalização e o silenciamento de temas que embora incômodos ao governo, dizem respeito ao futuro da maioria da sociedade excluída do debate público, como o ocorrido na cobertura noticiosa sobre a reforma trabalhista.

O que há de problemático nisso é a promoção do desempoderamento do público (GANS, 2003), que passa a ter suas vozes apagadas, assim como as causas de suas reivindicações marginalizadas em confrontos policiais, alterações no trânsito e queimas de ônibus. Isso, num espaço que deveria operar na catalisação de uma cidadania ativa e requerer das instituições políticas o abandono da postura passiva diante dos problemas sociais (CORREIA, 2005). Diante disso, saímos do mergulho empírico e teórico questionando como pode o noticiário televisivo público estar alheio às problemáticas que afetam o cidadão? Além disso, por que a redação jornalística do noticiário público tem fragilizado a atuação dos seus próprios jornalistas através da prática de censuras, conforme constatamos nessa investigação? A quem interessa o projeto de esvaziamento

das demandas da sociedade no espaço que deveria ser destinado ao estímulo do tratamento e aprofundamento das causas do cidadão?

Tais interrogações e lacunas se aprofundam ainda mais quando constatamos a desilusão vivenciada pelos jornalistas da televisão pública a partir do ano de 2019, quando afirmam estar mergulhados num confronto com as suas próprias crenças profissionais, ao voluntariamente omitirem a problematização e as críticas sobre os assuntos relacionados e/ou defendidos pelo governo Bolsonaro (Sem Partido). Isso por medo de sofrer retaliações, perseguições ou até mesmo pelo cansaço das exaustivas discussões com as chefias de jornalismo, que, segundo argumentam os profissionais e evidenciam as nossas análises, não se convertem em soluções práticas para a retomada do caráter público da linha editorial do jornalismo da TV Brasil na construção da notícia. A partir disso, podemos apresentar três momentos vivenciados pelo telejornal público Repórter Brasil em sua relação com a Presidência da República.

(1) No governo Dilma, a existência dos tensionamentos entre os jornalistas e as chefias para o aprofundamento e abordagem de assuntos contraditórios ao governo federal, sendo amparada pela atuação do Conselho Curador.

(2) No governo Temer, a desconstrução do seu espaço discursivo, não só com a retirada dos quadros de participação social e da produção local dos telejornais de São Paulo, Distrito Federal e Rio de Janeiro, como também a demissão do órgão responsável por brigar pela autonomia editorial da TV Brasil.

(3) No governo Bolsonaro (a partir de 2019), a intensificação dos episódios de censura e das práticas de autocensura, assim como a fusão do espaço do jornalismo da televisão pública (TV Brasil) com o jornalismo da estatal (NBR).

Neste cenário, os tensionamentos entre os interesses do governo em vigor e o processo de construção da notícia no telejornalismo público parece se dar não só pela insuficiência de uma cultura política voltada à consolidação dos valores públicos em países como o Brasil (DEL BIANCO; ESCH; MOREIRA, 2012), mas também devido ao desentendimento, que nos parece intencional, sobre a centralidade dos instrumentos de comunicação pública, ainda que sejam cruciais em países que defendem a diversidade, a pluralidade e a amplitude de ideias em seu espaço midiático.

Nesse sentido, verifica-se a incompreensão proposital com as potencialidades do Telejornalismo Público e sua tênue relação com a comunicação estatal, que apesar de também ser pública, possui finalidade distinta, muito embora não esteja expressa no Art. 223 sobre a Complementaridade entre os sistemas de comunicação público, privado e estatal. Além do mais, conforme refletimos ao longo dessa investigação, a ausência de uma clara entendimento entre o papel dos três sistemas de comunicação brasileiros tem borrado até mesmo a distinção necessária entre o papel social do Telejornalismo Público e o que tem sido desenvolvido pela mídia comercial. Na contramão desse cenário, é importante observar que a articulação dos movimentos de luta pela democratização do país, o trabalho dos sindicatos, da academia e a resistência e coragem dos jornalistas em denunciar os casos de censura buscam configurar propriamente as “margens de manobra” pela garantia da autonomia editorial do jornalismo da TV Brasil.

Desta maneira, acreditamos que a presente investigação contribui com o avanço das reflexões sobre o papel social e político do Telejornalismo Público no país, compreendendo que o noticiário da TV pública brasileira deve abranger questões politicamente importantes, pois é uma ferramenta propulsora da comunicação pública, que tem como objetivos a promoção da cidadania e a mobilização para o debate de questões que afetam a coletividade (HABERMAS, 1997). Portanto, a legitimação de suas práticas deve se dar na defesa do interesse e demandas do cidadão, a fim de contribuir com o fortalecimento dos processos democráticos, qualificação do debate da vida pública e expressão da diversidade de vozes presentes na sociedade.

Além disso, defendemos que uma das principais funções sociais do jornalismo da televisão pública deve ser o comprometimento com abordagens de acontecimentos relevantes ao interesse público, assim como a realização de um jornalismo diferente do feito pela televisão comercial. O jornalismo voltado ao interesse do público, isto é, o Telejornalismo Público, se caracteriza por tratar a notícia como algo que tem consequências visíveis na vida das pessoas. Portanto, deve contribuir para compreensão e enfrentamento efetivo dos problemas sociais, ainda que contrarie os interesses dos governos em vigor e das elites políticas e econômicas do país.

REFERÊNCIAS

- ALARCÓN, Pietro de Jesús; STROPPA, Tatiana. **A inconstitucionalidade da Medida Provisória 744, o princípio da complementaridade e o desmonte da comunicação pública brasileira.** Disponível em <<http://emporiiododireito.com.br/ainconstitucionalidadeda-medida-provisoria-744o-principio-da-complementariedade-e-o-desmonte-dacomunicacao-publica-brasileira-por-pietro-dejesus-lora-alarcon-e-tatiana-stroppa/>>. Acesso em: 20 dez. 2019.
- ANDREATA, Anderson; CABRAL FILHO, Adilson. **A regulamentação da comunicação pública nas mudanças de governo no Brasil e na Argentina.** In: CABRAL, E. D. (Org.). *Desafios das políticas de comunicação.* São Cristóvão: ULEPICC-Brasil, 2019.
- ALSINA, Miquel Rodrigo. **A construção da notícia.** Petrópolis: Vozes, 2009.
- ARROYO, Luis et. al. **Cajas Mágicas. El renacimiento de la televisión pública en América Latina.** Madrid, 2012.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo.** Portugal: EDIÇÕES 70, 2002.
- BARBOSA, B.; MARTINS, H. (2016). Os atos pró-democracia e a narrativa do golpe na grande mídia. CartaCapital. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/blogs/intervozes/os-atos-pro-democracia-e-a-narrativa-do-golpe-na-grande-midia>>. Acesso em 10 de set. 2020.
- BRANDÃO, Elizabeth. **Usos e Significados do Conceito Comunicação Pública.** VI Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom. Brasília, 2006. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/38942022201012711408495905478367291786.pdf>>. Acesso em: 20 de ago. de 2017.
- BRASIL. **Lei federal Nº 11.652.** Sete de abril de 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11652.htm>. Acesso em: 23 ago. de 2020.
- BARBOSA, Bia. Confecom: o único episódio das comunicações no Brasil em que a voz da sociedade civil falou mais alto. In: **Conferência Nacional de Comunicação 10 anos depois: velhos e novos desafios das políticas de comunicação no Brasil.** Org.: Ramos, et. al. ULEPICC-BRASIL. Brasília, 2020.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo.** Portugal: EDIÇÕES 70, 2002.
- BARROSO, Graciele. **Transmídia no telejornalismo de emissoras públicas:** estratégias adotadas nos telejornais repórter brasil noite (Tv brasil) e jornal antares (Tv antares). Dissertação (Mestrado em Comunicação). Programa de Pós-Graduação em Comunicação. Universidade Federal da Paraíba. 2015.
- BECERRA, Martín. **Medios públicos deconstruídos:** cambios en el panorama de la gestión de la comunicación estatal en América Latina. In.: SOCICOM debate: a comunicação pública em questão: crise na EBC. Ruy Sardinha Lopes (org.) – 2.ed. - São Paulo: SOCICOM, 2016, p. 8-19

BEDINELLI, Talita. **Dilma não ‘pedalou’, mas autorizou decretos sem aval do Congresso, diz perícia.** Junho de 2016. Disponível em <https://brasil.elpais.com/brasil/2016/06/27/politica/1467040634_118457.html>. Acesso em 20 de set. de 2020.

BEIRÃO, Neide In: TV Brasil, 2013. Site. **Repórter Brasil estreia novos cenário e formato nesta segunda, 3 de junho.** 31/05/2013. Disponível em <<https://tvbrasil.ebc.com.br/noticia/2013-05-31-reporter-brasil-estreia-novos-cenario-e-formato-nesta-segunda-3-de-junho>>: Acesso em 24 ago 2020.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1985.

BOLAÑO, César; BRITTOS, Valério. **TV pública, políticas de comunicação e democratização: movimentos conjunturais e mudança estrutural.** XVII Encontro da Compós, UNIP, São Paulo, SP. Junho de 2008.

BORDIEU, Pierre. **Sobre a Televisão.** Tradução: Maria Lúcia Machado. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

BORGES, Tiago F. G. **Entre o espetáculo e o debate público: enquadramentos sobre as manifestações de junho de 2013 no Jornal Nacional e no Repórter Brasil.** Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação). Programa de Pós-graduação em Comunicação e Informação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2015.

BUCCI, Eugênio. **A tragédia anunciada da EBC.** In.: SOCICOM debate: a comunicação pública em questão: crise na EBC. Ruy Sardinha Lopes (org.) – 2.ed. - São Paulo: SOCICOM, 2016, p. 40-44.

_____. **O estado de Narciso: a comunicação pública a serviço da vaidade particular.** São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

_____; CHIARETTI, Marco; FIORINI, Ana Maria. **Indicadores de qualidade nas televisões públicas – uma avaliação contemporânea.** Representação no Brasil da UNESCO, Série Debates CI, Nº10: Janeiro de 2012, 35 p. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0021/002166/216616por.pdf>>. Acesso em 30 de mar. de 2019.

_____. **Videologias: ensaios sobre televisão** / Eugênio Bucci, Maria Rita Kehl. – São Paulo: Biotempo, 2004.

BUENO, Wilson da Costa. Comunicação, iniciativa privada e interesse público. In: DUARTE, Jorge (Org.). **Comunicação pública: estado, mercado, sociedade e interesse público.** São Paulo: Atlas, 2009

BREED, Warren. Controle social na redação: uma análise funcional. In: TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo, questões e “estórias”.** Florianópolis: Insular, 2016.

CARVALHO, Sandro Sacchet. **Uma visão geral sobre a reforma trabalhista.** Revista Mercado de Trabalho. Nº 63. outubro de 2017. Repositório do Instituto de Pesquisa Econômica

Aplicada (Ipea). Disponível em < <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8130?mode=full>>. Acesso em 10 de outubro de 2020.

CABRAL, E. D. Políticas de comunicação e de cultura acessíveis à sociedade: o projeto EPCC. In: CABRAL, E. D. (Org.). **Desafios das políticas de comunicação**. São Cristóvão: ULEPICC-Brasil, 2019.

COUTINHO, Iluska. Telejornalismo e Público: Sobre vínculos com o cidadão, convertido em audiência. In: **O Brasil (é)ditado**. Flávio Porcello, Alfredo Vizeu e Iluska Coutinho (orgs.). Coleção Jornalismo Audiovisual. V.1. Florianópolis: Insular, 2012.

_____. Do telejornalismo público como um direito: a oferta de informação na TV Brasil como potencialidade para comunicar as diferenças. In: **#telejornalismo: nas ruas e nas telas**. Flávio Porcello, Alfredo Vizeu e Iluska Coutinho (orgs.). Coleção Jornalismo Audiovisual. V.2. Florianópolis: Insular, 2013a.

_____. **A informação na TV pública**. Florianópolis: Insular, 2013b.

CORREIA, João Carlos. **A Teoria da comunicação de Alfred Schutz**. Lisboa: Livros Horizonte, 2005.

_____. **Jornalismo e espaço público**. Estudos em Comunicação. Universidade da Beira Interior. Covilhã, 1998

CONSELHO CURADOR, 2016. **Nota de repúdio**. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/institucional/conselhocurador/noticias/2016/09/mocao-de-repudio-contra-medida-provisoria-que-desmonta-a-ebc>>. Acesso em 10/01/2020

CRUVINEL, Tereza. **Preparação do novo jornal**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=M-YorpsQ3kU&gl=BR>>. Acesso em 29/10/2020

COSTA, Karine. **EBC é a instituição pública federal mais elogiada pelo público em 2019**. Disponível em <<http://radioagencianacional.ebc.com.br/cultura/audio/2020-01/ebc-e-instituicao-publica-federal-mais-elogiada-pelo-publico-em-2019>>. Acesso em 20/01/2020.

DUARTE, Jorge. **Entrevista em profundidade**. In: Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação. DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Orgs.). 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

_____. **Comunicação pública, esfera pública e capital social**. In: DUARTE, Jorge (Org.). Comunicação pública: Estado, mercado, sociedade e interesse público. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

EBC. Empresa Brasil de Comunicação. **Relatório de Monitoramento do Plano de Trabalho**. 2019. Disponível em <https://www.ebc.com.br/institucional/sites/_institucional/files/atoms/files/anexo_ii_-_infograficos_2019_24.7_2.pdf>. Acesso em 20 de jun de 2020.

EMERIM, Cárlica. **A análise da narrativa televisiva: do programa ao texto**. In: SOSTER, Demétrio de Azevedo; PICCININ, Fabiana (Orgs.). **Narrativas comunicacionais complexificadas**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2012.

_____. **Telejornalismo e Semiótica Discursiva**. In: VIZEU, Alfredo; MELLO, Edna; PORCELLO, Flávio; COUTINHO, Iluska (Orgs.). *Telejornalismo em questão*. Florianópolis: Insular, 2014.

_____. **Semiótica discursiva: aplicações na pesquisa em jornalismo**. (159- 184). In: SCÓZ, Murilo; VANDRESEN, Monique; OLIVEIRA, Sandra Ramalho e (Orgs.). **Proposições interativas: modos de produzir sentidos**. Florianópolis: Ed. UDESC, 2016.

ESCH, Carlos; BIANCO, Nélia. **Radiodifusão pública brasileira: o desafio de conquistar credibilidade e representatividade social**. In: *Mediapolis: Revista de Comunicação, Jornalismo e Espaço Público*. (Nº 2 – 2016). Imprensa da Universidade de Coimbra.

ESTEVES, Joao Pissara. **Serviço público e democracia: condições para um recentramento dos media de serviço público**. In: *Mediapolis: Revista de Comunicação, Jornalismo e Espaço Público*. (Nº 2 – 2016). Imprensa da Universidade de Coimbra.

FAGUNDEZ, Ingrid; MENDONÇA, Renata. **Com Lula ministro, o que acontece com as investigações contra ele?** Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/03/160314_lula_ministro_consequencias_if_rm>. Acesso em 20 de setembro de 2020.

FREIRE, Rita. **Medida Provisória 744: o desmonte da participação social na Empresa Brasil de Comunicação (EBC)**. In.: *SOCICOM debate: a comunicação pública em questão: crise na EBC*. Ruy Sardinha Lopes (org.) – 2.ed. - São Paulo: SOCICOM, 2016, p.45-66.

FNDC, Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação. **EBC unifica canais público e estatal e viola Constituição**. Disponível em <<http://fndc.org.br/noticias/ebc-unifica-canais-publico-e-estatal-e-viola-constituicao-924894/>>. Acesso em 10 de novembro de 2020.

GENTILLI, Davi Lopes. **Jornalismo e cidadania: o direito à informação e o telejornal Repórter Brasil da TV Brasil**. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Programa de Ciências da Comunicação. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013.

GODOY, Jéssica M. **A construção das representações de identidade latino-americana no telejornalismo brasileiro: enquadramentos da cobertura eleitoral no Repórter Brasil Noite e Jornal Nacional**. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Programa de Pós-graduação em Comunicação, Universidade Estadual Paulista —Júlio de Mesquita Filho (Unesp). Bauru, SP. 2018.

GUARESCHI, Pedrinho. **Os construtores da informação: meios de comunicação, ideologia e ética/ organização** Pedrinho A. Guareschi – Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

GUERRA, Josenildo Luiz. **O percurso interpretativo na produção da notícia: verdade e relevância como parâmetros de qualidade jornalística**. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2008,

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GILL, Rosalind. Análise de discurso. In: **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Martin W. Bauer, George Gaskell (editores); tradução de Pedrinho A. Guareschi- Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

GUREVITCH, Michael; BLUMER, Jay G. A construção do noticiário eleitoral: um estudo de observação na BBC. In: TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo, questões e “estórias”**. Florianópolis: Insular, 2016.

HACKET, Robert. **Declínio de um paradigma? A parcialidade e à objetividade nos estudos dos media noticiosos**. In: TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo, questões e “estórias”**. Florianópolis: Insular, 2016.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e Democracia**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

HAJE, Lara. **Entidades consideram ilegal fusão da TV Brasil com a NBR**. Disponível em <<https://www.camara.leg.br/noticias/556015-entidades-consideram-ilegal-fusao-da-tv-brasil-com-a-nbr/>>. Acesso em 10 de novembro de 2020.

HALL, Stuart et al. A produção social das notícias: o mugging nos media. In: TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo: questões, teorias e estórias**. Florianópolis: Insular. 2016.

HALLIN, Daniel; MANCINI, Paolo. **Sistemas de Media – Estudo Comparativo: três modelos de comunicação e política**. Lisboa: Livros Horizonte, 2010.

HAMILTON, Fernando. **Observatório de mídia: olhares da cidadania/** Rogério Christofolletti; Luiz Gonzaga Motta, (orgs.). – São Paulo: Paulus, 2008.

HERMAN, Edward. **A diversidade de notícias: marginalizando a oposição**. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Florianópolis: Insular, 2016.

HERSCOVITZ, Heloiza. **Análise de conteúdo em jornalismo**. In: Metodologia de pesquisa em jornalismo. LAGO, Cláudia; BENETTI, Marcia (Orgs.). 3. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2010. – (Coleção Fazer Jornalismo).

INTERVOZES. **Sistemas Públicos de Comunicação no Mundo: experiências de doze países e o caso brasileiro**. São Paulo: Paulus, 2009.

JAMBEIRO, Othon. **A TV no Brasil no século XX**. Salvador: EDUFBA, 2001.

JARAMILLO LOPEZ, Juan Camilo. **Proposta geral de Comunicação pública**. 2012. In: DUARTE, Jorge (Org.). **Comunicação pública: Estado, mercado, sociedade interesse público**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

JÚNIOR, João Feres et. al. **A cobertura jornalística das greves gerais de 2017: paradigma de protesto ou militância política**. Revista do Centro de Estudos de Opinião Pública (CESOP). Vol. 25, nº 3, Campinas – São Paulo. P. 495-530, 2019.

KOÇOUSKI, Marina. Comunicação pública: construindo um conceito. In: **Comunicação pública: interlocuções, interlocutores e perspectivas** /Heloiza Matos (org.) – São Paulo: ECA/USP, 2012.

KUNSCH, Margarida M. Krohling. Comunicação pública: direitos de cidadania, fundamentos e práticas. In: **Comunicação pública: interlocuções, interlocutores e perspectivas** /Heloiza Matos (org.) – São Paulo: ECA/USP, 2012.

LEAL FILHO, Laurindo. **A televisão pública brasileira, um vazio histórico**. XVI Compós (2007). GT Economia Política, Comunicação e Cultura. Curitiba, Paraná. ISSN: 2236-4285. Disponível em < http://www.compos.org.br/data/biblioteca_212.pdf>. Acesso em 20 de outubro de 2020.

_____. **Ameaçada, comunicação pública é vital para a democracia**. In.: SOCICOM debate: a comunicação pública em questão: crise na EBC. Ruy Sardinha Lopes (org.) – 2.ed. - São Paulo: SOCICOM, 2016, p.20-30.

LOPES, Felisbela. **Serviço Público de Televisão: a crise, a identidade e os desafios**. Comunicação apresentada ao I Congresso das Ciências da Comunicação, Lisboa, 22-24 de Março, 1999. Disponível em <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/8733/3/Lopes_1999_Sevi%20P%20bablico%20de%20TV_a%20crise.pdf>. Acesso em 20 de junho de 2020.

LOPES, Ivonete. **Televisão pública e modelos de financiamento: análise do caso brasileiro**. Revista Eptic. Volume 17, nº 1, janeiro-abril 2015. Disponível em: < <https://seer.ufs.br/index.php/eptic/article/view/3342>>. Acesso em: 08 de abril de 2020.

LIMA, V. **Mídia: crise política e poder no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

_____. **Regulação das Comunicações: História, poder e direitos**. Prefácio de Bernardo Kucinski. São Paulo: Paulus, 2011. – (Coleção comunicação).

MACHADO, Arlindo. **A televisão levada a sério**. Editora SENAC. São Paulo, 2000.

MATTOS, Sérgio. **O Controle dos Meios de Comunicação: a história da censura no Brasil**. / Sérgio Mattos – Salvador: Edufba, 1996.

MENDEL, Tony. **Serviço público de radiodifusão: um estudo de direto comparado**. Brasília: UNESCO, 2011.

_____.; SALOMON, Eve. **O ambiente regulatório para a radiodifusão: uma pesquisa de melhores práticas para os atores-chave brasileiro**. Tradução: Claudia Bentes David. Série Debates CI Nº7 – Fevereiro de 2011 ISSN 2176-3224. Unesco, 2011.

MIGUEL, Ana; SANTANA, Érica. **Empresa Brasil de Comunicação: Quatro anos de um ideal democrático 2007 – 2011**. Brasília, 2011.

MORAES, Bruno Sodré de. **Jornalismo público: um olhar sobre o Repórter Brasil**. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

NOELLE-NEMANN, Elizabeth. **A espiral do silêncio: opinião pública, nosso tecido social**. Florianópolis: Estudos Nacionais, 2017.

OLIVEIRA FILHO, José; COUTINHO, Iluska. **Qualidade no Telejornalismo Público: uma proposta de método de avaliação para jornalistas e cidadãos.** Estudos em Jornalismo e Mídia. Vol. 14 Nº 1. Janeiro a Junho de 2017.

ORTIZ, Renato. **A moderna tradição brasileira:** Cultura Brasileira e indústria cultural. São Paulo: Brasiliense, 2006.

OTONDO, Tereza. **Televisão Pública na América Latina: para quê e para quem?** Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura). Programa de Pós-Graduação em Integração na América Latina, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.

OUVIDORIA CIDADÃ DA EBC. **Análise independente dos conteúdos veiculados pela Empresa Brasil de Comunicação.** Disponível em <https://emdefesadaebc.files.wordpress.com/2020/12/ouvidoria.cidada.ebc_.16.12.2020-.pdf>. Acesso em 16 de dez. de 2020.

PARK, R. A notícia e poder da imprensa. In: BERGER, C.; MAROCCO, B. (org.). **A era glacial do jornalismo.** Porto Alegre/RS: Sulina, v. 2., 2008.

PATERNOSTRO, Vera Íris. **O texto na TV: manual de telejornalismo** – 2 ed., rev. e atualizada. - Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

PASSOS, Gésio (et. al). **EBC: em defesa da comunicação pública.** Disponível em <<https://emdefesadaebc.files.wordpress.com/2018/11/resumodossie2cor.pdf>>. Acesso em: 02 de abril de 2019.

PAULINO, Fernando Oliveira. Os serviços da ouvidoria de rádios públicas como instrumentos de participação de contas e responsabilidade social da mídia. In: **Comunicação pública em debate: ouvidoria e rádio.** Orgs.: Fernando Oliveira Paulino, Luiz Martins da Silva. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2013.

PIERANTI, Octavio. **A radiodifusão pública é “cara demais”?** Uma avaliação do orçamento da EBC. Revista Eptic. Vol. 22, Nº 3, SET-DEZ. 2020.

PINTO, Jeronimo Calorio. As vivências como resultados da 1ª Confecom. In: **Conferência Nacional de Comunicação 10 anos depois: velhos e novos desafios das políticas de comunicação no Brasil.** Org.: Ramos, et. al. ULEPICC-BRASIL. Brasília, 2020.

PORTO, Mauro. **Enquadramentos da mídia e política.** In: RUBIM, Antônio Albino Canelas. Comunicação e Política. Conceitos e abordagens. Salvador: EDUFBA, 2004.

PMB. **Pesquisa Brasileira de Mídia 2016: hábitos de consumo de mídia pela população brasileira.** Disponível em <<http://pesquisademidia.gov.br/#/Geral>>. Acesso em: 29 mar. 2019.

NITAHARA, Akemi; LUZ, Cristina. **Comunicação Pública no Brasil: indicativos na historiografia da EBC.** XVII Encontro Nacional de História da Mídia. 2019. ISSN 2175-6945.

RAMOS, M. C. **A força de um aparelho privado de hegemonia.** In: BRITTOS, V.; BOLAÑO, C. (Orgs.). Rede Globo: 40 anos de poder e hegemonia. 2. ed. São Paulo: Paulus, 2005. p. 57-76.

REBOLLEDO, Francisco Ortiz. Historia y restos de la televisión pública em Colombia. In: **Pensar la televisión pública: ¿Que modelos para América Latina?**/ Rosa María Alfaro (et. al). 1ª ed. – Buenos Aires: La Crujía, 2013.

ROBLES, Enrique Arosemena Robles. Ecuador TV: rompiendo los paradigmas de lo público. In: **Pensar la televisión pública: ¿Que modelos para América Latina?**/ Rosa María Alfaro (et. al). 1ª ed. – Buenos Aires: La Crujía, 2013.

ROCHA, Heitor C. L.; GRADIM, Anabela. **Autonomia do jornalista, ética e política editorial: as implicações do enquadramento da notícia**. Estudos em Jornalismo e Mídia. Vol. 17 N º 1. Janeiro a Junho de 2020. ISSN 1984-6924.

_____; CORREIA, João Carlos; TELLERÍA, Ana Serrana. **Esferas públicas, intelectuais e mídia: inclusão e exclusão social nas teorias da democracia**. Revista Eptic, vol. 19, nº 1, jan-abr, 2017.

_____; CARDOSO, L.C.F. A formação do clima de opinião favorável ao impeachment de Dilma Rousseff: O jornal do Commercio e a manipulação ideológica para legitimar o golpe (p.123-p.143). In: **(Des)construindo uma queda: a mídia e o impeachment de Dilma Rousseff**/ Liziane Guazina, Hélder Prior e Bruno Araújo (orgs.). Florianópolis: Insular, 2019.

ROTHBERG, Danilo. **Jornalismo público: informação, cidadania e televisão**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

ROSS, Edward. **A supressão das notícias importantes**. In: BERGER, C.; MAROCCO, B. (org.). **A era glacial do jornalismo**. Porto Alegre/RS: Sulina, v. 2., 2008.

SAMPAIO, Cristiane. **Governo corta cargos e programas, censura conteúdos e aprofunda desmonte da EBC**. Brasil de Fato, Brasília, 29 de janeiro de 2019. Disponível em: < <https://www.brasildefato.com.br/2019/01/29/governo-corta-cargos-e-programas-censura-conteudose-aprofunda-desmonte-da-ebc/>>. Acesso em 3 de fev. de 2019

SARTOR, Basilio. **A noção de interesse público no jornalismo**. Tese (Comunicação e Informação), Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2016.

SILVA, Acsa. et. al. Pandemia, telejornalismo e política: A cobertura do Jornal Nacional sobre os discursos do presidente Jair Bolsonaro. In: EMERIM, Cárlica; PEREIRA, Ariane; COUTINHO, Iluska (org.). **A (re)invenção do Telejornalismo em tempos de pandemia**. 1. ed. Florianópolis, SC: Editora Insular, 2020. (Coleção Jornalismo Audiovisual, v.10). EBook (PDF; 4 Mb). ISBN 978-65-88401-28-6.

SJPSP, Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo. **EBC censura “golpe” e “ditadura” em reportagens**. Disponível em <<http://www.sjsp.org.br/noticias/ebc-censura-golpe-e-ditadura-em-reportagens-01d0>>. Acesso em 30 abr 2020.

SCHUDSON, Michael. **Descobrimos a notícia**. Petrópolis: Vozes, 2010.

SCHUTZ, Alfred. El problema de la realidad social. Madrid, Amorrotu, 2004.

SCHMITZ, Aldo Antonio. **Os graus de autonomia do jornalista brasileiro: lacunas entre ideais, percepções e práticas profissionais efetivas nos jornais Folha de S. Paulo, O Estado**

de S. Paulo, O Globo e Zero Hora. Tese (Doutorado em Sociologia Política). Programa de Pós-graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2018.

_____. **Os graus de lealdade do jornalista brasileiro às elites política e econômica.** 71a Reunião Anual da SBPC - 21 a 27 de julho de 2019 - UFMS - Campo Grande / MS.

SILVA, Acsa Roberta Macena. **Desconstrução, controle e censura na radiodifusão pública: Os reflexos do desmonte da Empresa Brasil de Comunicação no telejornal Repórter Brasil.** Monografia (Bacharelado em Comunicação Social - Jornalismo). Departamento de Comunicação Social, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2017.

SOUZA, J. **A radiografia do golpe: Entenda como e por que você foi enganado.** Rio de Janeiro: Editora Leya, 2016.

SPONHOLZ, Liriam. **Jornalismo, conhecimento e objetividade.** Florianópolis: Editora Insular, 2009.

STEVANIM, Luiz. **Democratização da comunicação e sistema público de mídia: um olhar a partir dos movimentos sociais.** Revista Eptic: Vol. 19, nº 3, set.-dez. 2017. Disponível em: < <https://seer.ufs.br/index.php/eptic/article/view/7221/5809>>. Acesso em 12 de ago. de 2019.

STROZZI, G. G. **Comunicação Pública e participação: Vida e morte do Conselho Curador da EBC.** Dissertação (Mestrado em Comunicação). Programa de Pós-graduação em Comunicação. Universidade de Brasília. Brasília, 2019. Disponível em <[https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/38504/1/2019_GuilhermeGon%>. Acesso em 20 de agosto de 2020.](https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/38504/1/2019_GuilhermeGon%c3%a7alvesStrozi.pdf)

TV BRASIL, 2017. **Sobre a TV.** Disponível em < <https://tvbrasil.ebc.com.br/sobreatv>>. Acesso em 10 out 2019.

TORRES, Rodrigo Murтинho de Martinez. **Televisão pública no Brasil: estudo preliminar sobre suas múltiplas configurações.** Revista Contemporânea: Comunicação e Espaço. V. 7, n. 1 (2009). Disponível em < <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/contemporanea/issue/view/34>>. Acesso em 10 de setembro de 2020.

UNESCO. **Radiotelevisión de servicio público: um manual de mejores prácticas.** San Jose, Costa Rica: Oficina de la UNESCO para América Central, 2006.

WEBER, Maria Helena. Comunicação pública e jornalismo em tempos antidemocráticos (entrevista concedida a Terezinha Silva, Daiane Bertasso e Carlos Augusto Locatelli). In: **Estudos em Jornalismo e Mídia** - Vol. 17 Nº 1 Janeiro a Junho de 2020 - ISSN 1984-6924.

WINCH, Rafael R.; LAUD, Felipe F. A construção de sentidos sobre as manifestações em defesa da educação nos enquadramentos discursivos do telejornalismo. In: **Políticas de educação e mídia** / Org.: Robson Dias, Victor Laus-Gomes, Célio da Cunha. Brasília: Cátedra UNESCO de Juventude, Educação e Sociedade. Universidade Católica de Brasília, 2020.

WOLTON, Dominique. **Elogio do grande público: uma teoria crítica da televisão**. Editora Ática. São Paulo, 1996.

VALENTE, Jonas. **Coleção o que saber – Regulação democrática dos meios de comunicação**. São Paulo, 2013.

VIZEU, Alfredo. **Telejornalismo, audiência e ética**. 2002. Disponível em <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/vizeu-alfredo-telejornalismo-audiencia-etica.pdf>>. Acesso em 30/04/2020.

_____; CORREIA, João Carlos. **A construção do real no telejornalismo: do lugar de segurança ao lugar de referência**. In: VIZEU, A. E. P. J. (Org.). *A sociedade do Telejornalismo*. 1ed. Petrópolis: Vozes, 2008. P. 11-28.

ZÉMOR, Pierre. **La communication publique**. Paris: PUF, 1995. (Tradução resumida de Elizabeth Pazito Brandão).

ZOET, Juliana. **Telejornalismo e público: as narrativas do encontro com a informação no Repórter Brasil**. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Programa de Pós-graduação em Comunicação. Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2017.

LISTA DE MATÉRIAS

M01 - <https://www.youtube.com/watch?reload=9&v=7Q62MzZOnsE>

M02 - <http://tvbrasil.ebc.com.br/reporterbrasil/bloco/em-brasilia-manifestantes-se-reuniram-na-esplanada-dos-ministerios>

M03 - <http://tvbrasil.ebc.com.br/reporterbrasil/bloco/veja-como-foram-as-manifestacoes-em-outras-capitais-brasileiras>

M04 - <http://tvbrasil.ebc.com.br/reporterbrasil/bloco/em-brasilia-manifestantes-se-reuniram-na-esplanada-dos-ministerios>

M05 - <http://tvbrasil.ebc.com.br/reporterbrasil/bloco/no-rio-de-janeiro-manifestacao-contragoverno-e-maior-desde-o-inicio-de-2015>

M06 - <http://tvbrasil.ebc.com.br/reporterbrasil/bloco/no-comeco-da-noite-manifestantes-foram-ate-a-praca-dos-tres-poderes-em-brasilia>

M07 - <https://www.youtube.com/watch?v=BR54DOshs1M>

M08 - <http://tvbrasil.ebc.com.br/reporterbrasil/bloco/palacio-do-planalto-tem-manifestacoes-contrae-a-favor-do-governo>

M09 - <http://tvbrasil.ebc.com.br/reporterbrasil/bloco/sao-paulo-atos-na-avenida-paulista-comecaram-ontem-a-noite-e-seguem-ate-agora>

M10 - <http://tvbrasil.ebc.com.br/reporterbrasil/bloco/protestos-continuam-em-brasilia>

- M11** - <https://tvbrasil.ebc.com.br/reporterbrasil/bloco/posse-lula-houve-violencia-durante-manifestacoes-contras-e-a-favor-do-governo>
- M12** - <http://tvbrasil.ebc.com.br/reporterbrasil/bloco/manifestantes-contras-o-governo-dilma-passaram-a-madrugada-acampados>
- M13** - <http://tvbrasil.ebc.com.br/reporterbrasil/bloco/manifestacoes-a-favor-do-governo-feitas-por-brasileiros-ocorreram-tambem-no>
- M14** - <http://tvbrasil.ebc.com.br/reporterbrasil/bloco/mais-de-seis-mil-pessoas-estao-em-frente-ao-congresso-em-protesto-contras-o>
- M15** - <http://tvbrasil.ebc.com.br/reporterbrasil/bloco/em-brasilia-os-manifestantes-estao-neste-momento-em-frente-ao-congresso>
- M16** - <http://tvbrasil.ebc.com.br/reporterbrasil/bloco/milhares-de-manifestantes-ainda-estao-na-avenida-paulista-em-sao-paulo-0>
- M17** - <http://tvbrasil.ebc.com.br/reporterbrasil/bloco/protestos-contras-governo-terminam-em-confronto-com-policia-na-puc-sp>
- M18** - <http://tvbrasil.ebc.com.br/reporterbrasil/bloco/link-bsb-apoiadores-impeachment-vt-bsb-tratoraco-acampamento>
- M19** - <http://tvbrasil.ebc.com.br/reporterbrasil/bloco/manifestacoes-contras-e-a-favor-do-impeachment-levaram-milhares-de-pessoas-as>
- M20** - <http://tvbrasil.ebc.com.br/reporterbrasil/bloco/votacao-do-impeachment-e-acompanhada-por-manifestantes-em-brasilia>
- M21** - <http://tvbrasil.ebc.com.br/reporterbrasil/bloco/grupo-de-manifestantes-comemora-o-resultado-da-votacao-na-avenida-paulista>
- M22** - <https://tvbrasil.ebc.com.br/reporterbrasil/bloco/no-rio-de-janeiro-dezenas-de-milhares-de-pessoas-se-reuniram-na-candelaria?page=50>
- M23** - <https://www.youtube.com/watch?v=uCdbqdlC0Xc>
- M24** - <https://tvbrasil.ebc.com.br/reporterbrasil/bloco/dia-e-de-manifestacoes-em-todo-pais-contras-as-reformas-trabalhista-e-da>
- M25** - <https://www.youtube.com/watch?v=XGgug4VVTvA&t=9s>
- M26** - https://www.youtube.com/watch?v=UWg_drGkJou
- M27** - <https://www.youtube.com/watch?v=6lNPSIPQXwA&t=2>
- M28** - <https://tvbrasil.ebc.com.br/reporterbrasil/bloco/pelo-pais-o-dia-do-trabalhador-foi-marcado-por-protestos-contras-as-reformas>
- M29** - <https://tvbrasil.ebc.com.br/reporter-brasil/2017/06/protestos-contras-reformas-deixam-municipio-do-rio-em-estagio-de-atencao>
- M30** - <https://tvbrasil.ebc.com.br/reporter-brasil/2017/06/em-sp-trabalhadores-do-setor-de-transporte-nao-aderem-greve>
- M31** - <https://tvbrasil.ebc.com.br/reporter-brasil/2017/07/o-dia-foi-de-protestos-em-varias-cidades-do-pais-contras-reformas-trabalhista>

M32 - <https://tvbrasil.ebc.com.br/reporter-brasil/2017/07/sp-manifestantes-fazem-protesto-na-avenida-paulista-contr-reformas>

M33 - <https://tvbrasil.ebc.com.br/reporter-brasil/2017/07/manifestantes-se-reunem-em-sp-contr-reforma-trabalhista>

M34 - <https://tvbrasil.ebc.com.br/reporter-brasil/2017/07/metalurgicos-bloqueiam-parte-de-rodovia-em-sao-paulo-em-protesto-contr>

M35 - <https://tvbrasil.ebc.com.br/reporter-brasil/2017/11/centrais-sindicais-convocam-protestos>

M36 – <http://tvbrasil.ebc.com.br/reporter-brasil/2019/05/estudantes-e-professores-vao-ruas-para-defender-educacao>

M37 – <https://tvbrasil.ebc.com.br/reporter-brasil/2019/06/transporte-publico-funciona-parcialmente-em-dia-de-paralisacao>

M38 – <http://tvbrasil.ebc.com.br/reporter-brasil/2019/08/cidades-de-todo-pais-tem-atos-em-defesa-da-educacao-e-contr-reformas>